

ORLANDO
VALVERDE
O GEÓGRAFO E SUA OBRA



Dirce Maria Antunes Suertegaray
Cristiano Quaresma de Paula
Cláudia Luísa Zeferino Pires
Charlei Aparecido da Silva
Organizadores

ORLANDO VALVERDE

Nasceu no Rio de Janeiro em 1917. Formou-se em Geografia em 1938 pela Universidade Municipal do Rio de Janeiro. Liga-se ao Conselho Nacional de Geografia em 1938 onde foi secretário assistente. Em 1945 segue com outros geógrafos para os Estados Unidos onde estuda com Leo Waibel e faz contatos com Richard Hartshorne e Triewortha. Colaborou sob a direção de Fabio Macedo Soares Guimarães com o plano de mudança da Capital apresentado ao Congresso em 1947. Até 1965 foi professor secundário e neste mesmo ano, foi para a Califórnia como professor visitante onde ministrou curso sobre Geografia Agraria Tropical. Em 1967 ministrou curso na Universidade de Heidelberg e em 1969 em Bordeaux. Lecionou também na PUC do Rio de Janeiro. Foi presidente da AGB de 1984 a 1986.



**ORLANDO
VALVERDE**
O GEÓGRAFO E SUA OBRA

**Dirce Maria Antunes Suertegaray
Cristiano Quaresma de Paula
Cláudia Luísa Zeferino Pires
Charlei Aparecido da Silva
Organizadores**



Geociências

Porto Alegre, 2017

ISBN Impresso: 978-85-61424-60-2

1ª Edição - 2017

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, sem autorização expressa dos autores ou da editora. A violação importará nas providências judiciais previstas no artigo 102, da Lei nº 9.610/1998, sem prejuízo da responsabilidade criminal. Os textos deste livro são de responsabilidade de seus autores.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Reitor: Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora: Jane Fraga Tutikian

Instituto de Geociências

Diretor: André Sampaio Mexias

Vice-Diretor: Nelson Luiz Sambaqui Gruber

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Coordenador: Roberto Verdum

Coordenadora Adjunta: Cláudia Pires

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia - ANPEGE

Presidente: Dirce Maria Antunes Suertegaray

Secretária: Cláudia Luíza Zeferino Pires

Tesoureiro: Charlei Aparecido da Silva

Editores

Cristiano Quaresma de Paula

Dirce Maria Antunes Suertegaray

Capa

Cristiano Quaresma de Paula

Design by canva.com

E-mail: secretaria@anpege.ggf.br

Site: www.anpege.ggf.br

Na composição Utilizou-se na composição as fontes Arial Narrow e GungsuH.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Orlando Valverde : o geógrafo e sua obra. / Orgs. Dirce Maria Antunes Suertegaray; Cristiano Quaresma De Paula; Cláudia Luíza Zeferino Pires; CharleiAparecido da Silva. - Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2017. 217p.

ISBN: 978-85-61424-60-2

1. Geografia. 2. Geógrafo. 3. Biografia. 4. Geografia Agrária. I. Suertegaray, Dirce Maria Antunes. II. De Paula, Cristiano Quaresma. III. Pires, Cláudia Luíza Zeferino. IV. Silva, Charlei Aparecido da. V. Título.

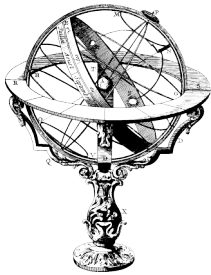
CDU 929:91

Biblioteca Instituto de Geociências - UFRGS

Renata Cristina Grun CRB 10/1113

Sumário

Apresentação	5
Orlando Valverde e o ofício de geógrafo: Uma conversa com os jovens Marcelo Lopes de Souza	11
A Geografia segundo Orlando Valverde: Um testemunho Paulo Cesar da Costa Gomes	41
A Geografia Agrária na Obra de Orlando Valverde Ariovaldo Umbelino de Oliveira	65
A Trajetória Acadêmica de Orlando Valverde Sérgio Adas	123
Orlando Valverde (1917 – 2006): Um geógrafo brasileiro de renome internacional – entusiasta e entusiasmante Gerd Kohlhepp	157
Entrevista com o Professor Orlando Valverde Revista GeoSul	189



Orlando Valverde: O Geógrafo e sua Obra

Apresentação

Quando assumimos a direção da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia - ANPEGE - em 2016, fomos lembrados pelo colega Marcelo Lopes de Souza da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) da data 16 de abril de 2017, comemorativa dos 100 anos de nascimento de Orlando Valverde. Desde então, a ANPEGE assumiu o compromisso de promover no XII ENANPEGE uma homenagem ao nosso ilustre geógrafo Orlando Valverde. Considerou-se que para além do resgate de sua história, em mesa no evento, era necessário produzir algo mais. Algo que fosse possível registrar pelo menos parte de sua obra e que se tornasse disponível e de acesso mais amplo. Diante deste desafio construiu-se a ideia de um livro que reunisse textos de colegas que não só conviveram com Orlando Valverde, mas, sobretudo, conheceram a sua obra e por ela foram influenciados.

É com prazer que trazemos a público o livro “**Orlando Valverde: o Geógrafo e sua Obra**”. Constitui este livro um conjunto de capítulos e uma entrevista do Professor Orlando Valverde conferida à revista **Geosul** em 1991. Os capítulos expressam, a formação acadêmica, a atividade profissional, o engajamento social, os temas e o caminho metodológico percorrido por nosso homenageado.

Orlando Valverde, nascido em 1917 nos deixa em 2006. Sua obra permanece. Em tempos acelerados e de leituras escassas é possível que muitos dos geógrafos em formação, não conheçam o autor e sua obra, por isso a dedicamos aos jovens pesquisadores em Geografia. O legado de Orlando Valverde, particularmente nos tempos vividos atualmente, merece ser resgatado. A partir de sua produção científica, é possível reconstituir parte da Geografia produzida no Brasil, bem como compreender o papel do geógrafo na sociedade brasileira de então. Para aqueles que desejam, além do conhecer o mundo, buscar caminhos de transformação, a luta e a participação social nas questões mais relevantes do Brasil, por ele vividas, ficam evidenciadas, sobremaneira, nos textos aqui reunidos.

Os textos que compõe este livro são reveladores da trajetória formativa de Orlando, dos temas que foram sua preocupação, das influências intelectuais que configuram sua Geografia, de sua ação social e, de sua trajetória além das fronteiras do Brasil.

Sérgio Adas, em seu texto, analisa a formação acadêmica de Orlando Valverde e, em síntese assim registra sua formação:

Para além dos anos universitários do geógrafo revisitados no presente texto, como discutimos extensamente em nossa tese de doutorado (ADAS, 2006) é fato notório que Orlando Valverde adquiriu e construiu novos conhecimentos e que recebeu influências intelectuais fora do contexto acadêmico.

A entrevista à revista **Geosul** evidencia isso, quando interrogado sobre sua trajetória de formação, Orlando Valverde remete a escola primária e, sobretudo, secundária – Colégio Pedro II. Neste contexto, o autor expõe professores que lhe influenciaram seja na Geografia, seja nas ciências como um todo. Outra evidência que se coloca na entrevista e nos demais capítulos é o papel que a experiência profissional, inclusive de planejamento, assume na sua formação como geógrafo. O próprio Orlando Valverde destaca o quão

resumida foi sua atuação como professor universitário e assim se distingue por uma formação e atuação fora do ambiente estritamente acadêmico.

Sua atividade profissional iniciou, conforme exposto na entrevista reproduzida neste livro, através de convite de Cristóvão Leite de Castro. Contava ele na época:

Em 1938, quando estávamos num intervalo de aulas, tomando cafezinho num botequim sórdido em frente ao prédio onde funcionava a Universidade, ao lado do Palácio do Catete, ele me perguntou:

Orlando, você quer trabalhar comigo, no futuro?

- Em que?

- Vamos fazer Geografia para o Governo.

Fiquei um pouco assustado, porque, para mim, Geografia era só para ensinar, e disse:

- Eu sou um homem maldito, não tenho perspectivas; então vou com você aonde for. Se o "negócio" der bom resultado, ótimo! Senão tudo bem, continua tudo como dantes. Mas nunca tinha ouvido uma coisa tão esdruxula! Bom, então está combinado. Pensei comigo mesmo: "você tomando café fica de porre". Eu achava que ele estava sonhando. O fato é que três meses depois ele me chamou. Trabalhei de graça outros três meses, de julho a setembro. No dia 19 de outubro de 1938 fui trabalhar como primeiro contratado pelo I.B.G.E. no ramo da Geografia.

Cabe destacar que por meio do IBGE, Orlando Valverde teve acesso ao aperfeiçoamento profissional no Brasil e no exterior. Nas funções que assumiu no referido instituto, Orlando Valverde realizou trabalhos em diferentes lugares do território nacional. Como se expressa nos capítulos que seguem, foi um geógrafo com grande conhecimento sobre o Brasil, e por meio de conhecimentos e técnicas da Geografia buscou responder às problemáticas com que se deparava.

Orlando Valverde foi, sobretudo, um geógrafo ligado às tarefas do Estado (CNG/IBGE). É a partir dessa posição e vínculo que se torna conhecedor dos problemas brasileiros e se constitui num grande lutador e defensor da Amazônia. Sua luta se concretizou sobretudo através da ONG conhecida à época como - Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA), conforme escreve **Ariovaldo Umbelino de Oliveira**:

Em 1995 a CNDDA e Orlando Valverde envolveram-se na luta pela reforma agrária. O país acabava de assistir estarecido o massacre de Corumbiara em Rondônia. Urgia ampliar as bases sociais da luta pela reforma agrária, e lá estava VALVERDE e sua incansável disposição para as lutas sociais.

A Geografia de Orlando Valverde então comprometida com importantes demandas da sociedade brasileira. Como presente no trecho supracitado e ao longo dos capítulos, o geógrafo assumiu um importante protagonismo nos debates sobre a reforma agrária e sobre questões ambientais, e seus argumentos eram fundamentados no conhecimento geográfico constituído ao longo de décadas de formação profissional. Contudo, cabe destacar a preocupação de Orlando Valverde com os homens e mulheres trabalhadores. Seu olhar sobre esses sujeitos se expressa nas suas ações e constitui a figura indissociável do geógrafo/militante.

Sua temática central foi a Geografia Agrária, em que a influência de **Waibel** foi marcante, conforme a expressão do colega **Paulo Cesar da Costa Gomes** quando informa: *Finalmente, foi em Wisconsin que Orlando Valverde encontrou o geógrafo alemão Leo Waibel e iniciou a colaboração que depois se estreitou no Brasil. Waibel teria sido também o meio para conhecer uma Geografia genuinamente alemã.*

Da mesma forma se expressa **Gerd Kohlhepp**:

O conhecimento da metodologia da geografia alemã influenciou duradouramente a orientação científica de Orlando. Waibel, que já planejava a “Geografia dos Trópicos” desde alguns anos, assumiu com grande engajamento este cargo no CNG até 1950. Waibel tinha Orlando como seu mais estreito colaborador e acompanhante em todas as excursões pelo Brasil.

Sua atuação profissional desde os idos tempos do CNG se fez em conexão internacional são as referências do texto, também de **Gerd Kohlhepp**:

Em 1965 Orlando foi Professor Visitante na Universidade da Califórnia - Los Angeles (UCLA) nos Estados Unidos e em 1967 na Universidade de Heidelberg na Alemanha além de ter proferido palestras em diversos países latinoamericanos, nos EUA, na França e na Alemanha.

Sua trajetória investigativa foi marcada pela presença do trabalho de campo. **Marcelo Lopes de Souza** assim se referiu a esta prática:

Sobre a relevância pedagógico-formativa do trabalho de campo, Orlando, mais uma vez lembrando as lições de seu mestre Leo Waibel, ressaltava que ele, para ser bem aproveitado, não somente exigia um planejamento adequado e detalhado, mas igualmente uma postura crítica e interrogativa.

Para Orlando, adaptando uma formulação que existe em francês, *haveria dois tipos de geógrafos: os “de gabinete” e os “de campo”*. Essa distinção explicitada em capítulo de **Paulo César da Costa Gomes** permitiu ao autor a seguinte conclusão ... *Fica claro que ele não atribuía muito valor ao primeiro tipo e que uma geografia consistente e bem-feita teria que ser o produto de uma experiência no campo.*

Revelam essas narrativas partes do que o leitor encontrará neste livro. A obra de Orlando Valverde é vasta e instigante e aqui, em sua homenagem, agrupamos alguns textos, escritos por geógrafos brasileiros e o colega da Alemanha que conviveram com o

Mestre, pois conheceram sua trajetória, sua obra e, sobretudo, estiveram muito próximos nos diferentes lugares por onde andou.

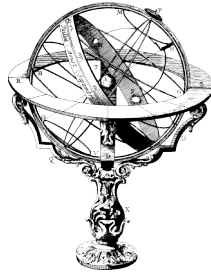
Apresenta-se neste livro parte da grande influência de Orlando Valverde, sobretudo na Geografia Brasileira. Contudo, em diversos momentos o leitor irá se deparar com textos mais testemunhais, carregados de emoção, escritos por geógrafos que desde jovens conviveram com Orlando Valverde e que, em diferentes momentos e, em diferentes épocas de suas vidas, tiveram oportunidade de contar com sua experiência. A admiração expressa refere-se a sua postura profissional ética, sua dedicação ao trabalho, sua capacidade de articulação científica e política, e sua amorosidade. Todas estas dimensões o leitor encontra nesta obra, cada capítulo encontra-se no outro, desta forma revelado.

Cabe um agradecimento especial aos familiares que acolheram esta iniciativa e aos colegas geógrafos que ao escrever demonstraram sua disposição de, ao falar/escrever sobre Orlando Valverde e sua trajetória, enriquecerem esta homenagem e permitirem que com esta publicação, o legado profissional de nosso homenageado, o mestre Orlando Valverde, seja conhecido pelas novas gerações.

Boa Leitura

Os Organizadores

Diretoria da ANPEGE 2016- 2017



Orlando Valverde e o ofício de geógrafo: Uma conversa com os jovens

Marcelo Lopes de Souza

*Professor no Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Breve nota pessoal

Nossas vidas são cheias de acontecimentos contingentes ou eventos pontuais cujos desdobramentos não temos como prever ou mesmo imaginar, mas que acabam se mostrando decisivos. No caso de minha vida profissional, o mais determinante foi o encontro com Orlando Valverde.

Estava eu ainda na terceira série do ensino médio, em 1981, quando, frequentando a biblioteca do IBGE, topei com o primeiro

volume (o segundo, devido ao golpe militar de 1964, nunca chegou a sair publicado) de *Geografia Agrária do Brasil*, da autoria de Orlando. Logo em seguida, li com avidez a relevante coletânea *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*, do geógrafo alemão Leo Waibel, e verifiquei que a belíssima “Apresentação da 1ª edição” havia sido escrita pelo mesmo autor de *Geografia Agrária do Brasil*. Diante do meu interesse, me disse o bibliotecário, Prof. Nísio, que se tratava ele, Orlando Valverde, de pessoa muito acessível. Tive um estalo: por que não escrever-lhe uma carta, com algumas das questões que, na época, povoavam a minha cabeça de jovem secundarista que queria ser geógrafo para dedicar-se à Geografia Agrária? Escrevi-lhe, acho que sem grande esperança de receber uma resposta, e, pasmem: recebi não só uma longa resposta escrita à mão mas, também, algumas separatas de artigos seus. Lembro-me, ainda hoje, da minha surpresa e da minha alegria. Diante disso, me assanhei: resolvi telefonar. Do outro lado da linha, um senhor extremamente simpático e brincalhão falou, falou, falou... (Orlando, grande conversador e contador de causos, adorava papear) e, ao final, me convidou para um lanche na casa dele, no sábado seguinte. Aquele sábado, lanchando com ele e sua adorável esposa Miriam em seu apartamento no bairro do Leme, no Rio de Janeiro, haveria de ser o primeiro de incontáveis sábados (o sábado era o dia preferido para os nossos bate-papos). Essas visitas atravessaram as décadas, só terminando com o falecimento dele, em 2006.

As expressões “mestre” e “discípulo” soam, há muito tempo, absolutamente fora de moda. Para os jovens de hoje, elas provavelmente lembram, se tanto, alguma religião oriental; vocabulário de monges em um templo budista ou coisa que o valha. Os mais cultos talvez pensem, também, em filósofos da Antiguidade. Para Orlando, no entanto, essas expressões eram parte de seu vocabulário, e ele sempre as empregava para referir-se a Leo Waibel

como o seu mestre, a grande influência que recebera. Também empregava os termos referindo-se a outras pessoas (“fulano foi discípulo de beltrano”, que claramente significava muito mais que um simples “fulano foi aluno de beltrano” ou mesmo “fulano foi orientando de beltrano”). Não tardou e ele passou, igualmente, sem que a iniciativa tivesse partido de mim, a referir-se a mim como seu discípulo, e tomei isso como uma grande honra e o acolhimento definitivo. Sem que ele jamais tenha sido meu professor ou orientador formal (já que não lecionava na UFRJ, onde eu estudei na graduação e no mestrado; na verdade, lecionou apenas durante alguns anos na PUC-RJ, sua carreira foi basicamente no IBGE), Orlando Valverde foi, sem dúvida alguma, meu mestre. Não foi a única influência, mas certamente foi a primeira e, de várias maneiras, a principal em minha vida profissional, entendida esta no seu sentido mais amplo. Isso pode até parecer, de certo modo, meio curioso, já que cedo, ainda durante a minha graduação, as minhas preferências temáticas se afastaram das dele: como ele dizia, ao mesmo tempo brincando e com uma pontinha de tristeza, “você se bandeou para a Geografia Urbana...”. Do ponto de vista teórico-metodológico, também, cada vez mais a diferença de geração pesou (quando eu o conheci, com dezessete anos de idade, ele já havia há muito entrado na casa dos sessenta), restringindo um pouco o escopo de nosso intercâmbio de ideias. No entanto, mesmo quando ainda era um estudante de graduação eu percebia que a essência não era nada disso: eram o exemplo de vida e a ética profissional de Orlando, e era, além do mais, o muito que ele tinha para me contar e ensinar a respeito de uma profissão, sua história e suas tradições, sua importância social, suas nuances. A respeito, em suma, do *ofício de geógrafo*.

Quando, neste momento, me debruço sobre o computador para digitar estas lembranças e reflexões, não o faço e não poderia

fazê-lo apenas com o cérebro. O coração ainda é grato por todo o apoio recebido, pela generosidade espantosa de um cientista eminente para com alguém que era, no máximo, um jovem promissor. Mesmo depois de transcorrida uma década desde o desaparecimento de meu mestre, não é fácil deitar ao papel estas recordações. Optei, portanto, por não escrever um texto em formato rigorosamente acadêmico, com referências bibliográficas formais e notas de rodapé. Vou encaminhar este texto como uma conversa, a exemplo das numerosas conversas que tive com Orlando. Uma conversa com os jovens, lembrando do jovem que também já fui. Com a esperança de que o que eu lhes vou dizer possa ser de utilidade, e que talvez as ideias e a vida de um grande homem possam, em uma época tão carente de exemplos ética e intelectualmente admiráveis, inspirar também vocês, como a mim sempre inspirou.

Comemoramos, em 2017, o centenário do nascimento de Orlando, que foi da primeira turma a se formar em Geografia (na época, História e Geografia) pela Universidade do Distrito Federal (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro) e ainda estudante começou a trabalhar no recém-fundado IBGE. Os mais jovens, que de sua obra e sua atuação provavelmente pouco ou nada conhecem, poderiam pensar que se trata, este texto, de uma espécie de tributo a uma peça de museu. Nada disso. Há uma mensagem central, na obra e na prática profissional de Orlando, que continua atual e deveria ser mantida viva, e ganha, inclusive, ares de urgência: a possibilidade e a importância de uma Geografia que supere o fosso entre as ciências da natureza e as da sociedade. A sua obra concreta mostrou que isso nada tem de irreal. É sobre isso e sobre algumas outras coisas que quero, agora, conversar com vocês.

“A personalidade do sábio é indivisível”

Escrevendo sobre Leo Waibel, na pág. 13 da “Apresentação da 1ª edição” de Capítulos de *Geografia Tropical e do Brasil*, Orlando sentenciou:

A personalidade do sábio é indivisível. Não se pode distinguir o homem de ciência do homem de caráter, tão profundamente interligados estão um e outro.

Pensando certamente não apenas em Waibel, perseguido pelos nazistas por ter se casado com uma judia, mas também em si mesmo, prejudicado pelo Estado novo varguista e, depois, pelo regime militar instaurado no país em 1964, Orlando complementou, na mesma página:

Esse conceito uno, inteiriço, do homem e do cientista resulta, às vezes, numa vasta soma de sacrifícios, mas é ele que distingue o sábio, o pesquisador honesto, do charlatão, do oportunista. (...). Realmente, é muito mais fácil e mais cômodo abrir mão de pontos de vista científicos e submeter-se à opinião da maioria ou dos poderosos, do que defendê-los à custa de sofrimentos que envolvem os portadores da ideia e os que lhe são caros.

A defesa da coerência entre vida e obra é, certamente, uma das mensagens mais importantes daquela “Apresentação”; é também, uma das coisas mais importantes que eu posso contar sobre o próprio Orlando - especialmente em tempos como os de hoje, em que esse tipo de coerência tanto escasseia.

Orlando Valverde tinha uma convicção muito forte e arraigada sobre a postura adequada para um cientista/pesquisador e, também, para um professor. Por exemplo, o estilo hermético de falar e escrever, cultivado com zelo por alguns, era profundamente desprezado por ele. Em certa oportunidade, como que complementando as observações por ele feitas em 1955 na “Apresentação” da coletânea de textos de Leo Waibel, disparou a seguinte frase lapidar, referindo-se a um conhecido autor em relação ao qual ele tinha várias ressalvas: “a diferença entre o sábio

e o charlatão reside em que o primeiro torna simples as coisas complexas, e o segundo faz o contrário”.

Coerência: essa virtude, que Orlando tanto admirava em Leo Waibel, ele próprio a possuía em grau superlativo. Ao mesmo tempo, aprendi, com ele, que manter a coerência não é nem um pouco fácil. As tentações são muitas; com frequência, o caminho da incoerência promete, no curto prazo, ganhos maiores. Especialmente em um país em que a memória coletiva é proverbialmente curta e em uma época em que o cinismo vai, aos poucos, ganhando contornos de comportamento corriqueiro, uma defesa da coerência, nesses termos, corre o risco de soar inocente. Não será suicida, contudo, o processo que leva a uma desconfiança crescente de todos contra todos e a um oportunismo galopante, quando parecem perder influência rapidamente quaisquer parâmetros éticos e quando os referenciais político-filosóficos parecem nebulosos ao ponto da paralisia de julgamento?

Em tempos como estes, em que menos que nunca a coerência defendida por Orlando parece gozar de popularidade, é que, justamente, mais precisamos dela. Essa coerência, desnecessário frisar, não pode ser apenas *declarada*; se assim for, de nada valerá, e apenas reforçará o caldo da incoerência reinante. Para ser, isso sim, *vivida*, a coerência de que ora se trata pressupõe o comprometimento ético, mas não para fazer da simples denúncia e do libelo acusatório substitutos para o estudo e o exame criteriosos, como se a simples retórica propiciasse ganhos de conhecimento; pressupõe, além do mais, a capacidade de defender corajosamente as próprias convicções, submetendo-as a debate público e sem se esconder sob o manto de uma quimérica “neutralidade”, mas sem, por outro lado, abrir mão da honestidade intelectual que nos exige não sonegar informações ou distorcer as interpretações concorrentes deliberadamente e por conveniência. Nunca esquecerei dos

comentários elogiosos que Orlando fazia a respeito de um geógrafo de sua geração, com o qual tinha sérias divergências políticas e com o qual, aliás, também tivera alguns atritos pessoais: a despeito de tudo, havia o respeito pela qualidade e a seriedade de um trabalho intelectual de elevado nível. Uma coisa, por conseguinte, eram as ressalvas e as objeções, fossem de cunho político, fossem de natureza conceitual ou, por fim, no tocante à interpretação de determinados aspectos da realidade; outra coisa, muito diferente, seria uma desqualificação e uma ignorância em relação aos trabalhos de um colega - postura impensável para Orlando, a não ser que se tratasse, efetivamente, de trabalhos completamente sem valor. Quando, em certa ocasião, alguns anos atrás, ouvi de uma colega a confissão de que não citava os trabalhos de um dado autor porque “não gostava dele”, fiquei chocado (embora não propriamente surpreso), e imediatamente me veio à mente o comportamento de Orlando, tão contrastante com o espírito de “não li e não gostei” daquela colega. Como gostam de dizer os ingleses, “o demônio está nos detalhes”...

O geógrafo e o trabalho de campo

O trabalho de campo é, no Brasil (e não só no Brasil), uma das partes da formação profissional do geógrafo mais descuidadas e maltratadas em nossos dias - aliás, já há bastante tempo. Excursões didáticas a campo fácil e rotineiramente viram exposições de banalidades, quando não turismo de terceira categoria. A capacidade de “decodificar a paisagem”, que Orlando e outros geógrafos de sua geração tinham no mais elevado grau, foi se perdendo, se perdendo, e hoje pertence muito mais ao passado que ao presente. De alguma maneira, a Geografia neopositivista, ao priorizar (especialmente na “Geografia Humana”) as técnicas estatísticas e os dados secundários e negligenciar a geração de dados primários em campo,

deu o primeiro grande golpe (no nosso país, isso ocorreu na década de 1970); o golpe de misericórdia veio não muito tempo depois (já a partir da década seguinte), quando o interesse pela Filosofia e pelas ciências da sociedade (em especial pela Economia Política de figurino marxista) fizeram com que “aprender Geografia” se tornasse algo pura ou basicamente livresco e de gabinete. Em especial no caso da ascensão da Geografia dita crítica, não precisava, de jeito nenhum, ter sido assim; ao menos, o despreço pelo contato com a realidade viva (como se esta não passasse de uma espécie de ilusão ou diversionismo, um repositório de aparências, sendo a essência alcançável de outra forma) nada tinha de logicamente necessário: provam-no as obras e as vidas dos geógrafos anarquistas Élisée Reclus e Piotr Kropotkin, dos quais a Geografia crítica dos anos 1970 e 1980 (quase sem exceções uma Geografia marxista) pouco tratou, a não ser, aqui e ali, para render-lhes uma homenagem superficial.

Não é o caso de exumar e pretender reviver os procedimentos metodológicos da Geografia da segunda metade do século XIX ou da primeira metade do século XX. Há ali, no entanto, uma percepção da importância do trabalho de campo que não deveria perecer, sob pena de se atrofiar um aspecto básico da formação do geógrafo. Para geógrafos de formação clássica, como Orlando, o trabalho de campo era uma espécie de “experiência totalizante”: uma incomparável e insubstituível imersão na realidade, botando o pé na estrada e descobrindo o mundo por meio de conversas, observações da paisagem, visitas a arquivos; tiravam-se fotos (e alguns faziam croquis), registravam-se detalhes em cadernetas (as famosas cadernetas de campo!), realizavam-se entrevistas, coletavam-se amostras. O trabalho de gabinete, elaborando um mapa (ou supervisionando a sua elaboração), em uma biblioteca ou redigindo algum texto era uma parte fundamental do trabalho do geógrafo, mas este só se sentia verdadeiramente

geógrafo - uma sensação de estar realmente aprendendo - em campo. Aos olhos de hoje, eu mesmo admito de bom grado, por razões nas quais não vou entrar (já que os pormenores nos levariam para longe do propósito desta conversa), que existe, aí, uma dose de “exagero”, que faríamos bem em evitar. A Geografia pagou um alto preço por não investir o suficiente em esforços de reflexão teórica, arrogando-se, ingenuamente, o privilégio de ser uma “ciência do concreto”. O exagero inverso, o de negligenciar e mesmo desdenhar o trabalho de campo, não é, contudo, menos nocivo; em alguma medida, talvez seja até bem mais.

Em uma de suas inesquecíveis tiradas, Orlando Valverde insistia em que o geógrafo deveria “evitar o olhar ‘bovino’ sobre a paisagem”, isto é, um olhar que não interroga, que não desconfia das aparências. Aliás, ainda que não se furtasse a usar o termo “paisagem”, ele recordava as considerações de Richard Hartshorne, feitas em seu clássico *The Nature of Geography* (de 1939), sobre as potencialidades e as limitações do conceito de *landscape*. Em um dos muitos papos que ficaram vivamente impregnados em minha memória, Orlando sintetizou, mais ou menos com estas palavras: “em uma zona mineira, as relações de trabalho se dão, fundamentalmente, fora de nossas vistas, no interior da mina; e, para se conhecer toda uma série de aspectos a respeito do sistema de propriedade e das causas de um determinado problema em uma zona agrícola, é preciso recorrer a cadastros, a arquivos históricos e a outras fontes: a paisagem, em si, no máximo sugere, não informa”. Era, portanto, a plena consciência da necessidade de combinarmos fontes, métodos e técnicas, contrastando forma e conteúdo, aparência e essência. Mas nada disso, porém, nos autorizaria a menosprezar o enorme valor do trabalho de campo: não apenas para o pesquisador ou equipe de pesquisadores, mas também pelo seu valor *pedagógico-formativo* para os estudantes.

Sobre a relevância pedagógico-formativa do trabalho de campo, Orlando, mais uma vez lembrando as lições de seu mestre Leo Waibel, ressaltava que ele, para ser bem aproveitado, não somente exigia um planejamento adequado e detalhado, mas igualmente uma postura crítica e interrogativa. Relata Orlando, na “Apresentação” de *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*, que Waibel, em campo, insistia constantemente em fazer a mesma pergunta para seus alunos e assistentes: “o que estamos vendo aqui?”. E aí daquele que se saísse com obviedades irrefletidas! A um comentário trivial ou superficial, Waibel reagia com a seguinte admoestação: “pense, depois fale...”

No fundo, o que tanto Leo Waibel quanto, uma geração depois, Orlando Valverde tentavam estimular era aquilo que David Harvey chamou, em seu livro *A justiça social e a cidade*, de “imaginação geográfica”, em analogia com a “imaginação sociológica” de que falara o sociólogo estadunidense Wright Mills. Assim resumiu Harvey, decerto que de modo um pouco incompleto, essa “imaginação geográfica”: “[e]sta imaginação habilita o indivíduo a reconhecer o papel do espaço e do lugar em sua própria biografia; a relacionar-se aos espaços que ele vê ao seu redor, e a reconhecer como as transações entre os indivíduos e entre as organizações são afetadas pelo espaço que os separa.”

Durante as décadas em que convivi com Orlando Valverde e desfrutei de seus livros e artigos, de suas palestras e - por último, mas não com menor ênfase - das conversas com ele em sua biblioteca, fui brindado inúmeras vezes com exemplos vivazes e inspiradores de raciocínio espacial, de imaginação geográfica. E toda essa capacidade havia sido aguçada não somente pelas leituras e pelo contato familiar e prazeroso em gabinete com os mapas e cartas (que, diga-se de passagem, foram igualmente se tornando menos presentes no cotidiano profissional do geógrafo, como pesquisador

ou professor), mas também, e destacadamente, pelos muitos trabalhos de campo que ele fez pelo Brasil afora, do Sul à Amazônia, do semiárido nordestino ao Pantanal. Fonte de conhecimento (insuficiente, por óbvio) e de prazer (triste o geógrafo que não souber dele tirar genuíno e quase infantil prazer), o trabalho de campo não é tudo. Mas é muito. Lutar, uma vez em campo, para fazer o melhor possível com recursos amiúde limitados, e ao mesmo tempo, nas nossas instituições, resistir contra cortes orçamentários que parecem ter nos gastos com as excursões com alunos um dos alvos prediletos dos burocratas, tem como premissa a valorização dessa atividade complexa que é parte fundamental do tirocínio do jovem candidato a geógrafo e também do dia a dia dos pesquisadores experimentados.

Geografia Social e Ecogeografia

Eu ainda não sabia que o geógrafo e anarquista francês Élisée Reclus já cunhara, em fins do século XIX, a expressão “Geografia Social” (*géographie sociale*), quando eu a ouvi, pela primeira vez, da boca de Orlando Valverde. Aliás, desconfio que Orlando não chegou a tomar conhecimento da precedência de Reclus: é muito provável de que ele tenha chegado a essa expressão por conta própria, na esteira de suas ressalvas relativamente a uma “Geografia Humana” que lhe parecia individualista-liberal demais, ou mesmo francamente conservadora, pela maneira como tradicionalmente havia tratado a sociedade. Recordo, sobre isso, as objeções que, certa feita, ele fez, durante uma de nossas conversas, ao velho conceito de “gênero de vida”, da Geografia francesa clássica.

Ao mesmo tempo em que, pelo menos a partir dos anos 1980 ou 1990 e até a sua morte, Orlando Valverde passou a utilizar a expressão “Geografia Social” em detrimento de “Geografia Humana”,

ele também manifestou claramente, em outras ocasiões, sua preferência pelo termo “Ecogeografia”, em substituição a “Geografia Física”. Dessa vez, porém, ele reconhecia não ser o inventor da expressão, e era, inclusive, amigo de quem a propusera: o geógrafo-geomorfólogo francês Jean Tricart. Insuperável criador de frases inspiradas e muito frequentemente jocosas e divertidas, Orlando provocava, ao chamar a “Geografia Física” de “Geografia Desumana”. Ao contrário do que algum afoito poderia pensar, com isso ele não queria fazer nenhuma crítica destrutiva à “Geografia Física”: ele estava, isso sim, chamando a atenção, ainda que de modo brincalhão, para a inadequação do rótulo “Geografia Humana” - como se devêssemos inferir que à “outra Geografia” não interessassem os seres humanos e a sociedade. Por trás da pilhéria, porém, havia ainda uma outra intenção: a de, realmente, defender que o conhecimento fisiográfico-ecológico (isto é, sobre os fatores e processos naturogênicos e as feições e dinâmicas daí inicialmente resultantes) fosse melhor integrado, em vez de compartimentar-se mais e mais ao longo de uma especialização crescente de conhecimentos geomorfológicos, climatológicos, pedológicos, e assim sucessivamente. Além do mais, Orlando também insistia em que a sociedade deveria ser considerada de modo menos superficial pelos próprios geógrafos “físicos”. Em Jean Tricart, com sua tentativa “ecogeográfica” de refundar a “Geografia Física” de um modo fortemente integrado inspirado na Ecologia e com apoio no conceito de geossistema, e com seu gosto pelas considerações de ordem “aplicada” (planejamento e gestão, sobretudo envolvendo espaços agrícolas), Orlando Valverde encontrou um “geógrafo físico” nada “desumano” que, justamente, praticava sistematicamente aquilo que ele também advogava. Essa convergência de olhares era não só facilitada como, também, parcialmente explicada pelo olhar socialmente crítico de Tricart.

Se Jean Tricart, interessado em assuntos de planejamento e gestão (*aménagement du territoire*), buscava transcender o âmbito restrito da ciência natural, Orlando Valverde, de sua parte, não fugia do diálogo e da colaboração com as ciências da natureza. Muitos fatos poderiam servir para ilustrar esta afirmação, mas um bastará: a tradução, por ele feita (que também escreveu o texto da “orelha”) do livro *Os solos agrícolas*, dos franceses Hénin, Gras e Monnier, publicado no Brasil na década de 1970 pela Forense Universitária.

A valorização, por parte de Orlando, dos conhecimentos fisiográfico-ecológicos, era duplamente crítica: não apenas devido ao prisma de crítica social que ele incorporava, mas também em decorrência de ele defender uma compreensão não estreita, não bitolada para o próprio conteúdo do termo “ecologia”. Acompanhemos o que ele escreveu no início do Cap. III de seu livro *Grande Carajás: planejamento da destruição*:

Erraram os idealizadores dos atuais currículos e programas dos cursos de Ecologia, em nível superior, quando basearam o estudo dessa complexa matéria essencialmente na Biologia, abandonando, na prática, o conhecimento da face social de seus problemas. Em consequência, os nossos ecólogos defêem comumente o seu enfoque nas trocas de energia, e, quando verificam a ocorrência de uma ruptura do equilíbrio num ecossistema, limitam-se a indicar a interferência humana; mas são omissos em determinar as causas profundas dessa interferência. Desse modo, o valor da contribuição destes cientistas fica geralmente restrito.

Para o grande geógrafo brasileiro, portanto, era imprescindível o prestigiamento dos dois polos epistemológicos que, desde o início, coabitaram (de maneira menos ou mais tensa) no interior do complexo campo de conhecimento conhecido como Geografia: o conhecimento sobre a natureza e o conhecimento sobre a sociedade. É bem verdade que, por força de uma compreensão de seu campo de conhecimento formada nos anos 1930 e 1940, ele adotou, até o final, um entendimento da Geografia segundo o qual esta se situaria “na charneira” entre as ciências da natureza e da

sociedade; o trabalho do geógrafo seria, diante disso, como que o “conjunto interseção” daqueles dois macrocampos de pesquisa. Uma tal visão nos parece, há algum tempo, problemática. Devido a filtros epistemológicos poderosos e que passavam de geração a geração, aos geógrafos clássicos faltava a inclinação para desafiar cânones que os induziam a negligenciar menos ou mais a atividade teórica, a desdenhar menos ou mais o raciocínio abstrato e a dar a primazia à “natureza” (leia-se: “natureza primeira”, *physis*). Em meio a uma Geografia clássica esmagadoramente conservadora e pouco afeita ao raciocínio dialético, Orlando Valverde era, todavia, até certo ponto uma exceção (ao lado de um antecessor ilustre como Reclus): apesar de compartilhar o horizonte epistemológico e, em consequência, muitas das limitações epistemológicas dos autores clássicos em geral, ele tinha, por causa das influências crítico-dialéticas que sofrera, várias diferenças importantes em comparação com seus predecessores e contemporâneos situados dentro do mesmo horizonte epistemológico. Sua objeção ao conceito de “gênero de vida”, mencionada parágrafos atrás, é uma boa ilustração dessa disposição. Até mesmo em relação a Leo Waibel, como ele mais de uma vez me falou, se manifestaram essas diferenças. Seja lá como for, no que diz respeito ao entendimento da Geografia como redutível, na sua substância, a um “conjunto interseção”, penso que, no fundo, Orlando não teria talvez problemas em concordar com a necessidade de uma certa revisão desse ideal. Não para bani-lo, mas sim para refiná-lo e recontextualizá-lo, alçando o legítimo desejo de construção de uma “ponte” entre saber sobre a sociedade e saber sobre a natureza (dentro da Geografia e fora dela) a um patamar epistemologicamente mais sofisticado. Pois bem: em que termos? Vale a pena um rápido esclarecimento.

Ora, a dedicação preferencial de cada indivíduo concreto (estudioso/pesquisador) a um dos dois polos epistemológicos que

coabitam no interior do campo de conhecimento conhecido como Geografia, além de provavelmente inevitável, não haveria de ser um problema em si mesmo. Notemos, tomando Orlando como ilustração, que ele próprio, afinal de contas, nitidamente se situava, no frígido dos ovos, em primeiro lugar no terreno da Geografia Social, e mais especificamente da Geografia Agrária, que era onde ele tinha sempre dado suas contribuições originais de pesquisa, ao passo que as pesquisas de cunho ecogeográfico lhe serviam, acima de tudo, de fonte de conhecimento e informação, não sendo seu campo de atuação principal. O problema reside, convenhamos, não em orientar-se *preferencialmente* a um polo epistemológico ou a outro, mas sim em pretender construir um muro ou cavar um fosso que dificulte a circulação de informação e, por assim dizer, a mútua fecundação de um (sub)campo pelo outro. Confinar as preocupações dos geógrafos a um “conjunto interseção” seria anacrônico e tremendamente limitante; porém, desde que introduzamos explicitamente essa sutileza na formulação, não deveria ser questionada a legitimidade da integração de conhecimentos referentes às pesquisas metodologicamente controladas pelos cânones das ciências da natureza com os da pesquisa social em sentido forte, por mais difícil que isso seja. O fato de alguns cientistas, inevitavelmente, terem o seu treinamento metodológico, a sua “sensibilidade epistemológica” e a sua forma de construir o objeto orientados mais para um polo que para o outro não é, portanto, nenhum problema; deixemos de lado o delírio de pretender formar “supercientistas” igualmente à vontade entre os métodos, teorias e conceitos da tradição dos naturalistas e entre os métodos, teorias e conceitos da pesquisa social. O problema é outro: o desinteresse, os preconceitos e, no limite, a hostilidade que transformam *diferença em separação*. O muro ou fosso que tem dificultado um verdadeiro diálogo entre ciências da natureza e ciências da sociedade, os geógrafos pretenderam, de maneira um

tanto simplista, derrubá-lo no interior de seu mal definido “território disciplinar”. Nunca conseguiram fazê-lo de modo plenamente persuasivo, e a fragilidade de suas premissas e suas apostas (a começar pelo pouco apreço pela teorização) só fez, com o tempo, ficar mais evidente. Não obstante, cabe insistir: não é por isso que a preocupação de superar o fosso epistemológico entre o conhecimento da natureza e o da sociedade deixa, enquanto tal, de fazer sentido. É a convicção de que a superação desse fosso faz, sim, muito sentido, que vemos presente em toda a obra valverdiana, dos primeiros estudos (sobre colonização e ocupação de regiões no Sul do Brasil, como o magnífico guia de excursão *O Planalto Meridional do Brasil*, de 1957), passando pelo primeiro volume de *Geografia Agrária do Brasil* (dedicado, justamente, às “bases físicas”!) e pelos vários ensaios fundamentais sobre sistemas agrícolas, regionalização da reforma agrária no Brasil e outros temas (alguns desses ensaios constando do belo livro *Estudos de Geografia Agrária brasileira*, publicado em 1985 pela editora Vozes), até chegar aos últimos trabalhos de nosso autor, geralmente sobre a Amazônia (assunto que o ocupava e preocupava, na realidade, desde fins dos anos 1960).

É importante acrescentar, ainda, que a Geografia Social de Orlando Valverde se achava impregnada de historicidade, a tal ponto que ele, em certa ocasião, conversando comigo, recordou uma frase de Pierre Monbeig: “Quanto mais estudo a Geografia, menos consigo distingui-la da História.” Foi desse senso de historicidade, criticamente encaminhado, que ele procurou impregnar a sua apreensão da dimensão “ecológica” em sentido estrito, tornando-a, ao final, uma dimensão ecológica em sentido lato: uma ecologia hominizada e humanizada, porque historicizada e dialetizada.

Um intelectual público

Disse eu, ao final da “Breve nota pessoal” com que abri este texto, que há uma mensagem central na obra e na prática profissional de Orlando Valverde, a qual continua atual: a possibilidade e a importância de uma Geografia que supere o fosso entre as ciências da natureza e as da sociedade. De fato, talvez essa seja a mensagem principal, olhando de um ângulo científico e epistemológico. Há, porém, uma outra, a qual, de um ponto de vista ético - e a ética não deveria ser jamais estranha à atividade do pesquisador, por um minuto que seja -, eu vejo como dividindo a posição de mensagem central com aquela primeira: o cientista (geógrafo ou qualquer outro) precisa assumir responsabilidade pelas suas ações (e, eventualmente, omissões), e deve denunciar publicamente aquilo que, nefasto do ponto de vista social ou moralmente duvidoso ou inaceitável, precisa ser denunciado. O cientista não deve trair a sua consciência (presumindo-se que ele tem uma), e necessita, além do mais, saber comunicar-se diretamente e com clareza com os não especialistas e valorizar essa comunicação. Em resumo: o pesquisador não deve isolar-se em uma torre de marfim. Cada homem ou mulher que se dedica à pesquisa científica tem o dever de tornar o seu saber útil e acessível. No caso de Orlando Valverde, essa exigência assumiu duas formas: a primeira, talvez a de maior destaque, foi o seu empenho, praticamente durante toda a sua vida profissional e mais nitidamente a partir dos anos 1960, em *lutar publicamente por causas que considerava justas*; a segunda, concretizada de maneira menos frequente e menos sistemática, deixou, ainda assim, alguns testemunhos notáveis, e diz respeito à compreensão de que o pesquisador precisa saber *cativar o grande público (quem sabe ajudando a despertar novas vocações) mediante textos agradáveis de se ler e belamente ilustrados*.

O engajamento social de Orlando teve sua primeira encarnação concreta quando de seu posicionamento a favor de uma reforma agrária no Brasil. A não publicação do segundo volume de *Geografia Agrária do Brasil*, devido ao golpe militar que sobreveio em 1964 e não permitiu a continuidade de um projeto ambicioso, deveu-se a essa razão, já que esse segundo volume iria tratar, entre outras coisas, exatamente do problema agrário brasileiro. Com isso, não foi Orlando o único prejudicado: ficamos, os geógrafos brasileiros, sem conhecer a parte mais importante daquela que, na sua integralidade, teria seguramente sido uma das reflexões mais relevantes sobre a problemática e tensa realidade do campo brasileiro em meados do século passado.

À luta pela reforma agrária somou-se outra, a partir de fins dos anos 1960: a luta contra a devastação da Amazônia. Como sempre em sua carreira e em sua atuação como intelectual público, Orlando não assumiu a defesa da Amazônia de um ponto de vista preservacionista, sonhando em manter uma quimérica intocabilidade daquela região. Não por acaso, a ONG que ajudou a fundar e que durante muitos anos presidiu chamava-se Campanha Nacional de Defesa e pelo *Desenvolvimento* da Amazônia (CNDDA). “Desenvolvimento” é uma palavra que, com boas razões, costuma despertar desconfiança e mesmo hostilidade em círculos socialmente críticos. É necessário, contudo, ter em mente duas coisas: em primeiro lugar, o fato de que, por mais que isso possa nos parecer, hoje, insuficiente, o “desenvolvimento” advogado por Orlando e seus companheiros da CNDDA não era, de modo algum, um “desenvolvimento econômico” capitalista nu e cru, tendencialmente insensível às questões relativas à justiça distributiva, à etnodiversidade e à preservação ambiental; em segundo lugar, precisamos ter sempre em mente as peculiaridades da geração de Orlando e a época em que foi forjada a sua compreensão do mundo

e seus problemas. Sem dúvida, pode-se desejar, principalmente com os olhos de hoje, que certas críticas tivessem sido feitas de modo mais abrangente ou quiçá mais profundo; haveria aí, talvez, um certo anacronismo, ao não atentarmos para as particularidades da mentalidade de uma época e de uma geração e ao não vermos que, dentro dos seus limites, uma das coisas que distinguiram Orlando Valverde da maioria de seus contemporâneos, e sobretudo da esmagadora maioria de seus colegas de profissão, era, justamente, o sentido progressista de suas intervenções públicas. Com efeito, já há muito entrado na “terceira idade” e aposentado do IBGE, Orlando surpreendia, dos anos 1980 até a sua morte, pela persistente vitalidade de suas ideias e pela atualidade de suas informações sobre problemas concretos. Eu mesmo cometi o erro, uma ou outra vez, de achar que determinada leitura era ultrapassada ou limitada, para mais tarde verificar que, no fundo, havia ali, naquela sugestão ou interpretação de Orlando, muito de aproveitável e certo, de um ponto de vista pragmático. No afã de “ir fundo”, muitas vezes descuidamos de preocupações eminentemente práticas que, se negligenciadas, condenarão nossos ideais ao fracasso ou, o que é mais provável, à irrelevância. Essa é uma das coisas que aprendi com Orlando Valverde.

Dentre seus numerosos trabalhos sobre a Amazônia e seus problemas, gostaria de destacar *Grande Carajás: planejamento da destruição*. Em seu Prefácio, Aziz Nacib Ab’Sáber faz, ao final, um comentário que sintetiza uma vida:

Admirado pelos seus colegas, tratado carinhosamente por seus discípulos, odiado por seus inimigos (trabalhar sempre incomoda!), Orlando Valverde continua simplesmente sua grande missão de geógrafo. Um geógrafo permanentemente a serviço de seu país.

Um pequeno reparo, contudo, pode ser feito: sim, trabalhar com seriedade costuma, na universidade brasileira, incomodar; mas

o “incômodo” causado por Orlando se deveu, acima de tudo, ao conteúdo desse trabalho, socialmente crítico e engajado. Olhado com desconfiança, por razões políticas, por alguns colegas elitistas e conservadores já durante o período de efervescência político-social de fins dos anos 1950 e início da década seguinte, foi após a instauração do regime militar que ele, pesquisador do IBGE, sofreu as maiores retaliações e perseguições. Ajudaram-no, e muito, os contatos com pesquisadores importantes do exterior, que reconheciam o seu valor científico e o convidaram para estadas como professor ou pesquisador visitante em diversas universidades (Heidelberg, Bordeaux, UCLA/Los Angeles); mas isso não impediu numerosas afrontas e descortesias. As pesquisas de Orlando Valverde sobre a Amazônia, aliás enaltecidas por Ab’Sáber no mencionado Prefácio, foram, ao lado de seu engajamento pela reforma agrária, uma das suas duas grandes fontes de dissabores. Não é difícil imaginar os atritos entre a visão de Orlando sobre a Amazônia e as concepções e estratégias gestadas durante o regime de 1964; muito menos é difícil imaginar como tudo isso deve ter sido extremamente difícil para um geógrafo do IBGE. Finalmente, ao aposentar-se daquela instituição, o grande geógrafo sentiu-se mais leve, e prosseguiu combatendo o bom combate a partir da trincheira que era a CNDDA. Nada se compara, no que diz respeito ao compromisso de Orlando Valverde com as causas que abraçou, à imagem de um senhor de cabelos já totalmente grisalhos e com setenta e poucos anos de idade, participando, em condições desgastantes até para um jovem, de audiências públicas na Amazônia de início da década de 1990, para debater Relatórios de Impactos Ambientais (RIMAs). Em uma delas Orlando teve de andar escoltado, tamanho o risco que corria. “Lutador”, deveras, não é, aqui, um qualificativo oco ou exagerado.

Grande Carajás: planejamento da destruição é um exemplo, em tom sóbrio e nada panfletário, do olhar de Orlando sobre a Amazônia e seus problemas. Sempre tentando conciliar proteção ambiental e prudência ecológica com o aproveitamento de recursos em benefício, em primeiro lugar (mas não exclusivamente), das populações locais, o autor tece críticas sem substituir o embasamento técnico-científico por apelos puramente emocionais e tiradas retóricas. Pode-se ou não concordar inteiramente com ele no tocante não só aos assuntos discutidos nesse livro, como também a propósito de outros temas; o que importa, no entanto, é que esse cultivo de um estilo de argumentação animado por valores éticos e político-filosóficos mas que, apesar disso, não cede nunca à demagogia e ao panfletarismo e não negligencia a busca de um embasamento sólido e detalhado, fruto de estudo sistemático e sério - esse estilo é algo que deve ser devidamente apreciado. Estilo, diga-se de passagem, que caracterizou dois outros grandes geógrafos críticos do passado, os já mencionados Élisée Reclus e Piotr Kropotkin.

Por último, cabe lembrar que a atuação de Orlando Valverde como um “intelectual público” não se circunscreeu ao seu engajamento em prol de causas como a reforma agrária e a ocupação do espaço amazônico sobre os fundamentos combinados da prudência ecológica e dos interesses das maiorias. Houve também uma outra faceta: a sua preocupação em cultivar a Geografia como uma ciência que pode ser fascinante também para o leigo, a começar pelas crianças e os jovens. Nas últimas décadas, a História consolidou sua vocação para brindar uma ampla audiência, para muito além dos círculos de historiadores profissionais, com livros belos e saborosos, agradabilíssimos de serem lidos e às vezes ricamente ilustrados. Sempre me perguntei sobre as razões de os geógrafos envidarem tão pouco um esforço semelhante, tão

meritório - afinal, o apelo potencial da Geografia, ao lançar mão de forma inteligente e atraente de recursos os mais variados (textos de análise, depoimentos, fontes literárias, reproduções de representações artísticas da paisagem, mapas, imagens de satélite, fotografias etc.) para examinar problemas os mais diversos, é imenso. E no entanto, apesar da tradicional presença dos geógrafos no universo dos livros didáticos (nem sempre muito feliz, diga-se de passagem), muito pouco tem sido produzido em matéria de *divulgação científica*. Um exemplo de como um trabalho de Geografia pode ser agradável e acessível também para leigos é o ensaio “A fazenda de café escravocrata no Brasil”, incluído na coletânea *Estudos de Geografia Agrária brasileira*. Texto que, a rigor, poderia ser classificado como de Geografia (Agrária) Histórica, era considerado, pelo próprio Orlando, como um de seus mais bonitos, e concordo inteiramente com isso.

Ontem, hoje, amanhã

Orlando Valverde gostava de usar uma analogia para referir-se, elogiosamente ou em tom desairoso, a algum colega: “as pessoas são como o vinho: ao envelhecer, algumas sublimam, ao passo que outras viram vinagre”. Orlando Valverde sublimou. Seu ardor de intelectual público nunca arrefeceu, ao mesmo tempo em que, de certo modo, ele soube remoçar, mantendo-se sempre jovem de espírito. Não acompanhou (na realidade, acompanhou à distância, com um grão de ceticismo) a renovação crítica da Geografia nos anos 1970 e 1980; talvez por desconfiar de alguns de seus representantes brasileiros, talvez por não concordar com a marginalização das preocupações e da formação “físico-geográfica” por parte dos “geógrafos humanos” de figurino radical, talvez, ainda, por ter outras prioridades. É possível que fosse insensata qualquer cobrança nessa direção, endereçada a um geógrafo de sua geração - sobretudo quando sabemos que, no seu caso, a crítica social não

nascera (apenas) de leituras em gabinete e muito menos sob inspiração da “virada crítica” nos EUA, na Inglaterra e na França, posto que, mais de dez anos antes da publicação de um marco como *A justiça social e a cidade*, de David Harvey, estava já o nosso Orlando debatendo e escrevendo sobre as injustiças sociais no campo e a reforma agrária. Seja lá como for, ao não procurar ficar “na crista da onda”, buscando o diálogo com os autores estrangeiros da moda e adotando um vocabulário mais ao gosto dos tempos, Orlando Valverde foi, ainda em vida, condenado a um relativo ostracismo. Não foram muitos os que perceberam e reconheceram o seu pioneirismo. Sempre afeito a uma polêmica e dono de uma língua afiada, Orlando dava o troco sempre que podia, o que colaborou para produzir desafetos e incompreensões até mesmo entre geógrafos que tinham tudo para se identificar com ele e suas causas.

Da minha parte, estou convencido de que, por mais que muitas de suas análises específicas e até mesmo suas abordagens sejam hoje, inevitavelmente, datadas, aspectos essenciais de sua mensagem (tanto a tácita quanto a mais explícita) são ainda atuais. Diria mesmo: atualíssimos.

Quando o hoje era ainda o ontem das décadas de 1960 e 1970, Orlando Valverde já era, pelo incomum de um geógrafo envolvido intelectual e prático-politicamente com causas sociais, um intelectual do amanhã. Embora desaparecido fisicamente em 2006, vários de seus ensinamentos não caducaram. Pelo contrário. A alguns deles, já me referi ao longo deste texto. Posso, entretanto, mencionar uns poucos outros, para arrematar estas reflexões.

Era notória entre seus contemporâneos a aversão que Orlando tinha pelo neopositivismo e pelo abuso das técnicas estatístico-matemáticas que acompanhou a “Revolução Quantitativa” que, no Brasil, aportou na década de 1970. Curiosamente, Orlando Valverde, que tinha uma sólida base em Matemática e reconhecia a

importância desta matéria (a começar pela sua utilidade para um adequado domínio da Cartografia), apesar de não ser de modo algum contrário aos avanços tecnológicos, desconfiava, ainda nos anos 1970, do uso indiscriminado de recursos e modelos computacionais para a análise de complexos problemas sociais/ambientais. Disse-me ele certa vez, em meio a uma crítica à esterilidade de muito do que a “Revolução Quantitativa” havia deixado como legado: “o instrumento de trabalho mais importante do geógrafo é o cérebro!” Poderia parecer a alguns que essa objeção é, ela mesma, datada, já que o neopositivismo há muito abandonou o centro do palco. Porém, o que seria a febre “geotecnológica” que testemunhamos em nossos dias, senão uma *fetichização de técnicas e tecnologias* (geoprocessamento, cartografia digital) em detrimento da verdadeira capacidade de análise? Ironicamente, concomitantemente à banalização do geoprocessamento (ou de uma simples cartografia digital), o bom domínio da Cartografia Temática se torna algo cada vez mais raro (na “Geografia Humana”, aliás, se os próprios mapas foram se tornando raros, o que se dirá então dos bons mapas...). Para evitar mal-entendidos: não sou, em absoluto, contrário ao geoprocessamento e à cartografia digital! Eles constituem utilíssimas ferramentas, que facilitam extraordinariamente os procedimentos de representação (e, no caso do geoprocessamento, até certo ponto também os de análise) de dados e informações. Não reconhecer isso seria de um incrível obscurantismo. O que se deve lamentar é a degradação do geógrafo à condição de um mero “piloto de *software*”, um arremedo de cartógrafo que subestima (até por desconhecer) as reais complexidade e magnitude dos desafios envolvidos na análise da realidade.

Um outro ensinamento de Orlando diz respeito ao seu equilibrado apreço pelo “saber local”, o seu genuíno respeito pela

experiência e pela sabedoria prática de lavradores pobres, ribeirinhos, indígenas, seringueiros... Digo “equilibrado” apreço porque, contrariamente à desqualificação agressiva do discurso científico tão em voga atualmente em certos círculos de intelectuais “descolados” e “pós-modernos”, Orlando não tinha vergonha alguma de sua identidade profissional de cientista/pesquisador, ao mesmo tempo em que desdenhava a arrogância vazia de um conhecimento acadêmico desinteressado ou preguiçoso demais para dialogar e aprender com as pessoas em seus “mundos da vida”, em seu cotidiano, em seus locais de vida e trabalho. Orlando sabia muito bem aquilo que tantos, hoje, parecem ter dificuldade para enxergar, e ainda mais para concretizar: o geógrafo precisa ter uma formação profissional sólida e a capacidade de colocar o saber advindo dessa formação a serviço de quem mais precise; essa é a chancela definitiva para a atuação do geógrafo *enquanto tal*, para além das boas intenções e das palavras de ordem. Foi por essa razão que a colaboração de Orlando, aliás, foi tão apreciada e estimada por organizações de movimentos sociais, com destaque para movimentos sociais da Amazônia.

Em Orlando Valverde, vida e obra, engajamento político e atividade profissional entrelaçaram-se de um modo intenso e, infelizmente, não usual entre seus colegas de profissão, mormente em sua época. Faço minhas as palavras que o astrônomo Neil deGrasse Tyson empregou para referir-se à importância de seu mentor, Carl Sagan, em sua vida: quando conheci Orlando, eu tinha uma vaga ideia do tipo de *profissional* que queria ser; depois de conhecê-lo, eu passei a ter, para muito além disso, uma nítida ideia do tipo de *pessoa* que queria ser. Por tudo isso, acredito, Orlando Valverde não é uma referência confinada ao ontem, e nem mesmo válida apenas para o hoje: é, assim espero, também uma referência que deve permanecer viva no amanhã.

Livros e artigos de Orlando Valverde citados neste texto

Anunciei, no começo deste texto, que o encaminharia de maneira mais livre do que é usual, sem o formalismo típico de um trabalho acadêmico. Isso não me impede, entretanto, de ajudar um pouco quem porventura desejar travar contato em primeira mão com os trabalhos de Orlando Valverde que citei nas páginas anteriores. Segue, abaixo, uma lista em ordem cronológica com esses trabalhos, cada um deles acompanhado de um rápido comentário de contextualização. É claro que o nosso autor escreveu e publicou muitas outras obras, além dessas; porém, esta lista contém uma boa parte de seus escritos mais representativos.

Apresentação da 1ª edição de ***Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil***

Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil, coletânea de ensaios do geógrafo alemão Leo Waibel, foi publicada pelo IBGE em 1958. Uma segunda edição, anotada, apareceu em 1979. As quatro páginas da “Apresentação”, longe de serem uma coisa protocolar, constituem, a meu ver, um dos textos mais inspirados e inspiradores de Orlando Valverde: redigida em 1955, poucos anos após a súbita morte de Leo Waibel, ela foi visivelmente elaborada com emoção.

O Planalto Meridional do Brasil

O XVIII Congresso Internacional de Geografia, ocorrido em 1956 no Rio de Janeiro, já foi considerado um dos melhores que a União Geográfica Internacional (UGI) promoveu. Ao lado da bem cuidada edição dos volumosos anais, a disponibilização de nada menos que nove guias de excursão foi, sem dúvida, um dos pontos altos do evento, em matéria de publicações: cada um desses guias

apareceu em três idiomas e é um verdadeiro livro, com mapas e fotografias; inicialmente publicados em inglês e francês, logo saíram, em 1957, também em português. Um dos melhores, se não o melhor desses guias (que abrangeram excursões científicas por todas as regiões brasileiras), é, justamente, o nono e último, da autoria de Orlando Valverde, sobre as “bases físicas”, o povoamento e os aspectos econômico-espaciais da maior parte do Sul do país. O foco principal foi a colonização europeia (tema muito caro, aliás, a Leo Waibel, quando de sua estada no Brasil), razão pela qual a Campanha Gaúcha não foi incluída. Apesar do formato clássico e algo convencional da apresentação dos assuntos, ali se nota já o senso crítico de Orlando, ao descrever e comentar as difíceis ou mesmo miseráveis condições de vida e trabalho de certos grupos sociais, ou então ao contrastar a estrutura fundiária menos concentrada da região Sul com o Brasil dos grandes latifúndios, hegemônico nas demais regiões.

Geografia Agrária do Brasil

O primeiro volume de *Geografia Agrária do Brasil* estava fadado a ser também o único: publicado em 1964 pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e Cultura, o segundo e decisivo volume, discorrendo em detalhe sobre os agrossistemas e os problemas das estruturas agrárias brasileiras (com destaque para o tema da reforma agrária), nunca veio a lume, em decorrência do golpe militar que teve lugar naquele mesmo ano. Ainda assim, mesmo com esse primeiro volume (dedicado ao “quadro natural” e à economia da coleta, tanto selvagem quanto comercial) sendo pouco mais que uma preparação para o segundo, ele mostra a qualidade e a amplitude da formação científica do autor, bem como o caráter minucioso de suas análises.

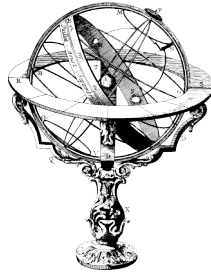
Estudos de Geografia Agrária brasileira

Fez muito bem a editora Vozes, de Petrópolis, em publicar, em 1985, uma coleção de alguns dos mais relevantes escritos de Orlando Valverde (todos já publicados anteriormente, sob a forma de ensaios ou pequenos relatórios, no Brasil e no exterior). O mais antigo deles, “O uso da terra no leste da Paraíba”, é de 1954; o mais recente, “Gênese e evolução do problema agrário brasileiro”, foi concluído em 1976 para publicação no Brasil, mas só apareceu no ano seguinte, em Portugal, por razões políticas. A coletânea é aberta pelo longo e belo ensaio de Geografia Histórica “A fazenda de café escravocrata no Brasil” (escrito em 1964 e pensado originalmente para integrar o segundo volume de *Geografia Agrária do Brasil*), e fechada por um ensaio pequeno (apenas seis páginas) mas muito importante, “Regionalização da reforma agrária”, publicado no início dos anos 1960. O livro conta com um prefácio assinado por outro dos maiores nomes da Geografia brasileira, Manuel Correia de Andrade, que muito acertadamente salienta o fato (hoje, infelizmente, pouco conhecido) de que Orlando foi um precursor do pensamento socialmente crítico na Geografia brasileira - o principal precursor, poderíamos acrescentar.

Grande Carajás: planejamento da destruição

Redigido originalmente como um relatório por solicitação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), feliz foi a decisão de publicar o material sob a forma de livro (aparecido em 1989), em coedição da Forense Universitária e das editoras da Universidade de São Paulo e da Universidade de Brasília. Em seu prefácio, o eminente geógrafo-geomorfólogo Aziz Ab’Sáber declara o seu “entusiasmo pela obra geográfica de Orlando Valverde”, reconhecendo, em especial, sua “heterodoxia metodológica”. Acima de tudo, porém, Ab’Sáber destaca o valor não somente desse estudo mas, na verdade, de toda a

“postura de cientista e cidadão” de Orlando ao longo de sua trajetória profissional. Não por acaso, o relatório em questão, como faz questão de ressaltar Ab’Sáber, é um relatório dos mais estranhos e peculiares, tal a independência de pensamento e o grau de crítica ali contidos.



A Geografia segundo Orlando Valverde: um testemunho

Paulo Cesar da Costa Gomes

*Professor no Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro*

No dia 16 de abril de 2017 Orlando Valverde completaria cem anos. Infelizmente, faleceu antes, em 2006, aos 89 anos. Tive a grande sorte e o privilégio de desfrutar estreitamente de sua companhia durante os seus 30 últimos anos de vida. Conhecemos pouco antes de perder meu pai e lembro, com encantado reconhecimento, como ele e sua família me acolheram então como um verdadeiro filho, estatuto que tenho orgulho de reivindicar ainda hoje. Foi por direta influência dele que fiz o vestibular para

· Paulo Cesar da Costa Gomes ·

Geografia e também por sua intensa insistência que permaneci no curso: “A Geografia oferece muitas oportunidades de estudo”, me disse ele à época. Hoje, quase 40 anos depois, posso repetir o mesmo aos meus jovens alunos sem medo de errar. Esta é apenas uma ínfima marca dentre as inúmeras outras que se foram imprimindo ao longo dos anos passados ao lado dele.

Ao iniciar esse texto tive que lutar contra a grande tentação de aproveitar essa oportunidade para fazer um comovido relato desses muitos anos de convivência próxima. Lutei contra isso pois certamente não é esse o interesse maior do leitor e, sobretudo, não creio que teria sido o dele se pudesse ser ouvido sobre o conteúdo dessa homenagem.

O que o mobilizava completamente, o interesse central de toda sua atividade era a Geografia. Todos os assuntos, em um dado momento, derivariam para ela. No hospital, pouco antes de falecer, ele foi apresentado à namorada de um dos seus netos. Vinha de uma pequena localidade no sul do Brasil. Ele quis saber onde era. Ela relutou e disse que ninguém conhecia a pequena cidade de Coronel Bicaco. No noroeste do estado do Rio Grande do Sul? Perguntou ele. Sim, conhecia. Começou então a descrever animadamente o que havia visto quando esteve por lá, o tipo de morfologia da região, o povoamento da área, a importância da pecuária e depois da erva-mate etc. Alguém tentou mudar o assunto para saber sobre o tratamento médico, mas depois de rapidamente responder, ele retomou aos comentários e à descrição. Era isso que o movia, a Geografia. Manteve essa fascinação até o final. Durante todos os anos em que esteve ativo, em qualquer evento ou manifestação, onde fosse sentida a necessidade de criar um movimento positivo de mobilização pela Geografia, o nome de Orlando Valverde era sempre um dos primeiros a serem lembrados. D. Miriam, esposa maravilhosa, inteligente e amorosa, nas reuniões

com amigos e familiares, se arvorava mesmo a fazer breves comentários sobre a Amazônia, sobre os trabalhos de campo, sobre as conferências, unicamente para reencaminhar o assunto para aquele terreno sobre o qual, ela sabia, proporcionaria mais prazer e alegria ao Sr. Orlando.

Por tudo isso, a maior homenagem que posso hoje prestar é me dedicar a descrever, ainda que parcial e brevemente, a geografia que o habitava e o animava. Não quero, no entanto, escrever um texto semelhante ao que qualquer um que recorresse à bibliografia pudesse fazer. Ambiciono, ao contrário, encontrar na memória e na experiência pessoal com Orlando Valverde o material para evocar a sua luminosa Geografia. Partirei assim sempre daquilo que ouvi, daquilo que ele me ensinou e, sobretudo, daquilo que pude observar em sua prática de pesquisa. Deixo, portanto, aos outros estudiosos de sua obra, a tarefa de localizar as referências bibliográficas, as datas precisas, as citações textuais. Eu, que fiz isso com inúmeros outros autores, me ofereço a prerrogativa de nesse caso não o fazer. Exatamente por se tratar dele, posso manusear um precioso material cujo acesso é reservado unicamente aos que tiveram a regalia de ter tido uma experiência que transborda os limites da prática profissional, é o resultado de um forte e continuado vínculo afetivo.

A formação geográfica de Orlando Valverde,

Segundo Orlando

Ele era, sem dúvida, um homem de uma cultura fabulosa. Capaz de guardar uma grande quantidade de informações na memória, com facilidade, ele podia apresentá-las de forma sistemática e organizada a qualquer momento. Gostava sobretudo de demonstrar, ao final, como todas essas informações contribuíam para a construção da Geografia. Por isso, dominava com

· Paulo Cesar da Costa Gomes ·

desenvoltura temas muitos diversos que foram se acumulando nas leituras e nos encontros que manteve com outros intelectuais. Em meio a essa massa de informações, aquelas relativas às ciências sociais evidentemente eram suas preferidas e seu conhecimento da história, geral e do Brasil, se mostrava verdadeiramente impressionante. Aliás, na época em que realizou seus estudos superiores a formação era dupla, em História e em Geografia. Alguns dos temas das ciências sociais dos quais ele gostava de falar traduziam também a riqueza dos diálogos que ele havia mantido com alguns dos grandes nomes de diversas procedências acadêmicas: Caio Prado Jr, Darcy Ribeiro, Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado, Anthony Leeds, Alberto Passos Guimarães, entre muitos outros.

As ciências físico-naturais também tinham um lugar reservado em sua biblioteca mental. Conhecia muito bem certos aspectos da biologia, sobretudo aqueles relativos às plantas. Era capaz de discorrer horas a fio sobre as características de algumas espécies vegetais, suas similitudes com outras espécies, suas áreas de origem e sua difusão, seus usos econômicos etc. Tinha especial apreço pela caracterização detalhada dos biomas brasileiros e suas variações locais.

A física e a química também, de forma alguma, lhe faltavam. A proximidade com o sogro foi decisiva na implementação desses conhecimentos. José Carneiro Felipe foi um grande cientista da primeira metade do Século XX, reconhecido como uma autoridade nas áreas da matemática, da física, da química e da estatística. Foi um dos idealizadores do CNPq e teria sido seu primeiro presidente não fosse o falecimento no dia da nomeação, em 1951. Orlando Valverde nutria uma admiração infinita ao sogro e julgava que havia sido o homem mais sábio que tinha encontrado. Sempre que a oportunidade de comentar se apresentava, sublinhava o saber enciclopédico, a seriedade e a dedicação absoluta ao trabalho. De

fato, a figura intelectual de José Carneiro Felipe parece ter sido o modelo seguido por Orlando Valverde. O excelente manejo desses conhecimentos fundamentais nas ciências físico-naturais ajudava Orlando Valverde a também construir uma base sólida para dominar campos disciplinares mais próximos da Geografia como a Biogeografia, a Geologia, a Pedologia, ou a Climatologia.

Já em relação à matemática, ele gostava de contar que havia sido a primeira disciplina da qual tinha sido professor. Explicava também, sem esconder seu orgulho, a refutação da assim chamada geografia teórica – “quantitativa”, segundo ele, pois não aceitava aquilo que interpretava como um erro de tradução (“*theoretical*”), de pessoas que nem sabiam inglês corretamente – essa refutação advinha não de uma dificuldade em pensar em termos matemáticos, mas sim de sua convicção de que esse raciocínio não se adaptava inteiramente ao tratamento das questões geográficas. Repetia sempre que todos os fenômenos possuem aspectos qualitativos e quantitativos, e que a Geografia por ser uma ciência charneira, deve utilizar procedimentos qualitativos e quantitativos. Ao contrário, no entanto, das ciências matemáticas, a Geografia não era uma ciência dedutiva, mas sim indutiva e, por isso, deveria usar com muita parcimônia modelos matemáticos e estatísticos.

De fato, para Orlando Valverde, a geografia era uma ciência que integrava um conjunto muito variado de conhecimentos oriundos de fontes disciplinares bastante diversas. Essa concepção era fortemente ancorada na ideia trazida, sobretudo pelos geógrafos franceses da primeira geração pós Vidal de La Blache, da Geografia como uma ciência diferente da maior parte das outras, de outra ordem, não analítica, mas sintética. De tal maneira essa visão era estruturante que Orlando Valverde gostava de comentar como diferentes disciplinas, como a geologia, a pedologia, a climatologia, a geomorfologia etc. eram ramos auxiliares da ciência geográfica.

Havia aí, sem dúvida, como guia um forte ideal enciclopédico. A Geografia seria esse grande “livro” compósito, reunião de um imenso conjunto de conhecimentos. Esse ideal não era estranho à geração de Orlando Valverde, no Brasil ou no exterior, mas de fato poucos tinham condições de exercê-lo com efetividade e êxito visto a demanda de conhecimentos e a bagagem que isso implicava.

De fato, a geografia universitária fez, desde o final do século XIX, de Alexander von Humboldt a imagem mítica do grande fundador da Geografia moderna. Seu conhecimento enciclopédico, seu domínio da vanguarda de diferentes campos científicos, foram e são sempre lembrados como elementos fundamentais desse exemplo que deveria ser almejado por todos os geógrafos. Orlando Valverde foi certamente sensível a esse modelo. A admiração ao personagem, no entanto, era dupla. Além do entusiasmo pela obra, a aventureira vida de viagens de Humboldt, um misto de viajante, cientista e sábio, era sobretudo o que mais se ressaltava nos comentários de Orlando. Dessa mesma forma, ele também admirava outros homens com perfis similares como Auguste de Saint-Hilaire, Carl Friedrich von Martius, Alexandre Rodrigues Ferreira, entre outros cientistas-viajantes. Orlando tinha um imenso prazer em citar os relatos de viagens desses personagens. Leu com atenção todos os volumes da *Viagem às Regiões Equinociais* de Alexander von Humboldt e Aimé Bonpland. Era seu livro preferido de Humboldt e, ao compará-lo ao *Cosmos*, dizia que esse último lhe parecera a obra de um homem envelhecido, sem o mesmo vigor das descobertas da juventude.

Na maneira como Orlando via sua própria formação profissional se revela esse modelo ideal. Ele se considerava um autodidata. Atribuía importância fundamental à sua formação escolar. O colégio Pedro II e seu currículo de matérias tinha sido a base. Dizia que tinha apreendido a falar francês e inglês no colégio e

que as aulas de latim o tinha preparado para continuar aprendendo. Gostava de contar que lembrava com perfeição algumas aulas no secundário, como a de limites e fronteiras que havia sido dada por Fernando Raja Gabaglia. Já aos anos que passara na Escola Naval conferia toda a mestria em lidar com a matemática e com a cartografia. Ele acreditava que essa formação lhe havia dado todos os instrumentos necessários para depois poder aprender com autonomia a partir das leituras que fazia e das experiências que tinha. O mais importante para ele, aprendera com a prática, viajando e observando. Na verdade, essa teria sido a maior fonte de seus conhecimentos. O que se aprendia com a prática da pesquisa era, para ele, praticamente inquestionável pois tratava-se do resultado da observação direta. Os anos na Universidade não eram assim muito valorizados, à exceção dos cursos que fez com Pierre Deffontaines e das palestras que ouviu de Pierre Monbeig. De resto, nos bancos da Universidade do Brasil, as aulas eram ministradas por pessoas, que dizia ele, não eram verdadeiros geógrafos e nem entendiam muito bem o que era a Geografia.

Hoje, ao olhar para trás, posso garantir que entre todos os geógrafos que conheci, alguns aliás muito cultos, o mais próximo do ideal exemplificado por Alexander von Humboldt foi Orlando Valverde. Pela variedade de conhecimentos reunidos em uma mesma pessoa com o intuito de construir a Geografia, pelo gosto das observações trazidas pelas viagens, pelo espírito curioso e aberto, pela vontade de transmitir o conhecimento adquirido, pela alegria de participar na aventura da descoberta e interpretação da variedade do mundo, por tudo isso, acredito firmemente que Orlando Valverde foi um sábio. Nada parecia mais absurdo para ele do que a afirmação de supostas dicotomias, sobretudo aquelas que mais tarde vigorariam como verdadeiras fronteiras intransponíveis, como entre a geografia física e a geografia humana, ou entre a geografia

· Paulo Cesar da Costa Gomes ·

geral e a geografia regional. Esses conhecimentos deveriam todos colaborar para que entendêssemos uma mesma coisa: a geografia de um lugar. De qualquer maneira, desconfio que para ele, a Geografia era um domínio tão completo e amplo, que um bom geógrafo, pela quantidade de informações e dados que deveria conhecer e interpretar não poderia ser outra coisa. A boa Geografia é um domínio de sábios. Assim era a Geografia segundo Orlando.

Um canibalismo da Santíssima Trindade geográfica

Logo após o falecimento de Orlando Valverde, fui informado de que a família, generosamente, gostaria que eu e Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde, seu neto e também geógrafo, decidíssemos o que fazer com a biblioteca dele. Nem eu nem Rodrigo Valverde desejamos guardar o conjunto dos livros. Combinamos que escolheríamos alguns exemplares e documentos e todo o resto do acervo seria doado à biblioteca da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rodrigo escolheu alguns livros, fotos e uma parte da correspondência. Eu escolhi apenas três livros: *La Géographie Humaine*, em dois volumes de Jean Brunhes; *The Nature of Geography*, de Richard Hartshorne; e *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*, de Leo Waibel.

Evidentemente, não escolhi os textos escritos por Orlando Valverde porque já os tinha, quanto aos outros todos, achei que disponíveis na biblioteca teriam um uso mais conforme a vontade do próprio Orlando Valverde. Peguei apenas esses três livros citados. Na hora da escolha não me veio claramente à mente os critérios que poderiam tê-la guiado. No momento em que comecei a pensar em escrever esse texto, porém, me veio a pergunta do porquê dessa escolha, como foi ela decidida. Tão poucos livros devem conter um denso significado.

Eu conhecia a história, por ele contada inúmeras vezes, de que o livro *La Géographie Humaine*, de Jean Brunhes, havia sido seu primeiro livro de geografia. Foi comprado e oferecido pelo pai logo depois que Orlando Valverde entrou para o curso de Geografia e História na Universidade do Brasil, no começo dos anos 1930. Tinha seu valor acrescido pelo fato de que a escolha do curso se deu logo depois da expulsão da Escola Naval, devido à militância política de esquerda. Esse fato foi vivido com muita dificuldade pela família de imigrantes espanhóis que gostaria que os filhos dessem mostras de que estavam bem integrados à vida no novo país e a carreira militar seria um eficiente sinal disso. Ademais, os pais não apoiavam as ideias de esquerda do filho e as creditavam às más influências dos colegas. Por tudo isso, o próprio Orlando Valverde reconhecia que, o gesto do pai de comprar um livro caro e reputado à época, foi a demonstração da aceitação da família do novo percurso que ele daria em sua vida ao estudar Geografia.

Quanto à escolha do segundo livro, *The Nature of Geography*, de R. Hartshorne, foi para mim muito fácil. Ele já estivera comigo durante muitos anos. Orlando me dera para ler quando eu ainda era estudante do curso de graduação em Geografia da UFRJ. As margens do livro estão anotadas por ele, com pequena e regular caligrafia, e datam do período em que Orlando esteve em Wisconsin, nos Estados Unidos, fazendo cursos com o próprio Hartshorne. Muitos anos mais tarde, quando eu terminava meu mestrado em Geografia perguntei se poderia fazer também pequenas anotações no corpo do livro. Ele me respondeu afirmativamente, e me disse, com naturalidade, que os livros dele seriam mesmo meus mais tarde.

Finalmente, o terceiro livro escolhido, de Leo Waibel, *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*, foi publicado pelo IBGE, teve duas edições, de 1958 e a de 1979, sob direta indicação e supervisão de Orlando Valverde. Todos que o conheceram sabem da

admiração devotada por ele ao trabalho de Waibel. Tendo encontrado Waibel nos Estados Unidos, foi Orlando que, ao voltar, insistiu para que o IBGE o trouxesse para o Brasil e, durante os cinco anos que aqui permaneceu, teve forte influência na formação de diversos outros geógrafos que trabalharam com ele como Lysia e Nilo Bernardes, Speridião Faissol, Fábio de Macedo Soares Guimarães e Walter Alberto Egler. Foi, no entanto, Orlando Valverde aquele que maior posteridade deu à orientação de Waibel, seja pelos temas estudados - zonas pioneiras, colonização, sistemas agrícolas - seja metodologicamente, pela inspiração do modelo de von Thünen e o conceito de paisagem agrária. Quando muitos anos depois decidi estudar Geografia, Orlando Valverde resolveu me levar para uma espécie de viagem iniciática. Sem qualquer outro objetivo senão o de apresentar a Geografia a partir da observação direta do campo, fomos para o sul do Brasil e, se bem me lembro, seguimos o mesmo percurso que ele havia realizado muitos anos antes na companhia de Waibel. Evidentemente, não tenho mais a lembrança exata do que me foi apresentado. Lembro, no entanto, que os temas recobriam a formação geomorfológica da planície litorânea, do planalto arenito-basáltico e da Depressão periférica; os processos formadores do solo nessas diferentes áreas; a cobertura vegetal, suas variações e as principais espécies; o processo de ocupação e colonização das diferentes parcelas dessas terras, a estrutura fundiária, os sistemas agrícolas, o calendário agrícola.... Achei talvez que, por isso, esse livro fosse uma espécie de passarela entre a vida de Orlando e a minha.

Até aqui apresentei e insisti nas razões de cunho mais pessoal para a escolha que fiz dos livros de Orlando que queria preservar. Ao refletir um pouco mais, entretanto, achei que haveria razões bem mais gerais e, acredito, importantes para serem consideradas por todos aqueles que se interessam pelo desenvolvimento da Geografia no Brasil.

Toda a formação de Orlando Valverde assim como uma boa parte do exercício da sua vida profissional se deu durante o vigor daquilo que se convencionou chamar na bibliografia especializada da história da geografia como “escolas nacionais”. Assim, durante muitos anos, desde o final do Século XIX e até mais ou menos a década de 1970, predominava uma apresentação da Geografia que a modulava diferentemente segundo três nacionalidades: a francesa, a alemã e a norte-americana (ou anglo-saxônica, se incluirmos aí a Inglaterra). Nesse esquemático desenho, eram associadas características e atributos diversos, tanto do ponto de vista temático como teórico-conceitual, a cada uma dessas escolas. Na verdade, qualquer exame mais acurado poderia demonstrar com relativa facilidade o quanto essas fronteiras entre as escolas nacionais eram de fato pouco claras e muito permeáveis. O fato é que essa classificação tinha alguma operacionalidade nas escolhas epistemológicas que eram feitas e que encontravam imediata justificativa no argumento de que seguiam essa ou aquela orientação das escolas.

É preciso ter em mente o contexto da época, impérios coloniais e áreas de influência regionais no mundo estavam em forte disputa. As principais potências econômicas eram também a sede das principais instituições de pesquisa e ensino. Criar “escolas nacionais” no mundo acadêmico era uma estratégia para levar adiante as disputas por influência e poder. Além disso, parecia razoável imaginar que aquilo que era vivido no domínio da política também o fosse no mundo da ciência, ou seja, tradições diversas que geram protocolos e resultados diferentes, na política e na ciência.

Assim a Geografia era majoritariamente concebida como o resultado da soma dessas escolas nacionais, e assim era vivida. Quando olhamos com atenção o percurso de Orlando Valverde

percebemos que ele teve a oportunidade de conhecê-las, todas as três, muito bem e de alguma forma definir seus próprios rituais de pesquisa em relação a esse conjunto. Como todos os seus contemporâneos, ele também atribuía aspectos diferentes a cada uma dessas “tradições” e procurava identificar o que de mais positivo existia em cada uma delas.

Seus primeiros anos de formação e trabalho com a Geografia foram inteiramente dentro dos parâmetros daquilo que se chama a Escola Francesa de Geografia. Os livros que leu em sua formação básica, os artigos e até os primeiros trabalhos realizados eram todos escritos ou orientados por autores dessa escola. O geógrafo francês Pierre Deffontaines, como Orlando um apaixonado pela Geografia, exerceu sobre ele um grande fascínio. As divergências ideológicas e culturais (Deffontaines era conservador e muito católico) não foram um impedimento para a boa relação entre eles. Valverde dizia que com ele aprendeu a observar a paisagem, a organizar um trabalho de campo, a pensar de forma integrada. Pierre Deffontaines foi professor nos primórdios de curso de Geografia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, já Pierre Monbeig havia vindo diretamente para a USP, em São Paulo, também para organizar o ensino da Geografia universitária, ambos chegaram na década de 30. Orlando teve a oportunidade de conhecer os dois muito bem. Costumava lembrar que no começo de sua vida profissional toda a bibliografia disponível no Brasil tinha procedência francesa. Conhecia por isso todos os clássicos dessa literatura: Paul Vidal de La Blache, Jean Brunhes, Emmanuel De Martonne, Albert Demangeon, André Cholley, Max Sorre, e muitos outros. Foi também apresentado à célebre fórmula das monografias regionais, vistas como modelo básico da produção do conhecimento geográfico. Conhecia tão bem essa literatura que era capaz de discorrer sobre formas de relevo cárstico que nem existem no Brasil assim como processos geomorfológicos associados às

geleiras, como as morainas, ou ainda discorrer sobre as cidades de telhas de barro e as de ardósia ou o povoamento associado às aldeias gaulesas em contraste com as cidades de origem romana.

Finda a Segunda Guerra Mundial, Orlando Valverde teve a oportunidade de ir fazer uma formação nos Estados Unidos, em Madison, com Richard Hartshorne. Nessa época, Hartshorne já era um dos mais importantes geógrafos americanos. Tinha escrito seu grande livro, *The Nature of Geography*, onde fez um longo percurso histórico tentando demonstrar que a geografia era a ciência da diferenciação de áreas e que o método utilizado para isso era a regionalização. Apoiava-se para isso em um grande autor alemão Alfred Hettner. Segundo o próprio Orlando, Hartshorne não lia em francês e dependia da esposa para traduzir alguns textos, mas dominava o alemão e por isso tinha introduzido tantos autores alemães na bibliografia geográfica dos Estados Unidos. O departamento de geografia da Universidade de Wisconsin também era bastante conhecido pelos estudos de cartografia e Orlando Valverde sempre se referia a isso de forma muito positiva pois teria aprendido novas técnicas de informação cartográfica lá. De qualquer maneira, esse estágio, sem dúvida, serviu para ele relativizar o peso das monografias regionais e dos estudos tipológicos, tão caros àquilo que associamos à Escola francesa de geografia.

Finalmente, foi em Wisconsin que Orlando Valverde encontrou o geógrafo alemão Leo Waibel e iniciou a colaboração que depois se estreitou no Brasil. Waibel teria sido também o meio para conhecer uma geografia genuinamente alemã. Leo Waibel se identificava bastante com a escola da paisagem alemã e tinha em A. Hettner um grande mestre. Orlando nessa época não lia em alemão e teve um acesso restrito à bibliografia, somente aquela que por iniciativa de Hartshorne e de Carl Sauer havia sido traduzida em inglês. Orlando se referia, no entanto, a escola alemã de geografia

sempre com grande entusiasmo. Atribuía mesmo a ela o berço da geografia moderna. Para ser preciso, Orlando tinha uma imensa admiração pelos geógrafos alemães, mas grande parte desse sentimento fora construído pelo contato com Waibel. Conferia à geografia alemã, talvez por extensão ao seu julgamento sobre Waibel, um trabalho de pesquisa disciplinado e organizado, preciso e eficiente, em suma, mais científico. Não seriam alemães os mais conhecidos modelos em geografia? A começar pelo de von Thünen que lhe havia sido apresentado por Waibel e que, segundo Orlando, teria tido uma aplicação formidável na interpretação da distribuição das culturas na Costa Rica e na Guatemala.

De certa forma, o mais importante talvez não sejam propriamente as distinções que Orlando Valverde fazia entre essas três “escolas” de geografia. O fundamental era o fato de que ele, por uma série de circunstâncias, conseguiu ter um contato profundo com as três e podia, ao cabo, selecionar aquilo que lhe parecera, em cada uma, como os aspectos mais importantes a serem reproduzidos. Isso não é uma conclusão minha, era a dele. Não é possível tampouco esquecer que esses três personagens que formaram a base da Geografia praticada por Orlando Valverde eram, todos os três, renomadíssimos representantes de um conjunto de tradições e autores. Ele podia assim, com legítima competência, se pronunciar sobre os autores de cada uma dessas escolas, ressaltando o que havia de positivo e de importante a ser aprendido e empregado. Ele costumava fazê-lo como se enunciasse o resultado de uma análise. Dessa maneira, Orlando Valverde se colocava em uma posição mediadora entre esses três vértices e procurava uma posição de equilíbrio, como o centro de gravidade dentro de um triângulo - “o baricentro”. Isso o permitia definir sua própria forma de trabalhar de uma maneira “ecclética” e justificada na escolha daquilo que parecia o melhor entre essas três orientações.

É útil então, mais uma vez, lembrar os principais elementos do contexto cultural brasileiro da época. Orlando havia sido formado na cultura nacionalista que predominava nos anos 30, da definição de uma identidade brasileira autônoma e relevante. Trabalhava desde 1937, com muito orgulho aliás, para o IBGE que era uma instituição que em suas origens tinha como missão primordial apresentar o Brasil aos brasileiros. Essa marca “nacional” na sua Geografia sempre foi bastante presente. Ainda que houvesse grandes apelos à esquerda pelo internacionalismo e que sua sensibilidade política à esquerda nunca tenha se desmentido, a ideia de uma nação brasileira, forte, independente e rica sempre predominava ao fim, como aliás em grande parte da intelectualidade de sua geração. O desafio maior era, pois, o de lutar contra o imperialismo e a “cobiça” internacional sobre as riquezas brasileiras e esse combate sempre esteve muito vivo na vida e na carreira de Orlando Valverde. Seu engajamento na campanha do “Petróleo é nosso”, nos anos 50 e, mais tarde, sua dedicação imensa à CNDDA - Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia, são uma prova incontestante disso.

Igualmente nessa época de formação de Orlando, como espírito mais global, a identidade da cultura brasileira se apresentava comumente sob a ideia do “mito das três raças”, das contribuições que somadas geram algo que é próprio ao Brasil, adaptado às nossas necessidades e à nossa realidade. Também aí reside um forte ecletismo que redefine suas origens, readapta e requalifica suas heranças e seus elementos formadores. Podemos assim, por analogia, pensar a relação de Orlando com as três escolas nacionais que se apresentavam como incontornáveis fontes originárias do conhecimento geográfico. Acrescentemos a isso alguns aspectos do movimento modernista brasileiro e sua reconhecida “antropofagia” constituída pela ingestão e digestão tanto das contribuições que nos

· Paulo Cesar da Costa Gomes ·

eram externas (europeias e americanas), quanto internas dos ameríndios e dos afrodescendentes. Por tudo isso, parece ser razoável dizer que Orlando Valverde tinha uma ideia bastante definida do que seria uma geografia brasileira.

Atualmente, muitas vezes, em vários colóquios e reuniões científicas, a pergunta sobre a existência de uma “escola brasileira de geografia” se apresenta a nós. Não me cabe aqui discutir sua existência ou não, porem posso afiançar com segurança que, se ela existe, Orlando Valverde teria sido um dos seus criadores e deveria ser visto como um dos seus patronos. No final da década de 1980, em uma reunião de trabalho, lembro de ter ouvido a expressão “geografia mestiça” empregada por Darcy Ribeiro se dirigindo a Orlando Valverde, que também em tom de brincadeira, aceitou muito bem a denominação.

A geografia mestiça em ação

A melhor maneira de constituir um juízo sobre a procedimentos científicos é acompanhá-los de perto em sua atividade, na maneira como são usados, aplicados. Para Orlando, adaptando uma formulação que existe em francês, haveria dois tipos de geógrafos: os “de gabinete” e os “de campo”. Os primeiros passam seu tempo a construir “castelos nas nuvens” e escrevem “coisas fáceis com palavras difíceis”, o que, segundo ele também, era a perfeita definição do “charlatão”, em contraposição haveria o “verdadeiro cientista”, que escreve “coisas difíceis com palavras fáceis” (as expressões entre aspas são todas dele). Já os geógrafos “de campo” observam, olham e pensam a partir daquilo que se apresenta sobre o terreno. Fica claro que ele não atribuía muito valor ao primeiro tipo e que uma geografia consistente e bem-feita teria que ser o produto de uma experiência no campo.

Assim, a produção do conhecimento geográfico se definia a partir de duas grandes etapas. A primeira, consistia no estudo sistemático das obras dos autores sobre o tema, mas como a partir daí não se produz nada de inédito, somos apenas levados a refletir e podemos, no máximo, reproduzir o que aprendemos. Então, a segunda etapa é a fundamental para que haja produção do conhecimento. Nela confrontamos o que sabemos com aquilo que se nos apresenta. Recolhemos informações, podemos testar associações entre fenômenos e propor novas, julgamos aquilo que está estabelecido nos textos a partir da observação direta, somos expostos a novas experiências e julgamentos e podemos assim acrescentar conhecimento à Geografia.

Como se pode constatar, a primeira fase, a de levantamento e tratamento bibliográfico, embora importante e trabalhosa, consiste apenas em um preambulo do grande momento que é dado pelo encontro com a experiência de campo. Acredito que essas poucas palavras resumam com bastante fidedignidade o pensamento de Orlando Valverde.

Tive a oportunidade de trabalhar com ele em muitas oportunidades. Estivemos juntos em projetos para órgãos públicos e para empresas privadas. Ele não fazia diferença e até gostava bastante de trabalhar para o planejamento, queria que o Brasil se desenvolvesse e sempre concebia seu trabalho dentro de uma ótica de responsabilidade, social, cultural e ecológica. Excetuando a primeira viagem que fizemos ao sul do Brasil, que teve um caráter propriamente iniciático, todas as outras foram realizadas no âmbito de projetos variados que realizamos. Tive assim a formidável oportunidade de acompanhá-lo ao Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro e em São Paulo, à Zona da Mata de Minas Gerais, ao Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, ao Planalto Paulista, à Baixada Cuiabana, ao Sul de Goiás, em toda a extensão do estado do Espírito Santo e ao longo de toda a Belém-Brasília.

Havia uma espécie de ritual que precedia as viagens. Ele dispunha de uma longa lista datilografada com os variados itens que não poderiam faltar e começava por separá-los em seu escritório. O primeiro item, sem o qual não haveria condição de trabalhar, era composto pelas bases cartográficas. Quando havia folhas topográficas das áreas, elas eram dobradas e arrumadas segundo o percurso. Quando não existiam, usávamos mapas em escalas menores. Se houvesse possibilidade de contar com fotografias aéreas, deveríamos também arrumá-las segundo o percurso e, desde que comecei a trabalhar com ele, as imagens de satélite já estavam disponíveis e tínhamos então que escolher as melhores cenas, sem recobrimento de nuvens e com boa definição. Além das bases cartográficas levávamos também um mapa geológico em grande escala ou cartogramas das principais formações da área de interesse.

Quanto aos instrumentos, eram vários: lanterna, binóculos, lupas de aumento, martelo geológico, bússola (de geólogo), altímetro, gravador, máquina fotográfica e filmes para as fotos. Em relação ao material de escritório, deveria estar previsto para cada um de nós, três canetas de cores diferentes (azul, vermelha e verde), lápis comum, lápis dermatográfico e borracha, pequenas cadernetas e um grande caderno.

Não sei exatamente a origem desse procedimento. Conheço o fato de que Vidal de La Blache sempre viajava acompanhado de bases cartográficas e de um mapa geológico. O uso da caderneta de campo também lhe era familiar como atesta o conjunto delas que ainda hoje é objeto de pesquisas. Sei também que Pierre Deffontaines tinha o hábito de fazer paradas para desenhar a lápis a paisagem em grandes traços e que esses desenhos eram depois melhorados e o resultado final era bastante impressionante. De Martonne, entre outros, também fazia desenhos, mas eram mais

frequentemente croquis das formações e indicações do substrato mineral. Ainda em relação à Deffontaine, ele mantinha um diário profissional bastante sistemático. Nele, no entanto, há informações que nem sempre são associados à experiência no local, às vezes, há reflexões de cunho bastante geral e espacialmente descontextualizadas. Seja como for, tenho a impressão de que, embora em parte adaptados, esses eram métodos comuns na geografia, francesa, alemã ou norte americana.

É possível que a parcela mais original do trabalho de campo fosse o conjunto de procedimentos envolvidos e eventualmente adaptados por Orlando. Começava-se por anotar o odômetro do veículo. Essa seria a referência básica no cálculo das distâncias e na localização das anotações. Toda observação deveria ser reportada a essa referência e devidamente registrada nas cadernetas. Ao começar, fazíamos uma descrição básica do ambiente: morfologia, cobertura vegetal, uso da terra, ocupação etc. Qualquer mudança significativa em um desses elementos deveria ser imediatamente registrada. O mais importante era reconhecer se havia mudanças concomitantes, como por exemplo, quando a morfologia mudava, havia também mudanças na cobertura vegetal ou no uso da terra? Na estrada, sempre que fosse notada uma mudança significativa devíamos procurar um corte na encosta para examinar o tipo de solo e descrever a morfologia. Havia também momentos em que ele pedia para estacionar o carro e diante de um ponto de vista dizia – “agora, me descreva essa paisagem”. Os principais traços deveriam estar presentes e esses observatórios funcionavam como uma espécie de estabilizadores da descrição que deveria seguir até que notássemos alterações significativas. Como tudo era anotado com precisão nas cadernetas, sabíamos onde tínhamos pela última vez visto tal espécie vegetal (testemunhos, como ele dizia), ou determinada cultura ou associação delas. Todos esses momentos de observação

· Paulo Cesar da Costa Gomes ·

deviam ser documentados por fotos. As legendas das fotos eram escritas imediatamente depois da tomada para que não esquecêssemos do objetivo que nos havia levado a fazê-las.

Na prática, isso consistia em identificar com rigor e precisão os princípios de diferenciação de áreas. À noite, antes do jantar, fazíamos uma reunião para discutir os principais aspectos observados, as faixas de transição, as principais associações entre os diferentes aspectos da paisagem. Depois, tínhamos que redigir o diário que deveria conter os elementos mais gerais registrados nas cadernetas de campo. As cores diferentes da tinta da caneta correspondiam, respectivamente, àquilo que foi observado (azul), ao que foi descrito por um entrevistado (vermelho) e aos comentários mais analíticos e conclusivos (verde).

Ele gostava de fazer entrevistas. Queria sempre conversar com produtores locais para saber sobre a propriedade da terra, o tamanho dos estabelecimentos, o regime de trabalho, a produtividade, o calendário agrícola, o uso de técnicas e insumos, o mercado, o transporte até ele, os ganhos etc. Esse conjunto de informações compõe aquilo que denominava o “sistema agrícola”. Além dos produtores eram entrevistados os responsáveis pelas cooperativas, pelas centrais de abastecimento, os comerciantes, os transportadores, enfim todos os elementos constituintes da cadeia de abastecimento. Se houvesse instalações industriais deveríamos visitá-las, obter informações dos processos produtivos, do tipo e volume de mão de obra empregada, caracterizar a bacia de mão de obra, os volumes produzidos, as destinações dadas aos rejeitos industriais entre outras informações. Devíamos também observar o tipo de povoamento, o habitat, as destinações mais usuais, entrevistávamos os responsáveis pelas secretarias municipais, os escritórios do IBGE quando houvesse e até mesmo os gerentes dos bancos. Orlando Valverde era um homem muito simpático, gostava

de conversar e não tinha nenhuma dificuldade em promover longas e animadas entrevistas. Parece que mais jovem teria sido muito rígido e sério, mas eu já o conheci descontraído, gerando em torno dele um ambiente de muito humor e sem cerimônia, embora sempre deixasse entrever sua personalidade profunda, de um homem corajoso e firme.

Uma vez reunidas as informações por área, distinguidas as grandes linhas de diferenciação e, por esse meio, pré-definindo unidades de área mais ou menos uniformes, “regiões”, partia-se então para a redação do relatório final. Com todas as informações básicas levantadas a redação do relatório era bastante fácil, pois tudo estava ordenado e documentado por esse conjunto de procedimentos organizados que o precediam. A descrição se organizava assim com base nas linhas gerais encontradas em cada uma dessas “regiões” que simultaneamente ganhavam vida nas bases cartográficas que haviam sido marcadas com diversos elementos e sobre as quais agora poderíamos desenhar os limites.

Certo era que os diferentes projetos nos quais fomos convidados a trabalhar tinham naturezas originais e, por isso, as demandas iniciais do contratante nem sempre consistiam nas mesmas coisas. Esse não era um aspecto muito problemático para ele pois acreditava firmemente que a competência maior da geografia era indicar o reconhecimento da diversidade espacial e identificar as bases concretas pelas quais essa diferenciação se construía. O resultado era, portanto, sempre um produto com um formato semelhante. Basicamente, essa era a Geografia segundo Orlando Valverde.

As lições guardadas

Muitos anos mais tarde, eu morava em Paris, onde fazia meu doutorado e tive a felicidade de receber a visita de Orlando e Miriam que passavam por lá depois de haver sido ele agraciado com um prêmio na Alemanha. Eles tinham pouco tempo, mas eu quis organizar algo “geográfico” e fizemos uma curta viagem de trem pela bacia parisiense. Queria mostrar como havia bem aprendido. Descrevi a formação sedimentar da bacia, os diferentes tipos de calcário aí presentes, as elevações (os “coteaux”) e os afloramentos cretáceos de caulim, as bordas que formavam *cuestas*, os solos argilosos de *loess* e sua ocupação pela grande produção cerealista, os segredos da alta produtividade e o contraste com a pequena produção mercantil, dominante em outras regiões. Ele parecia interessado e frequentemente, fazia observações ou perguntas e, muitas vezes acrescentava algo ao meu relato. O trem, no entanto, andava muito rápido e o roteiro foi muito limitado. Para compensar, nos dias subsequentes, sai com eles pela cidade. Preparei os roteiros antes, separei mapas, fiz fotocópias de documentos, sabia onde parar e fazê-los observar a “paisagem urbana”, os comentários que não poderia esquecer, os detalhes que eram importantes de serem assinalados – as ruínas de Lutécia, os alinhamentos do *Cardus* e do *Decumanus*, os vestígios das muralhas de Felipe Augusto, as de Carlos V, os conjuntos urbanos de Henrique IV, os Faubourgs do século XVII, as grandes avenidas de Napoleão I, os bulevares de Haussmann, os parques de Alphand, enfim, tentei reunir tudo o que pudesse sobre o crescimento da cidade e suas marcas. Ao final dessas visitas pareciam cansados, já tinham quase 75 anos. Sabia que o urbano, entre os temas da geografia, não estava entre seus prediletos, mas tenho a certeza de que gostou e que se reconheceu nessa apresentação, ainda que não houvesse cadernetas, nem diários de campo, nem consulta aos registros de

altitude ou às curvas de níveis. Era uma visita afinal, não propriamente um trabalho de geografia.

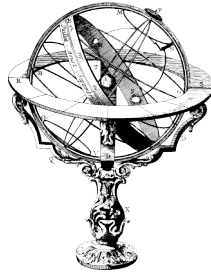
Hoje percebo com clareza que eu quis agradá-lo ao mostrar como havia aprendido uma parte do que havia me ensinado. Tenho a convicção de que Orlando era muito investido dessa atribuição de formar novos geógrafos, discípulos, como dizia, e procurei demonstrar que ele tinha conseguido. Ensinar é um ato de amor, sei disso hoje perfeitamente e sei também que a melhor recompensa é ver frutificar esse produto em outras pessoas. Amor pela Geografia, pelo conhecimento, pelo ensino – pouco antes de morrer Orlando me disse que havia se dado conta de que as duas últimas letras do nome Miriam, somadas as duas primeiras do seu nome, formavam a palavra “amor”, me disse isso emocionado e é com emoção que o transcrevo.

Tenho plena consciência de que não sou geógrafo da mesma forma que ele foi, não tenho a vaidade de pensar que correspondo ao modelo que ele identificaria como exemplar. O fato é que também com ele aprendi que precisamos pensar com autonomia. Como ele eu também quis fazer diferente e aproveitar o melhor que pudesse recolher de várias fontes e definir assim meu próprio caminho. Essa também foi, entre tantas outras, uma importante lição que me deu. Ainda assim, preciso repetir o que expressei nos agradecimentos de minha dissertação de mestrado no final dos anos 1980, a convicção de que tudo o que de melhor houver em meu trabalho será sempre fruto da inspiração luminosa de Orlando Valverde.

Finalmente, para terminar, não quero atribuir nenhuma validade extraordinária a esse depoimento. Seria o primeiro a reconhecer que outros estudos mais sistemáticos, com técnicas bibliométricas, com o exame acurado das ideias em curso na época, com a produção bibliográfica e o tratamento teórico conceitual pudessem trazer resultados bem mais importantes,

· Paulo Cesar da Costa Gomes ·

formidáveis mesmo. Quero apenas chamar a atenção para alguns aspectos que nesses procedimentos não aparecem. A ciência é feita por pessoas, são elas que veiculam ideias, teorias, e muito do que esses conhecimentos são para nós dependem delas. A Geografia para mim tem um rosto, uma identidade clara: Orlando Valverde.



A Geografia Agrária na Obra de Orlando Valverde

Arioaldo Umbelino de Oliveira

Professor no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo

A Geografia Agrária construída por Orlando Valverde é mais do que uma obra fundante na história do pensamento da Geografia. Ela representa o ápice do desenvolvimento científico da geografia brasileira, proposta por Orlando Valverde¹, Manoel Correia de Andrade² e Pasquale Petrone³. Três em um, um em cada canto, fizeram da Geografia uma ciência verdadeiramente científica. Um em São Paulo falando da Baixada do Ribeira, PETRONE, outro mostrando o nordestino valente ANDRADE e, o outro, VALVERDE cantando em verso e prosa as maravilhas do agrário brasileiro..

Dos três, um é tirado do trio para ser exaltado neste trabalho: VALVERDE. O Orlando do planalto meridional sulistas, dos vales do Nordeste brasileiro e, por que não, trazendo as mil e uma riquezas da Amazônia. Assim, VALVERDE é o Orlando de todos os brasileiros de seu tempo, um tempo não muito distante no tempo. Valverde foi um geógrafo da segunda metade do Século XX e de princípios do Século XXI.

Ele se foi em 2007. Fechou uma página da Geografia nacional e abriu muitas outras, em nome da busca da verdade. Aliás, ele não morreu, se foi, encantou, como só os grandes homens encantam. Agora, não é mais o Orlando, mas sim VALVERDE, o pesquisador, o geógrafo, do Leme no Rio de Janeiro para o mundo.

VALVERDE é discípulo de Leo Waibel e, homem firme, muito firme de uma corrente de pensamento brasileiro que via a história do país não idealizada com via WAIBEL, mas coerente com via Nelson Werneck Sodré:

Entretanto, em consequência do regime latifundiário aí vigente, estabeleceram-se nessa região “fazendas agropecuárias pré-capitalistas”, onde uma numerosa população rural sem terra, privada de seus meios de produção vaga, “flutuante, de fazenda em fazenda, alugando o seu trabalho em troca de uma roça, para cultivar o que comer, e dando ainda uma parte de suas safras”, a metade no caso. “Esse regime de propriedade é tipicamente semifeudal. O aluguel do trabalho nada mais é do que uma forma atenuada de corveia – trabalho gratuito que o servo da gleba prestava ao seu suserano”. Como este tipo de fazendeiro obtém rendimento praticamente sem trabalho e sem dispêndio de capital, torna-se infenso a qualquer medida de progresso.⁴ (Sem grifo no original)

Ou ainda:

1 VALVERDE, Orlando “Geografia Agrária do Brasil”, Rio de Janeiro, INEP-MEC-CBPE, 1964.

2 ANDRADE, Manoel Correia “A terra e o homem no Nordeste, São Paulo, Brasiliense, 1964.

3 PETRONE, Pasquale “A Baixado do Ribeira”, São Paulo, FFCL-USP, 1966 (Boletim, vol. 283)

4 VALVERDE, O., p.73.

Os modos de produção caracterizam, em linhas gerais, cada uma das fases da história econômica da humanidade, tal como as eras geológicas caracterizam as grandes fases da história da Terra. Temos, assim, por exemplo, um modo de produção feudal, ao qual sucede o modo de produção capitalista. Dentro de cada fase, uma vasta gama de instituições econômicas se desdobra. No Brasil, particularmente, pode-se observar diferentes modos de produção, em regiões geoeconômicas contíguas.⁵ (sem grifo no original)

Assim, VALVERDE era um seguidor da linha teórica de WERNECK SODRÉ. Aquele que vê a história do país iniciar-se pelos caminhos do feudalismo. Pertencem ao grupo representado por autores como Alberto Passos Guimarães (1977), Ignácio Rangel (1981), Orlando Valverde (1985), entre outros, que entendem que o feudalismo, ou mesmo, que as relações semifeudais de produção existiram no Brasil. Alberto Passos Guimarães (1977), por exemplo, afirmou no livro "Quatro séculos de latifúndio", quando fez a análise da condição colonial do Brasil, que elementos regressivos e de atraso são inerentes ao modo feudal de produção e que o sistema latifundiário guarda no seu conteúdo as marcas do feudalismo e do escravismo. Para GUIMARÃES, as grandes extensões de terras entregues, as as capitânicas hereditárias no Brasil era do mesmos moldes e princípios que existiram nos domínios feudais. Assim,

No latifundismo brasileiro são [...] fortes [...] os vínculos do tipo feudal, tais como as relações de domínio sobre as coisas e sobre as pessoas, as interligações com as formas primitivas do capital comercial, aos quais se acrescentam particularidades da dependência aos trustes internacionais compradores da produção latifundiária (GUIMARÃES, 1977, p. 37) (sem grifo no original)

Dessa forma, VALVERDE é um autor geógrafo que comungou estas teses. A obra mais importante de VALVERDE encontra-se inacabada. "Geografia Agrária no Brasil" é sem sombra

5 VALVERDE, O., p. 75.

de dúvidas, marco decisivo na produção geográfica nacional. Discípulo de LEO WAIBEL e seguidor de sua Geografia Agrária, VALVERDE apresentou na sua produção geográfica profundas marcas deixadas pelo período que viveu e conviveu, poderíamos dizer, com seu mestre, como demonstrou a citação que segue:

Eis o livro que há muitos anos desejava, mas temia escrever. Como tudo tem sua história, aqui relato a origem dele. Antes de regressar para os Estados Unidos, em 1950, e no ano seguinte para a Alemanha, o prof. Léo Waibel projetava voltar ao Brasil, em novas excursões para completar suas observações de campo, focalizando então a agricultura em nossas regiões tropicais, como complemento aos estudos que já fizera no Planalto Meridional. A mim caberia estudar, sob a orientação do referido mestre, a pecuária e os sistemas pastoris. Infelizmente, a morte o colheu bruscamente em setembro de 1951. A partir dessa época, senti pesar sobre mim a responsabilidade de realizar tais estudos. Não me decidia, porém, a escrevê-los.⁶

Mas ao mesmo tempo, VALVERDE vivia muito mais, o processo histórico da formação econômica social brasileira e suas pulsações conjunturais, daí a incorporação de um instrumental teórico que permitia não só compreender as lutas de classes, mas também todo o processo histórico em que elas se inseriam. Neste particular suas citações foram contundentes.

No decorrer da década de 1950, entretanto, os debates sobre a questão agrária brasileira, que se mantinha como bandeira de lutas e reivindicações das esquerdas, alcançaram o Congresso Nacional e a praça pública. Urgia dar ao problema seu equacionamento científico e sem paixão. Aquilo que fora um compromisso moral com o meu mestre, passou a sê-lo com o povo brasileiro.' (Sem grifo no original)

No entanto, sua ligação com WAIBEL foi tão profunda e as influências tão marcantes que mesmo quando o momento histórico se impunha como determinante em última instância, a reverência ao grande mestre permaneceu plena. São suas próprias palavras que caracterizam e fundamentam nossas colocações:

6 Valverde, O - "Geografia Agrária do Brasil". 1. Vol. CBPEMEC - Rio de Janeiro - RJ - pág. 05.

7 Valverde, O - obra citada anteriormente – pág. 05.

Naturalmente, se o livro tivesse saído das mãos sábias de Léo Waibel, viria muito mais erudito e conciso. Eu o escrevi, porém, para o público leitor brasileiro. Acredito que esta obra poderá ser manuseada com maior proveito por um grupo, infelizmente, ainda restrito, daqueles que completaram o curso secundário ou o superior, particularmente certos especialistas como Agrônomos, Geógrafos, Economistas ...⁸

Desta forma, por certo a produção científica de VALVERDE vai estar determinada por um choque latente entre teoria e método da Geografia, onde se configurou a influência de WAIBEL e a teoria (materialismo histórico) e o método dialético. Uma posição muito característica de geógrafos como Pierre George nesta geração peculiar.

Quer nos parecer, que essa posição é fruto de uma postura que encontra uma aparente separação entre a produção científica (com todos os problemas de formação) e a participação política nos contextos históricos vividos. Isto é cristalino em suas próprias palavras:

Urgia dar ao problema seu equacionamento científico e sem paixão.⁹

Não comungo esta postura, embora veja nela um salto qualitativo. Neste sentido, aliás, foi essa constatação que talvez, tenha permitido hoje estar assumindo uma postura que resultou num processo de transformação, não só de nossas posições passadas, mas também da necessidade de compreendermos todo o processo de produção geográfica e seus suportes teóricos e metodológicos. Estou interessado no materialismo histórico e no materialismo dialético, pois também defendo a incompatibilidade de uma Geografia cujo suporte teórico seja o materialismo histórico e cujo método a dialética materialista. Pois o próprio Marx, K. nos dá os elementos para entender essa posição:

8 Valverde, O - obra citada – pág. 05.

9 Valverde, O - obra citada – pág. 05.

Apenas conhecemos uma ciência, a da História. Esta pode ser examinada sob dois aspectos; podemos dividi-la em História da natureza e História dos homens, porém, estes dois aspectos não são inseparáveis; enquanto existirem homens a sua História e a da natureza condicionar-se-ão reciprocamente ... é-nos necessário analisar em detalhe a História dos homens pois com efeito, quase toda a ideologia se reduz a uma falsa concepção dessa História ou ao puro e simples abstrair dela. A própria ideologia é somente um dos aspectos dessa História.¹⁰

Mesmo assim, julgamos ser de capital importância à postura de VALVERDE na Geografia, pois sem dúvida alguma, abriu caminho para uma profunda reflexão teórica e metodológica sobre a produção geográfica.

Nesse particular VALVERDE é um mestre, pois procurou sempre as causas profundas dos problemas nacionais e incorporou à Geografia conceitos do materialismo histórico quanto esta (a Geografia) careceu de conceitos que explicassem esses problemas.

Embora não concorde com a postura aparentemente "neutra" da ciência, ou seja, de se assumir "a ciência imune" como a única fonte da verdade, devo compreender que essa posição marca sobremaneira a produção científica de todas as áreas do conhecimento, sendo, portanto, uma "marca histórica" na produção do pensamento científico recente. Pode-se encontrar nas palavras de MARX apresentadas momentos atrás.

1. Valverde e Von Thünen

Assim, compreendendo desta forma a produção geográfica de VALVERDE foi possível chegar a uma posição crítica em relação à incorporação que ele fez da teoria de Von Thünen, uma de suas marcas teóricas na geografia agrária.

10 Marx, K. e Engels, F. - "A Ideologia Alemã" - Editorial Presença e Livraria Martins, Coleção Síntese – n. 16 - Portugal – 1974.

Em primeiro lugar, vou contextualizar na sua obra, "Geografia Agrária do Brasil" a incorporação do princípio de VON THÜNEN. Escrevendo sobre a "metodologia" da Geografia Agrária, VALVERDE apontou como uma necessidade, a incorporação por parte do geógrafo dos estudos das influências econômicas para ajudá-lo na interpretação da paisagem. Todos sabem, também, pela sua obra, que sua posição quanto ao objeto da Geografia Agrária estava nos estudos das paisagens ou mais precisamente pelos seus próprios textos que:

É preferível, portanto, definir a Geografia Agrária como o estudo descritivo das diferenças espaciais da superfície da terra, do ponto de vista da exploração agrícola e da interpretação de suas causas.¹¹

Como se sabe, esta posição está estribada em HARTSHORNE¹² como o próprio VALVERDE apontou em seu trabalho e ao mesmo tempo, é preciso saber-se que aqui está em jogo uma posição nitidamente espacialista. Esta posição foi levada às últimas consequências pelos adeptos da chamada "geografia teórica" e, que marcou na evolução do pensamento geográfico, uma "escola", que VALVERDE nunca cogitou de participar. Logo, resta dizer que se tomando o espaço como objeto da Geografia, ou melhor, as diferenças espaciais, parece que se comete, a bem de se garantir um objeto à Geografia, um certo desvio teórico.

Logo, uma concepção espacialista tem que ser compreendida no universo do discurso ideológico. Daí ter apontado na obra de VALVERDE a presença de um choque teórico e metodológico, pois, seu trabalho revelou o esforço no sentido de

11 Marx, K. e Engels, F., p: 21.

12 HARTSHORNE, R. "Questões sobre a natureza da Geografia" – Textos Básicos no 04, IPGH, Rio de Janeiro, 1969.

incorporar à análise a necessidade da compreensão da evolução histórica, das influências econômicas, das influências sociais, etc. Quer me parecer que a procura da compreensão da totalidade por VALVERDE, é uma verdade incontestável. Mas entre uma compreensão da totalidade (contraditória) com suporte teórico no materialismo histórico e suporte metodológico no materialismo dialético, e o instrumental teórico, metodológico da Geografia, vai uma diferença fundamental.

Mas voltando à questão da incorporação da "lei de THÜNEN", por VALVERDE, chega-se, após estas colocações, a um ponto importante. A meu ver VALVERDE incorpora THÜNEN, via WAIBEL. Dessa forma, ao incorporar WAIBEL é que o choque teórico-metodológico se evidencia na sua plenitude, pois a obra de WAIBEL tem suporte teórico na Escola Histórica Alemã de economia e poder-se-ia dizer, procurando ser bem específico, que ele (WAIBEL) assumiu plenamente o método weberiano (de MAX WEBER).

Logo, quando VALVERDE escreveu:

Também no plano da economia, merecerá aqui consideração, entre outros, o fator distância do mercado e sua influência sobre a utilização da terra, marcaria a teoria econômica de Von Thünen, exumada do olvido por Waibel, que pôs em evidência sua profunda significação geográfica. Segundo Thünen, estabelecidas como premissas certas condições ideais e uniformes de regime de propriedade de relevo, clima, solo, facilidades de transportes e outras condições culturais, o aproveitamento da terra se faria, de acordo com uma ordem lógica, em faixas concêntricas, dos sistemas mais intensivos para os mais extensivos, à proporção que fosse aumentando a distância do mercado.¹³

E quando na mesma discussão (das influências econômicas) VALVERDE fala em objetivo da produção, formas de economia, meios de produção, acredito ter se configurado o que estou chamando de choque teórico-metodológico, pois os conceitos são

13 VALVERDE, O. "Geografia Agrária do Brasil", INEP, Rio de Janeiro, 1964, p: 32 e 33.

excludentes fundamentalmente porque um é fundamento idealista e o outro materialista.

Acredito desse modo ter chegado a um ponto fundamental, pois ao concluir a parte metodológica da sua obra VALVERDE afirmou:

*A Geografia Agrária é, em última análise, a interpretação dos vestígios que o homem do campo deixa na paisagem, na sua luta pela vida quotidiana e silenciosa. Ela permanece desse modo, no seu substrato, como um estudo essencialmente econômico.*¹⁴

Assim, resta ficar com a interpretação de que para VALVERDE, a Geografia Agrária é um ramo da geografia econômica, como ele mesmo afirma. Então a questão se transfere para a Geografia Econômica, o que a meu juízo traz as mesmas contradições da Geografia como um todo. Portanto, voltando novamente ao objetivo de entender a incorporação de THÜNEN por VALVERDE, deve-se separar a incorporação via WAIBEL com sua carga idealista e a percepção, por parte de VALVERDE, da influência da distância. Embora as duas situações sejam decorrentes uma da outra, é preciso lembrar que a diferença nos custos de transportes, apenas e tão somente, interfere na grandeza da renda diferencial, no modo capitalista de produção. Mas, nunca pode ser apontado como a sua gênese, pois esta gênese é o trabalho apropriado, ou seja, a mais-valia, que aparece como um lucro suplementar, acima do lucro médio.

Assim, tudo indica que VALVERDE, ao incorporar a influência da distância (VON THÜNEN e WAIBEL) incorporou como consequência o instrumental teórico metodológico inerente; daí, o choque idealismo x materialismo, presente em sua obra.

14 VALVERDE, O., p: 37.

Este choque também está presente em outros trabalhos de VALVERDE, onde ele trata da "lei de THÜNEN" como, por exemplo: "A fazenda de café escravocrata no Brasil"¹⁵. Um dos trabalhos que julgo de um primor incontestado e fundamental para quem está preocupado com a compreensão da produção escravocrata de mercadorias no Brasil colonial, traz, entre suas conclusões:

No Brasil, o mercado internacional do café exigia maiores quantidades e melhor qualidade de produto; e a fazenda escravocrata não estava capacitada para isso.

Mas se havia ainda tantas terras virgens, no planalto paulista, como na zona da Mata Mineira, porque não poderiam elas serem ocupadas igualmente por fazendas de café com escravos, já que as novas ferrovias facilitavam o escoamento da produção. E L. Couty quem no-lo responde: calculando o balanço das despesas com o transporte do café para uma fazenda situada nos arredores de Campinas (a 183 quilômetros do mar) chegou à conclusão de que elas absorviam quase a quarta parte (24,2%) do preço pago ao fazendeiro por arroba de café. Isto em 1883, numa época em que já a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro aplicou tarifas diferenciais para facilitar o custeio dos fretes. E acrescenta o citado autor que o problema dos fretes caros era de tal ordem que se tornava impossível o estabelecimento de lavouras a 400 ou no máximo, a 500 quilômetros da costa.

Assim tinha podido a fazenda de café escravocrata estender-se até São João da Boa Vista, Caconde e Mococa, no trecho cristalino do planalto paulista, bem como até Carangola e Ponte Nova, na Zona da Mata. Era a lei de Von Thünen aplicada à estrutura econômico-social da fazenda cafeeira.¹⁶

A única dúvida que resta, é saber se, a conclusão que VALVERDE chegou é referente, realmente, à estrutura econômica social da fazenda cafeeira, ou às premissas marginalistas de COUTY, presentes nesta citação. Pois, o próprio VALVERDE mostrou, em seguida, o real motivo para a "falência" da fazenda escravocrata do café:

15 VALVERDE, O. "A fazenda escravocrata de café no Brasil", MIC-IBC, Rio de Janeiro, e publicado também, in Revista Brasileira de Geografia no 29, IBGE, Rio de Janeiro, 1967.

16 VALVERDE, O, p: 37.

Se bem que aparentemente gratuita, a mão-de-obra escrava corresponde a uma máquina de fraco rendimento, cuja manutenção passava implicitamente ao encargo do empresário, no ato da compra. Ora, quase sempre mais vantajoso para o empresário alugar outra "máquina" de rendimento maior, apenas durante o tempo em que lhe é indispensável, correndo as despesas de manutenção por conta do próprio trabalhador. O maior rendimento do trabalho do assalariado, do colono ou mesmo do meeiro, faz aumentar as rendas do proprietário.¹⁷

Dessa forma, se a afirmação de COUTY fosse interpretada isoladamente, se a assertiva de VALVERDE, verdadeiramente aplicada à estrutura econômico-social da fazenda escravocrata de café no Brasil e se, via idealização, fosse admitido que não tivesse conhecido estas mudanças estruturais, tão bem colocadas por VALVERDE, ter-se-ia que responder: como é que o frete não foi problema para que a cultura de café ganhasse o norte, e depois, o oeste do Estado de São Paulo? Quer me parecer que não se deve preocupar com essa relação que VALVERDE, faz entre a fazenda de café escravocrata e a "lei de THÜNEN", pois, sua conclusão no trabalho é de uma dialética insofismável:

A fazenda de café é tocada por escravos e, portanto, representativa de uma época e de uma região.¹⁸

Outro trabalho, onde VALVERDE trata da "teoria de Von THÜNEN" é: "O uso da terra no leste da Paraíba"¹⁹. Nesse trabalho ele afirmou:

Uma observação superficial do padrão aparentemente complicado com que se distribuem os sistemas agrícolas no mapa da fig. 1, leva-nos a formular uma pergunta preliminar: tem a distribuição dos sistemas agrícolas uma disposição lógica no leste da Paraíba? Na realidade, a adoção de um sistema agrícola numa determinada área tem sempre uma ou mais causas. O fato de não conhecermos em certos casos quais são essas causas, não significa que elas não existam. Só a explicação delas dá à Geografia Agrária o seu caráter científico, do contrário, o estudo dos sistemas agrícolas não passaria de um mero devaneio.

17 VALVERDE, O, p: 37.

18 VALVERDE, O, p: 37.

Na sua obra clássica "Probleme des Land Wirtschafts Geographie" (Breslan, 1953), Léo Waibel exumou do olvido a teoria de Von Thünen sobre os tipos de utilização da terra em função da distância do mercado e ressaltou-lhe a profunda significação geográfica. Evidentemente, Thünen parte de um esquema teórico, impossível de se encontrar, na natureza. Mas esta abstração era indispensável, a fim de isolar o principal fator do tipo de uso da terra - a distância do mercado - ao qual se foram acrescentando uma a uma às demais variáveis que sobre ele influem.²⁰

Duas ordens de considerações sobre estas afirmações. A primeira delas refere-se ao processo de abstração inerente ao uso do "esquema teórico de VON THÜNEN". Aqui se deve lembrar que no processo de abstração proposto na obra de THÜNEN e muito mais na obra de WAIBEL, existe um "a priori", ou seja, de que se deve buscar esta "regularidade" e não a discutir. É a mesma questão que se propõe hoje para a teoria dos modelos quanto aos seus axiomas. Assim o processo de abstração deve ser entendido não de forma idealista, mas sim de forma materialista.

Quer parecer que realmente VON THÜNEN, iniciou o processo de abstração, mas faltou-lhe voltar à realidade e como consequência o seu processo de abstração passou a ser a representação, ou seja, a explicação do real. Tudo indica que VALVERDE incorporou WAIBEL na totalidade, e conseqüentemente incorporou todas as suas contradições.

A segunda ordem de consideração refere-se à postura de VALVERDE frente ao caráter científico da Geografia Agrária. Se o princípio básico de explicação é idealista o caráter científico da Geografia Agrária também o é. Não estou questionando ou mesmo advogando a não existência de uma disposição lógica das diferentes formas de produção na agricultura, pois todos sabem que essa lógica

19 VALVERDE, O. "O uso da terra no leste da Paraíba", in Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, vol. VIII, Tomo I, 1953/4, AGB, São Paulo, 1956.

20 Idem, p:221 e 222.

é dada pelo processo histórico na sua totalidade. E, no caso específico, pela lógica do modo capitalista de produção, que não se guia pela influência das distâncias, mas sim pela possibilidade de se gerar mais mais-valia, principalmente, a relativa. Como já afirmei anteriormente, o objetivo da análise locacional hoje, é apenas o de permitir aos monopólios centralizarem situações monopolísticas, inerentes à etapa monopolista deste modo de produção.

Neste trabalho, tudo indica que VALVERDE, foi muito mais WAIBEL e o momento histórico da produção desta obra diz tudo. Mas, mesmo assim, o choque teórico é latente também nela.

Analiso a seguir, a incorporação de VON THÜNEN no trabalho: "A Rodovia Belém-Brasília"²¹(193)

A presença da teoria de VON THÜNEN nesta obra prende-se a sua aplicação ao estudo do uso da terra na região Bragantina e no Salgado no Estado do Pará. Aqui, VALVERDE insere seu discurso no íterim de uma antiga discussão: a derrubada das ideias ratzelianas na Geografia. Mas, ao apoiar-se em WAIBEL para construir seu discurso, incorre também nos desvios teóricos já apontados neste autor. Assim é que para introduzir a teoria de VON THÜNEN, VALVERDE afirmou:

*A policromia do mapa V deixa, à primeira vista, uma impressão de que o uso da terra, nas zonas Bragantina e do Salgado, segue um padrão caótico, ao acaso, como o desenho de um caleidoscópio.*²²

Nestas colocações de VALVERDE o leitor menos avisado é levado a admitir implicitamente uma postura kantiana frente à realidade (que provavelmente foi incorporada na aparência, de WAIBEL), pois procura demonstrar a impressão de que o uso da terra

21 VALVERDE, O. e DIAS, C.V. "A Rodovia Belém-Brasília", Fundação IBGE, Rio de Janeiro, 1967.

22 VALVERDE, O. e DIAS, C.V., p: 69.

nessa área segue um padrão caótico. Mas, ele mesmo adiante procura desfazer essa falsa impressão da aparência:

À medida que o assunto é estudado com mais profundidade, no entanto, o padrão das faixas econômicas vai-se configurando cada vez mais obediente a uma ordem lógica.²³

Como se pode notar, VALVERDE usa magistralmente as categorias da essência e da aparência. Mas, as questões que ficam são ligadas entre si, pois, tenta-se verificar se essa ordem lógica não é dada puramente pelo meio físico, e com esse argumento, ele derrubou qualquer tentativa dos adeptos das ideias de RATZEL, pode-se dizer, dá-se um tiro de misericórdia no determinismo ratzeliano. Em segundo lugar, aparece a gênese da ordem lógica calcada nos princípios teóricos de VON THÜNEN. Aqui quer parecer que VALVERDE assumiu o "modelo" "a priori" e passou a ver a realidade pelos seus filtros. Ou seja, passou a ver na realidade a lógica do "modelo" thuniano e não explicitamente a verdadeira lógica do modo capitalista de produção dominante na formação social brasileira, que como se sabe, não é dado pela distância das áreas de produção ao mercado. A unidade de contrários no seio da infraestrutura capitalista (o econômico) tem na base, os princípios que MARX deixou explícito que:

A produção é consumo, e, o consumo é produção²⁴

Não chegamos assim, à conclusão de que a produção, a distribuição, a troca e o consumo sejam idênticos, mas que são antes de tudo elementos de uma totalidade, ou seja, diferenciações no interior de uma unidade.²⁵

23 VALVERDE, O. e DIAS, C.V., p: 69.

24 MARX, K. "Contribuição para a crítica da Economia Política", Col. Teoria no 8, Estampa, Lisboa, 3ª Ed., 1973, p: 221.

25 MARX, K., p: 227.

E mais, Marx afirmou que a produção é o momento privilegiado dentro da unidade contraditória do econômico:

A produção ultrapassa também o seu próprio quadro na determinação antitética de si mesma, tal como os outros momentos. É a partir dela que o processo recomeça sem cessar. É evidente que a troca e o consumo não podem prevalecer sobre ela. O mesmo acontece com a distribuição dos produtos, mas, enquanto distribuição dos agentes de produção, ela, a distribuição é um momento da produção. Uma produção determinada determina, portanto, um consumo, uma distribuição, uma troca determinada, regulando igualmente, as relações recíprocas determinadas desses diferentes momentos.²⁶

É também, o próprio MARX quem indicou os caminhos para se entender a decantada influência dos mercados na produção:

A bem dizer a produção, na sua forma exclusiva, é também determinada pelos outros fatores. Quando o mercado, ou seja, a esfera da troca, por exemplo, se desenvolve, cresce o volume de produção operando-se nela uma divisão mais profunda.²⁷

Assim, tudo faz crer que a incorporação da teoria de THÜNEN por VALVERDE deve ser compreendida dentro do arsenal metodológico incorporado de WAIBEL e em permanente conflito com o instrumental teórico do materialismo histórico incorporado por ele sua obra.

Mesmo quando discutiu as finalidades do estudo das "faixas econômicas", VALVERDE a meu ver, deixou de transparecer o real significado que a teoria locacional tem na chamada "Geografia moderna", ou seja, aquele de encontrar o "local ótimo", aquele local que possa ser objeto dos monopólios. Mas VALVERDE, às vezes, quase se traiu na sua luta anti-determinista:

26 MARX, K., p: 227 e 228.

27 MARX, K., p: 228.

O estudo das faixas econômicas de Thünen na Bragantina - Saldado, não tem interesse meramente acadêmico, como presumem alguns. Ela não é apenas a única teoria que permite explicar cientificamente os sistemas de utilização do solo, mas fornece, outrossim, elementos preciosos para o planejamento regional. Por exemplo, se os administradores tivessem sido devidamente alertados, por certo não estariam tentando organizar a faixa leiteira de Belém ao longo da BR-22, onde as condições edáficas são desfavoráveis à pecuária intensiva [...] cogita-se agora de organizar uma "plantation" de dendê na Bragantina. Parece que, também, por uma questão de preço de terras ficará ela situada perto de Igarapé Açu. Levando-se em conta que a localização de "plantations" indiferente, dentro da região, seria preferível colocá-la no Salgado, onde o crescimento espontâneo de palmáceas dá um sinal evidente de condições ecológicas favoráveis àquela família botânica [...]²⁸.

A questão que, a nosso ver, está no centro dessa postura de VALVERDE é a mesma que estava e se propunha para WAIBEL, ou seja, a aceitação das ciências da natureza, segundo os positivistas, ou então, lutar por um estatuto autônomo das ciências humanas. A Geografia com as contradições inerentes ao seu próprio objeto de estudo, continha, comportou e comporta, sem sombra de dúvida, esta discussão e para que ela ocorra, é preciso a reflexão sobre o que foi a produção Geográfica e o que ela pretende hoje.

Essas questões são importantes, pois, é na compreensão do choque teórico-metodológico que apontado em VALVERDE que se pode encontrar o fio condutor para compreender a sua produção geográfica. E essa questão pode ser encontrada claramente em trechos da sua obra "Geografia Agrária do Brasil":

De fato, o conceito de sistema agrícola já referido é subordinado ao de forma de economia (Wirtschaftsform) ou instituição econômica. Não é simples a distinção entre esses dois conceitos. Werner Sombart (in Waibel, Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil, p. 6) esclarece que o primeiro, isto é, a forma de economia é estabelecida pelo processo de valorização econômica, ao passo que a forma de atividade se refere ao processo de trabalho.

28 VALVERDE, O. e DIAS, C.V. "A Rodovia Belém-Brasília", Fundação IBGE, Rio de Janeiro, 1967, p. 76 e 77.

A pecuária extensiva, a cultura comercial de cereais, a agricultura de enxada, a pecuária leiteira, seriam, portanto, exemplos de formas de economia; a rotação bienal ou trienal, a agricultura itinerante, a jardinagem de tipo oriental (ou sistema chinês), seriam formas de atividade.

Note-se bem, nos exemplos apresentados, que o primeiro grupo diz respeito, sobretudo, ao objetivo da produção aos instrumentos utilizados (meios de produção), enquanto que o segundo envolve o processo de trabalho em si. A forma de atividade, ou sistema agrícola, por conseguinte, um conceito mais preciso, mais restrito e subordinado ao de forma de economia. As formas de economia são, por sua vez, um conceito englobado em outro ainda mais amplo, qual seja o de modo de produção, cujo estudo constitui o próprio cerne da Economia Política. Dois elementos constituem o modo de produção: as forças produtivas e as relações de produção. Estas são as relações sociais que se estabelecem no processo de produção, ao passo que as forças produtivas são expressas pelas relações entre os homens, de um lado, e, os objetos e forças da natureza empregados na produção dos seus materiais, de outro.

Os modos de produção caracterizam, em linhas gerais, cada uma das fases da história econômica da humanidade [...].²⁹

Este trecho da obra de VALVERDE é talvez um dos mais representativos do choque teórico-metodológico que apontado anteriormente e que procurarei neste exemplo concreto explicá-lo melhor. Primeiramente, VALVERDE incorpora de WAIBEL os conceitos de sistema agrícola, forma de atividade e forma de economia e procura compreender para explicar estes conceitos à luz do universo teórico do materialismo histórico. O problema que surge é, se isso é possível, pois estes conceitos são componentes precisos de outro universo teórico que é a escola histórica alemã de economia, sob as palavras de um dos seus últimos representantes (Werner Sombart) que fez parte também da chamada escola de Sociologia Compreensiva. Essa escola tem também seu universo

²⁹ VALVERDE, O. "Geografia Agrária do Brasil", INEP, Rio de Janeiro, 1964, p: 33 e 34.

teórico preciso, e a obra de Max Weber "*Economia Y Sociedad*" trata desse instrumental teórico à luz de suas premissas básicas³⁰. Assim, quer parecer que este desvio teórico em Valverde, é consequência de uma incorporação acrítica do instrumental teórico de WAIBEL ou mais ainda, VALVERDE lê WAIBEL, incorpora WAIBEL, não com os "olhos de WAIBEL", mas com os "olhos de VALVERDE" que não se inserem nas premissas teóricas básicas de WAIBEL, daí o conflito, ou melhor, a contradição.

Em segundo lugar deve-se lembrar, agora sob a luz do materialismo histórico, se não houve em VALVERDE uma transferência pura e simples do conceito de formas de produção³¹ com o conceito de formas de atividade, pois isto pode ser interpretado através da explicação que VALVERDE dá após os exemplos apresentados (4º parágrafo da citação anterior).

Embora discorde da conexão que VALVERDE faz entre o conceito de formas de economia e modo de produção, estou concorde com ele, que é a luz do materialismo histórico que se pode compreender não só as fases da história, mas todo o processo de produção nas formações sociais historicamente constituídas, além de principalmente se pode compreender as conjunturas específicas dessas formações, ou seja, as lutas de classes, com motor da própria história.

Assim, tudo indica que a incorporação da teoria de VON THÜNEN por VALVERDE deve ser entendida dentro desse contexto contraditório em que ele se insere, pois só assim poder-se-á compreender porque essa incorporação continuou acrítica.

30 WEBER, M. "*Economia y Sociedad*", Vol. I, Fondo de Cultura Economica, México, 2ª Ed., 1964, p: 273 a 288.

31 MARX, K. "*O Capital (Crítica da Economia Política)* – Livro 2, Vol. 3, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970, p: 39 e 40.

Para VALVERDE, THÜNEN descobriu uma variante explicativa da organização da agricultura capitalista e ela passa a ser para ele, a própria explicação da distribuição e organização dessa agricultura. Este processo se deu, mesmo que o processo de abstração em THÜNEN não fosse o mesmo de VALVERDE, mesmo que o instrumental teórico de WAIBEL (que foi quem incorporou THÜNEN, sendo que VALVERDE o incorpora via WAIBEL) seja inscrito num universo teórico que não é o de VALVERDE. É essa contradição presente na obra de VALVERDE, um dos pontos fundamentais da sua produção geográfica, por isso ele é um dos mais ilustres representantes de um movimento histórico que deixou suas profundas marcas não só no conhecimento como um todo, mas principalmente na geografia em particular.

Foi, sem sombra de dúvida, assumindo a posição de VALVERDE, que eu mesmo pude compreender o processo de produção de minha própria tese de doutorado³². Ou seja, estava no início, participando de uma escola, que a bem da verdade, não tinha a plena consciência que hoje tenho. Mas isso pouco importa, pois sei que todas estas preocupações e proposições estão datadas historicamente.

2. Valverde e a Sociedade

Nesta parte farei alguns depoimentos sobre o encontro da vida/obra de Orlando Valverde com a sociedade brasileira em geral. Suas lutas e são as provas inequívocas de seus princípios voltados para construir uma sociedade mais justa.

32 OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. "Contribuição para o estudo da geografia agrária: crítica ao "Estado isolado" de Von Thünen". São Paulo, Departamento de Geografia da FFLCH-USP, Tese de Doutorado, 1978, 487 p.

2.1. A Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA)

É no prefácio do livro “O problema florestal da Amazônia brasileira” publicado pela Vozes em 1980, e apresentado por Nelson Werneck Sodré, que Orlando Valverde conta a história relativa à fundação da CNDDA, que ele presidiu por vários mandatos, e que se confunde com a sua primeira campanha de luta:

Era por volta de 1966. Um grupo de brasileiros autênticos preocupava-se com as atitudes antinacionais, relativamente à nossa Amazônia, tomadas por alguns altos dirigentes do país, liderados pelo Sr. Roberto Campos, então poderoso Ministro do Planejamento. O Engenheiro Eudes Prado Lopes, apresentou, nessa época, monumental projeto de barragem do rio Amazonas, na altura de Obidos, o qual colocaria o Brasil, com uma só obra de engenharia, no plano das nações mais ricas em energia hidrelétrica do Planeta.

Criou-se, nessa oportunidade, a CNDDA, sob a presidência do General Tácito Lívio Reis de Freitas, veterano da FEB e [...] da Campanha do Petróleo. Na referida Campanha, reuniram-se pessoas das mais variadas correntes de ideias, tendo, entretanto, ideais comuns: integrar nossa Amazônia na comunidade brasileira desenvolvê-la, impedir o seu saque, sua depredação.

Na mesma época, mas sem ter contato com o movimento de opinião que se iniciava, surge num programa de Televisão, a figura [...] do Professor Artur César Ferreira Reis, denunciando e protestando contra uma reunião oficial, no Ministério da Agricultura, presidida pelo próprio Ministro, e lesiva aos interesses nacionais na Amazônia.

Convidado, em seguida, para Presidente de Honra da CNDDA, o Professor Ferreira Reis confirmou sua reputação [...] prestigiou sempre a Campanha, e dá-lhe [...] colaboração.

[...]

A CNDDA criou, então, grupos de trabalho, e a Comissão de Estudos, [...] veio efetuando pesquisas, em diferentes setores do conhecimento, no interesse do programa de defesa e desenvolvimento da Amazônia brasileira.

No início de 1967, elementos ligados ao Instituto Hudson tentavam inculcar à opinião pública o Plano dos Grandes Lagos

Sul-Americanos de Roberto Panero e Hermann Kahn. E, ostensivamente, o citado Instituto contratou, para fazer propaganda do plano em questão, o agrônomo Felisberto C. Camargo e o já referido Eng. Eudes Prado Lopes. A CNDDA, que até àquela altura estudara e avaliara o projeto deste último, compreendeu a insidiosa manobra e tentativa de envolvimento. Em reuniões sucessivas, com a presença de algumas dezenas de pessoas, examinou exaustivamente o Plano Hudson e, em consequência, passou a combater os objetivos colonialistas do Instituto Hudson e de seus citados representantes.

Realmente: as pesquisas efetuadas pela CNDDA, e por sua Comissão de Estudos, revelaram os planos sinistros e antibrasileiros de Hermann Kahn, aliás, contratado pelo Departamento de Estado norte-americano. As provas que vieram a lume serviram de fundamento a uma vigorosa campanha de Imprensa, em que sobressairam prestigiosos jornais, como o Correio da Manhã do Rio de Janeiro, e a Folha de São Paulo, da capital bandeirante. Serviram também de lastro aos estudos e ao Parecer final do EMFA (Estado Maior das Forças Armadas), que, [...] fulminou o Plano dos Grandes Lagos Amazônicos. A partir daí a atitude do Governo brasileiro foi firme e consequente, na repulsa a essa trama contra a Amazônia e os supremos interesses nacionais.

No calor dessa campanha, nasceu a revista A Amazônia Brasileira em Foco [...] em cujas páginas são traçados os rumos e divulgados os pontos relevantes que orientam as atitudes da CNDDA. Para manter-se livre de influências estranhas aos ideais da Campanha, a Revista não aceita publicidade, sob qualquer forma, e de qualquer procedência [...]

Deve-se esclarecer, com ênfase, que a CNDDA não tem uma orientação jacobina, e, muito menos, xenófoba. Com ela têm colaborado grandes nomes de cientistas estrangeiros: o Dr. Harald Sioli, do Instituto Max Planck, da Alemanha Ocidental [...] o Professor Jean Tricart, da Universidade de Estrasburgo (França) [...] o Professor Kleinpenning, da Universidade Católica de Nijmegen, Holanda [...]

A pressão das multinacionais sobre nossa Amazônia continua, solerte ou ostensiva[...].³³

33 VALVERDE, O. "O problema florestal da Amazônia brasileira", Vozes, Petrópolis, 1980, p:11 a 13.

Mas, o que era e o que pretendia o *Plano dos Grandes Lagos Sul-Americanos* de Roberto Panero e Hermann Kahn do Instituto Hudson?

Orlando Valverde e particularmente Henrique Miranda e Irene Garrido Filha, trataram esmiuçar o projeto. Deste estudo, nasceu o texto “*Dos Grandes Lagos Sul-Americanos aos Grandes Eixos Rodoviários*”, também publicado no livro anteriormente citado. Este texto serviu duplamente, pois foi instrumento de combate ao plano do Instituto Hudson, e também, serviu de base para o debate sobre a construção de eixos rodoviários na Amazônia pelo governo militar. VALVERDE escreveu sobre os projetos:

Em dezembro de 1966, o Eng. brasileiro Eudes Prado Lopes, que antes trabalhara para a Petrobrás na Amazônia, apresentava um audacioso projeto para construir uma barragem no rio Amazonas, em Óbidos, destinada sobretudo a fornecer nada menos que 70.000.000kw. Essa conferência foi realizada no auditório do Ministério da Educação e patrocinada pelo Lion's Clube da Gávea. Além do enorme volume de energia, que colocaria o Brasil, nesse setor, em nível dos países desenvolvidos, o projeto apresentava a vantagem de concentrar sobre uma única meta os planos de desenvolvimento regional.

Pouco depois, o referido engenheiro entrava em entendimentos com o chefe de gabinete do Ministério do Planejamento, em cuja pasta se encontrava o Sr. Roberto Campos, e o plano Eudes foi encaminhado ao Instituto Hudson, nos Estados Unidos. Esse Instituto era então quase desconhecido no Brasil, pois está basicamente vinculado ao planejamento estratégico do Pentágono, de onde lhe provêm mais de 85% de suas imensas verbas. Acha-se equipado com modernos computadores e é dirigido por um grupo de 16 cientistas, chefiados pelo Sr. Hermann Kahn, figura sinistra de planejador, considerado o teórico máximo da guerra nuclear, e que combina atitudes cínicas perante problemas sérios com um físico desmesurado de 140 kg.

Ficou encarregado da elaboração do anteprojeto do Instituto Hudson um de seus técnicos, o Sr. Robert Panero. Ele apresentou todo um sistema supranacional de grandes barragens para a América do Sul, compreendendo:

· A Geografia Agrária na Obra de Orlando Valverde ·

1. O Projeto Chocó, ligando as bacias do Atrato e do San Juan, na Colômbia, tendo em mira duplicar o canal do Panamá.
2. O projeto Pimichin, ligando o Orenoco ao Rio Negro, na fronteira venezuelano-brasileira, de modo a permitir uma via navegável, entre aquele rio e o Amazonas, melhor que a do canal Cassiquiare (natural).
3. O projeto "Grande Lago Amazônico", barrando o Rio-Mar num ponto que seria em Óbidos ou Monte Alegre.
4. O projeto designado vagamente pelo título "Regiões remotas do Leste da Bolívia", visando ligar os rios Guaporé e Paraguai.
5. O projeto "La Araracuara", no Caquetá (chamado Japurá, no Brasil), barrando esse rio no sul da Colômbia, até às fraldas dos Andes.
6. O projeto "Amazonas Peruano", barrando o curso médio do Ucaiáli, no Peru.

Toda a doutrinação teórica de Panero, endossada por Hermann Kahn, está contida em dois artigos: o primeiro publicado no México, sob a autoria de ambos ("Nuevo enfoque del Amazonas", Progreso 65/66 - Revista del Desarrollo Latino-americano, p. 134-141, México. 1967); o segundo, impresso em multilite, como publicação do próprio Instituto Hudson ("Um Sistema Sul-Americano de Grandes Lagos", Ed. Multilite do Instituto Hudson, 1967, em edições português, inglês e castelhano).

Nesses trabalhos, os objetivos do Instituto estão expostos com notável clareza. Insiste o autor do anteprojeto em que as obras hidráulicas deveriam obedecer a quatro características fundamentais: 1ª— Seriam obras de baixo custo, cujo preço total andaria em 250 e 500 milhões de dólares; enquanto isso, o anteprojeto original de Prado Lopes deveria custar, para uma só represa, um bilhão e meio de dólares; 2ª— Deveriam ser represas baixas, construídas de terra ou aterro hidráulico; 3ª— Seriam obras de baixa eficiência, sob a alegação explícita de que 'o valor da eletricidade por si só não justificaria a construção'; 4ª— Teriam por escopo a extração vegetal e mineral, como metas tangíveis dos esforços estrangeiros do desenvolvimento.

Os itens acima apresentados mostram a nu os propósitos neocolonialistas do Instituto Hudson. Toda a ideia de aproveitamento hidrelétrico da bacia amazônica tinha sido posta de lado, em benefício do saque aos recursos minerais e vegetais da região.

· Ariovaldo Umbelino de Oliveira ·

Ora, hoje em dia é doutrina pacífica que a simples exportação de matérias-primas não contribui para o desenvolvimento das regiões e países produtores. Se assim o fosse, o Catanga, a Bolívia, o Chile estariam entre os países mais avançados do mundo. Pois bem, a ideia central, preconizada pelo Instituto Hudson, corresponde a uma 'catanguização' da região amazônica.

Kahn e Panero chegaram ao extremo de expor sem rebuços suas teorias, herdadas diretamente do imperialismo clássico. Resumem eles o mundo subdesenvolvido em três áreas: A — em áreas urbanas, compostas de uma civilização do século XX, à qual se agregam favelas; são caracterizadas financeiramente por um alto índice de investimentos, e nas quais os grupos dominantes — segundo seus autores — seriam compostos de técnicos, que se opõem aos políticos. A área B — compreendendo as zonas rurais, habitadas por representantes de uma civilização do século XVII modernizada, dominando massas atrasadas de camponeses. Nessa área registram-se baixos índices de investimentos. Por fim, a terceira é a área C — inexplorada, com poucos investimentos privados e na qual, se classe dominante existe, seria representada pelos militares servindo nos postos avançados do país.

Apregoam então os referidos teóricos as vantagens da aplicação de capitais na área C, porque dá possibilidades para auferir altos lucros, sem causar impacto político no respectivo país e sem, portanto, levantar nenhuma oposição séria.

Eudes Prado Lopes e seu projeto tiveram um fim melancólico nessa história. Não teve ele firmeza moral ou desejo de contrapor publicamente seu projeto inicial ao projeto distorcido pelo Instituto Hudson. Muito pelo contrário, deixou-se envolver como protagonista numa 'comédia' em que, perante um auditório composto, sobretudo de altas patentes militares, era contratado pelo referido Instituto, por intermédio do seu representante assalariado no Brasil, o Sr. Felisberto Camargo. Até que ponto o projeto inicial de Prado Lopes estaria vinculado aos propósitos então ocultos do Instituto Hudson?

Enganaram-se, porém, os 'cientistas' daquela agência, quando julgaram que suas tramas não provocariam reação. No próprio ano de 1967, o Prof. Arthur Cezar Ferreira Reis, ex-governador do Estado do Amazonas, e autor de um magnífico estudo histórico sobre 'A Amazônia e a Cobiça Internacional' (Ed. Record, 1968), reagiu publicamente, através de uma entrevista coletiva à imprensa, denunciando a nova manobra, diametralmente oposta à integração da Amazônia na comunidade econômica e social brasileira. Nova, sim, porque, conforme o mesmo Prof. Ferreira Reis descreve no livro citado,

esta é a terceira tentativa efetuada nos últimos 20 anos para internacionalizar a Amazônia brasileira: a primeira foi a criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica, proposta pela Unesco e estigmatizada em patriótico e eloqüente discurso pelo deputado e ex-presidente da República, Sr. Arthur Bernardes. A segunda tentativa estava sendo levada a efeito através do Ministério da Agricultura, visando criar o Instituto Internacional do Trópico Umido, com sede em Washington. Dessa vez, foi ele próprio, o Prof. Ferreira Reis, quem numa entrevista televisonada denunciou a vergonhosa tramaio.

Um grupo desinteressado de patriotas reunira-se, independentemente de credos políticos e religiosos, para defender a integração e o desenvolvimento da Amazônia, e aceitara inicialmente o projeto Prado Lopes, cuja difusão passou a fazer. No entanto, logo que foram confirmados os vínculos desse projeto com os planos do Instituto Hudson, tomou atitude aberta contra ambos. Sob a presidência de honra do Prof. Ferreira Reis, essa comissão, que tomou o nome de Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA), reúne-se semanalmente no Clube Positivista e já publicou quatro opúsculos de uma série denominada 'A Amazônia Brasileira em Foco'.

O golpe de misericórdia no plano dos Grandes Lagos Sul-Americanos, do Instituto Hudson e seus sequazes, foi dado quando o Estado Maior das Forças Armadas se manifestou oficialmente contrário a ele, como lesivo aos objetivos nacionais. E foi arquivado.

Duas vezes esteve, mais tarde, Hermann Kahan no Rio e em S. Paulo, financiado pela Fundação Getúlio Vargas, por industriais das duas metrópoles e por uma indústria norte-americana de anticoncepcionais, tentando inculcar seus planos maquiavélicos à elite dirigente do País. Mas foi em vão; não obteve ele nenhuma entrevista oficial com qualquer ministro, e da tremenda campanha publicitária só deixou gravado na memória popular o ridículo do seu corpanzil monstruoso.³⁴

Assim, a CNDDA, já nasceu como instrumento de luta, deste grupo de brasileiros nacionalistas, liderados pelo incansável Orlando Valverde.

34 VALVERDE, O., p: 108 a 112.

2.2. O problema florestal na Amazônia – e o combate à proposta das florestas de rendimento de Clara Pandolfo.

Outra luta levada a efeito por Orlando Valverde foi contra o plano da SUDAM de estabelecer para a Amazônia florestas de rendimento para serem exploradas pelas multinacionais da madeira.

Como escrevi no livro *"Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos"*³⁵ (Papyrus, 1987) o processo de exploração das florestas da Amazônia vem de longo tempo. Serrarias têm acompanhado a ocupação das diferentes frentes de penetração na região. Entretanto, este fato ganhou dimensão de projeto nacional com o II PND, quando foi planejada para a Amazônia a chamada *"política de desenvolvimento dos recursos florestais"* com ênfase na *"exploração racional da madeira das florestas de terra firme"*. O *"decantado"* sistema de *floresta de rendimento*. Segundo Orlando Valverde, em seu livro *"O Problema Florestal da Amazônia Brasileira"*³⁶, esta tese foi apresentada em pleno *"milagre brasileiro"* por Clara Pandolfo, e serviu de base para o II PND e o II PDA:

Em 1972, a Dra. Clara Pandolfo, diretora do Departamento de Recursos Naturais, da SUDAM, publicou um trabalho intitulado Estudos Básicos para o Estabelecimento de uma Política de Desenvolvimento dos Recursos Florestais e de Uso Racional das Terras na Amazônia, reeditado em 1974 com o fim precipuo de servir de base ao 2º Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), do Governo federal. Este plano, na parte referente à região amazônica, tornou-se conhecido pela sigla II PDA (2º Plano de Desenvolvimento da Amazônia).

O Relatório Pandolfo prevê toda uma série de Reservas Florestais e de Reservas Indígenas, espalhadas na região amazônica, assim como 12 "Florestas Regionais de Rendimento" [...] A soma das áreas das "florestas de rendimento" propostas é igual a 39.253.000 hectares (392.330 km²), superfície maior que a total do Estado do Maranhão, isto é,

35 OLIVEIRA, A.U. "Amazônia: monopólio, expropriação e conflito", Papyrus, Campinas, 1987.

36 VALVERDE, O. "O problema florestal da Amazônia brasileira", Vozes, Petrópolis, 1980.

superior à Alemanha! [...]

Segundo o relatório Pandolfo, essas áreas destinadas à exploração florestal na terra firme ofereceriam um volume médio de madeira comercial de 178 m²/hectare, muito maior que as matas de várzea que, segundo a mesma autora, dariam apenas 90 m³/hectare [...]

O Governo federal forneceria "incentivos fiscais", isto é, financiamentos, através da SUDAM, oriundos do imposto sobre a renda. Além disso, competiria também ao Governo brasileiro organizar previamente a infraestrutura viária, por meio de estradas ligando cada uma das doze "Florestas Regionais de Rendimento" aos rios navegáveis mais próximos, a fim de facilitar o escoamento da produção madeireira, assim como a importação dos bens de produção e de consumo necessários.

Essas enormes concessões deverão ser entregues a empresas nacionais ou estrangeiras devidamente qualificadas, segundo a citada autora.³⁷

Portanto, segundo a "tese Pandolfo", as doze "florestas regionais de rendimento" somariam uma superfície de 39 milhões de hectares ou 390.000 km². Uma superfície, portanto, superior àquela ocupada pelo estado do Piauí, para não dizer maior do que a Noruega, Finlândia, Itália, etc.

Ainda segundo Valverde, que tinha sido um verdadeiro "soldado civil" na defesa da Amazônia, o relatório Pandolfo apontava para a possibilidade de exploração de um volume médio de madeira comercial da ordem de 178m³ por hectare, quase o dobro, portanto, do rendimento obtido nas florestas de várzea que estariam na casa dos 90m³ por hectare. Todo o processo de exploração seria financiado pelo governo federal, através de sua política de incentivos fiscais, que também arcaria com as obras de infraestrutura viária e de navegação, de modo a permitir acesso o escoamento da madeira.

Essas verdadeiras "capitanias hereditárias" seriam entregues às grandes empresas nacionais e estrangeiras. Com isso, segundo

37 VALVERDE, O., p: 18 e 19.

Pandolfo e o II PND, fração significativa da Amazônia seria alienada, em nome do "desenvolvimento", aos interesses do capital nacional/internacional (quer dizer, multinacional), sem que ao menos os brasileiros da própria região soubessem.

O Plano Pandolfo foi combatido no Brasil e no exterior. Valverde e a CNDDA — Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia — não se calaram frente a ele. Aliás, o próprio VALVERDE aponta o trabalho de Betty Meggers e Clifford Evans "Amazônia: A Ilusão de um paraíso" (EDUSP, 1987), onde aparece a relação entre a localização dos grupos linguísticos indígenas no Brasil e os chamados refúgios florestados da América do Sul. A distribuição das reservas indígenas mostrava claramente que em nome do "progresso, desenvolvimento e segurança" as nações indígenas eram colocadas, quando o eram, em terras "escolhidas a dedo", nas piores áreas da Amazônia. O melhor exemplo disto foi a nação Nhambiquara que vivia nas florestas do Vale do Guaporé, no Mato Grosso, mas teve suas terras demarcadas nos cerrados de solos pobres da Chapada dos Pareci.

Mas se o Relatório Pandolfo era um plano, a exploração da floresta amazônica, como já disse, vem sendo feita há muito tempo. E o capital estrangeiro, como se sabe, tem feito parte desta exploração expropriativa. Urge, portanto, continuar esta denúncia, pois de vez em quando os órgãos do governo procuram ressuscitar este malfadado plano.

Ironicamente, o governo Lula fez aprovar no Congresso a nova lei de concessão de exploração das florestas na Amazônia, ressuscitando o projeto de Pandolfo. Por isso, seguindo o exemplo de Valverde é preciso combater esta lei daninha os interesses do país, implantada exatamente, pela ministra que se diz defensora da Amazônia Marina Silva.

A Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, dispõe “**sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável**” e, em seu artigo 3º inciso VII informa que a “*concessão florestal: delegação onerosa, feita pelo poder concedente, do direito de praticar manejo florestal sustentável para exploração de produtos e serviços numa unidade de manejo, mediante licitação, à pessoa jurídica, em consórcio ou não, que atenda às exigências do respectivo edital de licitação e demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.*”³⁸

Por ironia da história, coube a uma ministra que sempre se disse defensora da Amazônia, Marina Silva e, a um governo que também, sempre se disse defensor dos trabalhadores o PT de Lula, entregar ao capital privado, a exploração da floresta amazônica. Ressuscitaram o Plano Pandolfo, e entraram para a história como defensores daquilo que condenavam.

A mídia assim retratou a ironia/farsa:

Oito concessionárias encabeçadas, na maioria, por madeireiras entraram na disputa pela Concessão Florestal da Floresta Nacional Jamari, em Rondônia. Uma área de 96 mil hectares de floresta é a primeira da Amazônia a ser licitada com amparo da Lei de Gestão das Florestas Públicas, que concede a empresas privadas o direito de exploração de áreas da floresta amazônica por períodos de até 40 anos. A área licitada da Jamari equivale, por exemplo, a mais de duas áreas da cidade de Curitiba, no Paraná (ou 53.333 campos de futebol).

Criada pelo governo Lula com a finalidade de evitar a grilagem de terras da Amazônia e promover um desenvolvimento sustentável da floresta, a lei permite que concessionárias explorem áreas - pré-determinadas pelo Ibama como "áreas de manejo" -, extraiam produtos da terra e comercializem. As empresas vencedoras também podem explorar a região com serviços, como o ecoturismo, mas sempre obedecendo a regras de preservação da floresta, além de normas para atualização de preços de produtos e serviços explorados.

38 http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11284.htm

Alex Madeira Ltda., Amata SA, Civarro Agropecuária, Engenharia e Comércio Ltda., Con & Sea Ltda., Construção e Incorporação Kabajá Ltda., Porta Júnior Construções Ltda., Sakura Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. e Zn Indústria, Comércio e Exportação de Madeiras Ltda. ME já apresentaram as suas propostas ao Serviço Florestal Brasileiro (SFB) na última quarta-feira e serão agora avaliadas para saber se estão habilitadas a concorrerem à concessão. Os projetos serão analisados pelo SFB a partir da próxima semana.

A Lei de Gestão das Florestas Públicas foi criada a partir do PL 4776/2005 pelo governo federal e aprovada pelo Congresso Nacional no ano passado. Ela regulamenta a gestão de florestas públicas (matas naturais ou plantadas em terras da União). Além de criar o Serviço Florestal Brasileiro e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), a lei permite concessões florestais pagas, baseadas em processo de licitação pública.

Do total de 193,8 milhões de hectares de florestas públicas federais, 43 milhões de hectares são considerados legalmente passíveis de concessão. Destes, o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF), criado pela mesma lei, considerou passíveis das primeiras concessões as florestas públicas inseridas numa área de 11,7 milhões de hectares (6% do total). A Floresta Nacional Jamari foi determinada pelo governo como a primeira área a ser licitada. Dos seus 220 mil hectares, 96 mil foram divididos em três glebas (11 mil ha; 33 mil ha; 46 mil ha) e serão disputados pelas concessionárias concorrentes.

A área está localizada no Estado de Rondônia nos municípios de Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste e Cujubim. Os objetos a serem explorados na região são produtos da floresta, como madeira, frutos e sementes, e serviços, como o ecoturismo. As concessionárias vencedoras assinarão um contrato que poderá ir de cinco a 40 anos. De acordo com a lei, as concessões não implicam em qualquer direito de domínio ou posse sobre as áreas manejadas. As concessionárias vencedoras terão o direito de explorar os produtos da floresta e cada contrato estabelecerá regras para a utilização da área e também regras para atualização de preços de produtos e serviços explorados.

Durante o período em que irá explorar a região, a concessionária será fiscalizada pelo Ibama e pelo Serviço Florestal Brasileiro. Além disso, será obrigatória uma auditoria independente, pelo menos uma vez a cada três anos. A fiscalização das concessões será feita em três frentes. O Ibama fará o monitoramento ambiental da implementação do plano de manejo florestal sustentável. O Serviço Florestal Brasileiro fará a fiscalização do cumprimento dos contratos de concessão. E, em terceiro, será obrigatória uma auditoria independente das

práticas florestais, no mínimo a cada três anos por entidade previamente credenciada pelo Inmetro - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. Para o monitoramento, o Serviço Florestal se utilizará, entre outras ferramentas, do Sistema de Detecção de Exploração Seletiva (Detex), que permite detectar a exploração florestal por sensoriamento remoto (por meio de imagens de satélite). Esse sistema, desenvolvido em conjunto com o Inpe - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, entrará em funcionamento até o final do ano.

Cada uma das concessionárias irá pagar uma quantia anual ao governo federal pelo uso dos recursos florestais. Esses recursos serão distribuídos da seguinte forma: até 30% serão destinados à manutenção do sistema de gestão, pelo Serviço Florestal e Ibama (para realizar atividades de monitoramento e controle das áreas licitadas). Os outros 70% serão distribuídos: 20% ao Estado onde a área está localizada; 20% aos municípios; 40% ao Instituto Chico Mendes e 20% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. Manejo florestal é um conjunto de práticas de administração dos recursos florestais que visam a produção de produtos madeireiros ou não madeireiros (frutos, sementes, óleos) conservando a floresta em pé.

O Ministério do Meio Ambiente justificou a criação da Lei de Gestão das Florestas Públicas como uma tentativa de ordenar o acesso a recursos florestais que existem nas terras da União. As gestões das florestas públicas terão como princípio, de acordo com a lei, a conservação de ecossistemas, da biodiversidade, solo e recursos aquáticos.

Na avaliação do grupo ambientalista Greenpeace, a lei significa, na prática, um reconhecimento, pelo governo federal, de que o "destino manifesto" da Amazônia é a conservação e o uso sustentável dos recursos da "floresta em pé". O Greenpeace do Brasil apoiou o projeto da gestão de florestas públicas porque entende que é a única forma do governo federal controlar a exploração de terras na Amazônia e acabar com a grilagem. "Cerca de 75% das terras da Amazônia são públicas e não há nenhum controle sobre elas", diz Sérgio Leitão, diretor de políticas públicas da organização. "Mas é claro que é um risco, pois a intenção é ótima, mas vamos ver a implementação como será."

"Vai depender única e exclusivamente do governo o sucesso dessa concessão", diz Roberto Smeraldi, diretor da Organização Amigos da Terra - Amazônia Brasileira. "A lei tem vários problemas e limitações, mas é inquestionável que é preciso estabelecer concessões na Amazônia porque o governo já está agindo tarde demais para arrecadar e regularizar as terras públicas."

Analizadas as propostas dos oito concorrentes à concessão da Floresta Jamari, o Serviço Florestal irá divulgar quais estão realmente habilitadas a participar da licitação. Depois disso, os projetos de cada uma das empresas serão analisados. A área da Jamari foi dividida em três glebas e cada uma só pode ser licitada a uma concessionária. O SFB estima que em meados do mês de março os vencedores sejam anunciados e os contratos, assinados. Ainda não previsão de qual será a próxima área - dentro dos 43 milhões de hectares que são considerados legalmente passíveis de concessão pelo Ibama - que será licitada.³⁹ (Sem grifo no original)

Se o governo Lula conseguiu de certo modo o apoio de alguns movimentos ambientalistas, o mesmo não ocorreu no meio científico, pois coube agora ao professor Aziz Nacib Ab'Saber, criticar duramente esta política privatista e destruidora da floresta Amazônica do governo do Partido dos Trabalhadores:

A Lei de Gestão das Florestas Públicas é absolutamente inócua do ponto de vista da economia na opinião de Aziz Ab'Saber, geógrafo do Instituto de Estudos Avançados da USP (Universidade de São Paulo). "É claro que as concessões irão favorecer grupos já bem situados e que já exploram a floresta. As pessoas que elaboraram essa lei não conhecem a Amazônia e não sabem que para se chegar a determinadas áreas de interesse econômico é preciso destruir um caminho em volta."

O geógrafo afirma que falta ao Brasil planejamento e que a iniciativa de conceder floresta pública para empresas privadas explorarem e preservarem é um reflexo disso. "Não pode haver ideário mais nocivo e desinteligente do que esse sistema de concessões como forma de proteção", diz Ab'Saber. "Inserir no texto da lei a frase 'desde que a área seja sustentada' não resolve o problema. Ninguém no Ministério do Meio Ambiente conhece a idéia correta de exploração sustentada da Amazônia."

Segundo o professor, as madeiras se utilizam dos moradores locais, conhecidos como "mateiros", para encontrar no meio da floresta as árvores de interesse comercial. Esses mateiros abrem picadas na mata e depois essas picadas viram trilhas, por onde passam os homens com motoserras para derrubar as árvores. "Por fim, as trilhas acabam virando estradas porque todo transporte de madeira da mata é feito por caminhões", explica. "Só nesse processo já devastou."

39 <http://noticias.uol.com.br/ultnot/2008/01/11/ult23u914.jhtm>

Aziz Ab'Saber também não aceita a justificativa de que as concessões são a única maneira de o governo conseguir evitar a grilagem de terras na Amazônia e promover o seu desenvolvimento sustentado. "Isso é uma mentira sem tamanho. Daqui a 40 anos lulas e marinas já não estarão mais vivos para saber o que fizeram ali. A principal falha do Ministério do Meio Ambiente é que seus projetos não têm previsão do impacto no futuro." As chamadas Flonas (Florestas Nacionais), na opinião do geógrafo, deveriam ser áreas de proteção total e não passíveis de concessão. "Foram criadas em um momento em que cerca de 550 mil km² de mata já haviam sido devastados, o natural é que fossem blindadas, para parar a devastação."⁴⁰

2.3. A denúncia sobre a venda de terras à estrangeiros na Amazônia e a divulgação do Relatório Velloso: as jazidas dos minérios e minerais estavam sendo apropriados privadamente.

Outra denúncia feita pela CNDDA liderada por VALVERDE, foi a divulgação do Relatório Velloso relativo à CPI sobre a venda de terras à estrangeiros. Escrevi sobre este escândalo no livro *"Integrar para não entregar – Políticas Públicas e Amazônia"*⁴¹ (Papyrus, 1988). Nele lembro que o período de existência do IBRA – Instituto Brasileiro da Reforma agrária e INDA – Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, de 1964 a 1970, esteve marcado por um processo intenso de corrupção, grilagens e venda de terras para estrangeiros. Aliás, este fato ganhou projeção nacional e internacional. Em nível nacional, acabou desembocando em 1968, na constituição, pelo Congresso Nacional, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as denúncias veiculadas pela imprensa.

O resultado da CPI foi a elaboração de um relatório — Relatório Velloso — e a comprovação do envolvimento de inúmeros brasileiros particulares e funcionários do IBRA e de cartórios públicos na grande falcatura da venda de terras a estrangeiros, sobretudo na Amazônia:

40 <http://noticias.uol.com.br/ultnot/2008/01/11/ult23u928.jhtm>

No momento ainda é muito difícil precisar-se, com exatidão, as áreas mais atingidas pelo problema que está sendo estudado. Todos os dados obtidos até agora devem ser considerados apenas como dados parciais e muito tempo ainda se necessitará de trabalho paciente e metucioso, para que se possa ter uma ideia precisa, da profundidade do problema. O trabalho se torna mais difícil pela evolução constante dos fatos, pois muitas áreas em nome de brasileiros, já estão com negociações entabuladas para serem transferidas para propriedade de grupos estrangeiros e, em muitos casos, áreas já compradas por grupos estrangeiros ainda são mantidas, em nome de seus antigos proprietários e posseiros, com o evidente propósito de evitar a constatação de seus verdadeiros donos.

Ainda são poucos, no momento, os dados obtidos principalmente os relativos aos estados de Mato Grosso e Acre e territórios de Rondônia, Roraima e Amapá, mas, apesar disto, as informações já obtidas formam um quadro geral que preocupa bastante. Assim podemos apresentar, ressaltando uma vez mais ser apenas um levantamento parcial, as seguintes áreas já ocupadas ou em vias de ocupação por grupos estrangeiros.

a) Estado de Goiás

1. São João da Aliança - grupo belga36.014 ha
2. Araguaína - não-identificado23.368 ha
3. Tocantinópolis - Universal Overseas Holding504.700 ha
4. Tocantinópolis - Cia. Agropastoril Água Azul 4.459 ha
5. Filadélfia - Chan Tun Jan 48.403 ha
6. Uruaçu - John Mauger113.105 ha
7. Piacá - Henri Fuller 38.720 ha
8. Piacá - World Land Co. 72.600 ha
9. Piacá - não-identificado 24.200 ha
10. Peixe - John Mauger ignorada
11. Alto Paraíso - Stanley Amos Selig3.918 ha

40 <http://noticias.uol.com.br/ultnot/2008/01/11/ult23u928.jhtm>

41 OLIVEIRA, A.U. "Integrar para não entregar – Políticas Públicas e Amazônia", Papyrus, Campinas, 1988.

· A Geografia Agrária na Obra de Orlando Valverde ·

12. Niquelândia - Stanley Amos Selig 24.6411 ha
 13. Paranã - Stanley Amos Selig 2.100 ha
 14. Ponte Alta do Norte - Stanley Amos Selig1.305.000 ha

Neste estado, no momento, já se podem apresentar 3,5% de seu território em mãos de pessoas, ou grupos estrangeiros, devendo-se ressaltar que, no município de Ponte Alta do Norte, toda a sua área, 1.305.000 ha, está em poder de Stanley Amos Selig, que vendeu nos EUA, um total de 1.390.438ha em lotes nesse município, maior, portanto que a própria área do mesmo [...]

b)- Estado do Pará

1. Almeirim - National Bulk Carriers1.250.000 ha
 2. Tomé-Açu - Jamic25.800 ha
 3. Portel Melgaço - Georgia Pacific400.000 ha
 4. Melgaço - Robert Richard Morrow40.658 ha
 5. Portel, Currealinho, Breves, Anapu, Anajás e Bagre - Robin Hollie Mac Glow400.000 ha
 6. Açará - Jacob Klauss..... ignorada
 7. Currealinho - Gork Stinson8.344 ha

c)- Estado da Bahia

Neste estado, como já exposto anteriormente, as regiões atingidas são os municípios de Cocos, Correntinha, São Desidério, Bom Jesus da Lapa e Formosa do Rio Preto. Perfazem estas terras um total de 5.600.000 ha, distribuídas em 53 fazendas, sendo, portanto, a área atingida superior a 10% da área do estado [...]

No momento, já existe apurada a venda de cerca de 20.000.000 ha a pessoas ou grupos estrangeiros, distribuídos pelos diversos estados e municípios mencionados e que, como facilmente se poderá constatar, excetuando-se as terras alienadas no estado da Bahia, as demais, em quase sua totalidade, encontram-se dentro da Região Amazônica.⁴²

42 VELLOSO, A. apud GARRIDO FILHA, I. "O projeto Jari e os capitais estrangeiros na Amazônia, Vozes, Petrópolis, 1980, p:84 a 87.

Conforme se pode observar pelo que foi possível apurar pela CPI, cerca de 200.000 km² de terras brasileiras, a maioria na Amazônia (mais de 150.000 km²), estavam transacionados com grupos estrangeiros. Para ser mais realista, uma superfície superior àquela ocupada pelo estado do Paraná estava em poder de estrangeiros.

Esse processo lesivo aos interesses dos trabalhadores brasileiros pôde acontecer em função do uso de expedientes criminosos, que por si só poderiam vir a convencer a justiça do país à anulação das concessões. Isto pode ser observado pelas conclusões do Relatório Velloso, na averiguação dos métodos e processos de aquisição de terras:

É uma constante, na venda de terras a estrangeiro, a presença do elemento nacional como intermediário. Talvez uma das poucas exceções seja o Sr. Robin Hollie Mac Glow, cidadão americano, que intensamente se dedica, no Pará, à atividade de compra de vastas áreas para posteriormente vendê-las a compatriotas seus, com grande margem de lucro. Pelas observações pudemos agrupar os processos de aquisição de terras em três tipos diferentes:

a) Compra a antigos proprietários ou posseiros

Neste processo, um intermediário entra em contato com o proprietário ou posseiro de determinado lugar, de interesse de um grupo, e propõe a compra do mesmo. De um modo geral, o proprietário ou posseiro, sem recursos para explorar suas terras, com dificuldades em obter financiamentos, e premido pelos impostos, principalmente, os do IBRA, aceita com prazer a proposta, sempre feita com dinheiro à vista.

Esse processo é repetido com todos os elementos da zona visada, que assim passa a ser propriedade de um grupo estrangeiro, apesar de muitas vezes, enquanto interessar, as terras ainda serem mantidas em nome dos antigos proprietários, o que dificulta em muito o levantamento de áreas do território nacional em mão de estrangeiros.

b) Requisição de terras devolutas dos governos estaduais

Neste processo, o elemento nacional intermediário, geralmente com a conivência de funcionários dos Departamentos de Terras

estaduais, requer em nome de pessoas, verdadeiras ou fictícias, individualmente, um grande número de lotes, cada um dentro das limitações constitucionais de modo a cobrir toda a zona cobijada.

Após a obtenção dos títulos definitivos, de acordo com o interesse, ou não, do comprador, os títulos individuais passam, por meio de compra simulada, para o nome da pessoa ou grupo, nacional ou estrangeiro, interessado na compra daquela região.

Com isto é que se explica como vastas regiões de terras devolutas estaduais, apesar das limitações constitucionais, passam de um momento para outro a se constituir em enormes latifúndios em mãos de pessoas ou grupo nacionais ou estrangeiros.

Este processo foi usado em larga escala no estado de Mato Grosso, na década de 50, e foi usado, conforme demonstrado em informações colhidas por esta CPI, nos estados do Pará e Amazonas, o que explica grandes extensões desses estados em poder do grileiro João Inácio (1.787.310 ha no Maranhão; 1.839.500 ha no Amazonas; e 5.456.140 ha no Pará), requeridas como terras devolutas, o que fere frontalmente a Constituição do Brasil.

c) Grilagem

Por intermédio deste processo, todos os tipos de fraudes são aplicados, desde escrituras falsificadas, aparentando documentos antigos, até títulos definitivos de compra de terras devolutas, também falsos.

Por intermédio desse processo, o cidadão norte-americano Stanley Amos Selig conseguiu a posse de todo o município de Ponte Alta do Norte, em Goiás, e, por intermédio desse mesmo processo, o seu intermediário João Inácio já tinha sob seu controle vastas extensões, em toda a Amazônia, prontas para serem transferidas para grupos nacionais ou estrangeiros.

Dentro da 'grilagem', verifica-se que, com o aproveitamento do que dispõe o Código Civil Brasileiro, que permite em seu artigo 134, parágrafo 2º, o uso da escritura particular para transações até NCr\$ 10,00, sistematicamente dão esse valor simbólico a todas as transações feitas, fugindo assim da escritura pública, e assim, de um modo geral, começando os 'grilos', isto é, através de um instrumento particular de compra e venda.

É uma constante nas operações desse tipo a venda de terras, sempre pelo total de NCr\$ 10,00, e sempre por intermédio de um instrumento particular, que posteriormente é registrado em um cartório, já mancomunado para isto.

Nesse processo de 'grilagem', conforme verificado por esta CPI em sua viagem a Porto Nacional, até o roubo de documentos antigos de velhas igrejas foi feito, sendo o papel em branco de livros de registros paroquiais roubado para ser utilizado na confecção de escrituras, em tudo semelhante às feitas no século passado.

A técnica usada na fraude e no crime, por maus brasileiros, pode ser considerada quase perfeita e valendo-se dela é que muitos grupos estrangeiros estão de posse de vastas extensões do território brasileiro." ⁴³

O que se pode verificar hoje, passados quase 50 anos desses episódios, é que não se tratava de uma ação de "maus brasileiros" como o Relatório demonstrava, mas sim de uma bem montada estratégia de permitir aos grupos internacionais e nacionais o acesso as riquezas naturais da região amazônica e do Brasil em geral.

Essa estratégia fazia parte da política posta em prática pelos governos militares que passaram a comandar e planejar este processo. A prova inequívoca do que estou afirmando apareceu na estratégia que os grandes grupos econômicos nacionais e internacionais passaram a utilizar no Brasil para conseguir vantagens e favores: incluir em cargos de suas diretorias altas patentes militares. Assim, os governos militares procuravam encobrir a real intenção de seus planos com relação à internacionalização da economia brasileira. Por de trás de uma falsa bandeira "nacionalista", foram entregando os recursos naturais do país, e a Amazônia era parte substantiva desse processo. VALVERDE e a CNDDA, denunciavam todas estas negociatas.

2.4. A luta contra o Projeto Jari

No próprio currículo de Orlando Valverde, encontra-se as referências a sua luta contra o Projeto Jari, nos municípios de Almerim-PA e Marzagão-AP. Esta:

43 GARRIDO FILHA, I., p: 87 a 89.

luta contra a apropriação de terras por estrangeiros retornou com o Projeto Jari, de Daniel Ludwig, que ocupava vastas extensões no vale do Jari, tanto no Pará como no Amapá. Essa campanha também resultou em CPI. Era um projeto megalômano: plantação de gmelina (árvore exótica) para a produção de celulose, compra de fábrica de celulose no Japão e sua vinda flutuando, do Japão ao rio Jari (onde se encontra até hoje, mas consumindo não mais a gmelina, que não se adaptou, mas pinus e eucalipto), e, ainda, plantação de arroz, com duas safras anuais, e exploração do caulim. Tudo isto em sigilo, sem o acesso de brasileiros. Com os erros cometidos e as exigências não atendidas mais pelo governo brasileiro, porque havia manifestações claras da Sociedade brasileira contra o Projeto, Ludwig resolveu “vendê-lo” a um grupo de empresários brasileiros, mas as dívidas foram pagas pelo Banco do Brasil, que não pode participar das gestões empresariais, ao contrário do BNDES, que anteriormente avalizou iniciativas da Jari. Os bons negócios, como a mina e o beneficiamento do caulim e da bauxita refratária, foram para Azevedo Antunes, da ICOMI, do grupo CAEMI. Foi valioso fator de esclarecimento e mobilização o livro “O Projeto Jari”, de autoria da geógrafa Irene Garrido, da Comissão de Estudos da CNDDA.⁴⁴

2.5. A luta contra o desmatamento pelos projetos agropecuários na Amazônia

Outra campanha de denúncia que VALVERDE participou, foi contra os projetos agropecuários subsidiados pela SUDAM, que causaram enorme devastação florestal na Amazônia, no chamado atualmente de “arco do desmatamento”.

VALVERDE em seu livro “O Problema Florestal da Amazônia”⁴⁵ mostrava que a implantação do programa Polamazônia, Polonoreste e Polocentro em meados da década de 70,

significou, para os planos de ocupação da Amazônia, de um lado a desativação dos projetos de colonização ao longo da rodovia Transamazônica [e o incentivo via programa Polonoreste, da colonização em Rondônia] e, de outro, uma nova ênfase nos projetos agropecuários. Dessa forma, não se financiariam mais “minifúndios”, que, segundo a diretriz do novo Governo,

44. <http://www.confea.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2814&pai=4&sid=204&sub=197&tpl=printerview>

45 VALVERDE, O. “O problema florestal da Amazônia brasileira”, Vozes, Petrópolis, 1980.

· Ariovaldo Umbelino de Oliveira ·

esgotavam o solo, aceleravam a erosão e não aumentavam significativamente a produção agrícola. A partir de então, o Governo federal, através da SUDAM, passou a intensificar o financiamento das "empresas rurais", que, também segundo o governo, aplicariam técnicas mais avançadas, iam gerar empregos e forneceriam divisas ao país.

Indicava também, que a conjuntura internacional era propícia para tal política, pois a carne estava muito valorizada no mercado mundial, particularmente a carne magra, de gado zebu. A estratégia então era tornar o Brasil, em curto tempo, um grande exportador de carne. Então, uma faixa periférica, no sudeste da hileia amazônica, estendendo-se de Mato Grosso até a divisa entre o Maranhão e o Pará, foi a região escolhida para receber maior quantidade de incentivos fiscais, destinados à implantação de tais projetos.

De acordo com as normas aprovadas pela SUDAM, as pessoas físicas ou jurídicas beneficiadas com esses incentivos fiscais se comprometiam, no contrato, a proporcionar aos trabalhadores e suas famílias assistência médica (em ambulatório ou médico visitante) a escola primária, além de instalar benfeitorias, como: casas de alvenaria, cercas, luz elétrica. Os financiamentos eram pagos em quotas: a primeira para a derrubada e queimada; a segunda para a formação das pastagens, construção de cercas e demais benfeitorias, e a terceira para formar o plantel. É óbvio que o recebimento de cada quota dependeria da satisfação das exigências relativas a quota anterior. E a SUDAM, por meio de seus técnicos, cabia a fiscalizar o fiel cumprimento das normas.⁴⁶

VALVERDE denunciou também, as péssimas condições de vida e de trabalho dos trabalhadores destes projetos agropecuários, como por exemplo, no texto "O drama do trabalhador nordestino na Amazônia atual"⁴⁷ publicado na revista *A Amazônia Brasileira em Foco*, nº 7, pela CNDDA, no Rio de Janeiro em 1972. Segundo ele, esta região escolhida era, porém, pouco habitada. Tornou-se necessário trazer mão-de-obra de outras regiões.

46 VALVERDE, O., p: 37 e 38.

47 VALVERDE, O. "O drama do trabalhador nordestino na Amazônia atual", in *Amazônia Brasileira em Foco*, nº 7, CNDDA, Rio de Janeiro, 1972, apud VALVERDE, 1980, p: 39.

Essa atividade foi exercida indiretamente, por intermédio de empreiteiros, que ficaram conhecidos pelo apelido de "gatos". Toda uma rede de aliciadores precisou ser montada, e assim apareceram também os "subgatos", que foram procurar trabalhadores rurais em áreas onde a crise agrária (isto é, o açambarcamento de terras, antes ocupadas por posseiros) estava mais acentuada. A principal região em que esse processo se desenrolava, era o oeste do Maranhão; secundariamente, vinha gente do Piauí, do Nordeste e de outras partes (Goiás, Minas, Paraná, S. Paulo etc.).

No seu local de origem, os trabalhadores eram seduzidos por propostas mirabolantes, até serem colocados em caminhão e, depois de cuidadosamente vigiados em cada pousada, eram entregues na frente de trabalho. As despesas com transporte, manutenção e o pagamento de gatos e subgatos eram, desde logo, debitadas na conta do trabalhador recém-chegado. Tudo o de que ele precisava tinha que ser comprado na venda do empresário, porque, naquelas paragens longínquas, em regra não existia outro estabelecimento comercial.

A grande maioria dos contratos era verbal, ou seja, o trabalhador peão não tinha a carteira de trabalho assinada, e muitas vezes, nem qualquer contrato avulso. Por isso, não havia limites para a exploração de sua força de trabalho. Ele labutava de sol a sol, em condições de alimentação e de habitação que dependiam exclusivamente do dono ou do administrador da fazenda.

Os empresários dos projetos agropecuários não tinham apenas o monopólio do comércio; tinham também o da justiça, visto que todas as pendências com os trabalhadores têm sido resolvidas pela polícia privada, composta de capangas (ou "jagunços"), armados. Assassínatos, surras, e o uso de cárcere privado, embora proibido pelas leis brasileiras, têm ficado impunes. Ao contrário, quando os trabalhadores se unem e combatem os jagunços, a polícia estadual era chamada para impedir a "subversão".

Formado o pasto, implantadas as benfeitorias julgadas necessárias, os trabalhadores peões são despedidos em massa, sem qualquer indenização. Esgotados e, às vezes, sem dinheiro sequer para retornar à sua terra, estes trabalhadores seguem, em geral, para diante. Penetram na mata, onde se instalam com lavouras de subsistência, como posseiros, em terras aparentemente devolutas. A insegurança os leva a adotar um habitat nucleado ou mesmo concentrado, embora os roçados pertençam a cada família individualmente. Assim, surgiram e cresceram rapidamente grandes aglomerados de posseiros em toda a Amazônia, e na região do Araguaia em particular. Porto Alegre do Norte, Luciara, Santa Terezinha, São Félix do Araguaia, Alto da Boa Vista, Ribeirão Cascalheira, etc.

Com a cumplicidade de autoridades municipais, estaduais, e mesmo federais, geralmente pessoas ditas influentes, alegam direitos sobre grandes glebas, falsificando documentos "comprovantes" de uma ocupação mansa e pacífica da área desejada, por mais de vinte anos. São os "grileiros". Até empresas multinacionais têm entrado nessas negociatas. Na região do Araguaia, os choques e emboscadas entre posseiros e grileiros têm sido tão frequentes e tão violentos, que a Polícia Militar do estado de Mato Grosso, criou um Batalhão da Selva, para intervir nos conflitos.

A expansão espacial dos projetos agropecuários tem acarretado contraditoriamente, pelo seu próprio processo, um incremento da área devastada pelos posseiros. Existe, portanto, uma relação dialética entre grileiros e posseiros, já que estes últimos constituem, até agora, a força social quase única, oposta ao alastramento tranquilo das vastas pastagens, embora quase sempre derrotada.

Mais trágica ainda é o obstáculo eventualmente oposto pelos índios aos projetos agropecuários, quando estes lhes invadem as terras. As emboscadas feitas com flechas e bordunas são revidadas com massacres a base de armas de fogo, envenenamentos ou transmissão de moléstias contagiosas.⁴⁸

Orlando Valverde, informava que após visita a um destes projetos agropecuários, pode constatar assim, que

o conjunto das técnicas de desmatamento tinham evoluído muito, na Amazônia. Pois, enquanto que na década de 60, por exemplo, no projeto chamado Novo Paraná, no vale do rio Arinos, próximo de Porto dos Gaúchos-MT, cerca de 1.000 homens trazidos do ABC em São Paulo, derrubaram a mata, durante três meses e meio, usando apenas machado e foice. Para depois, num só incêndio, os restos da floresta ser consumidos e, após uma colheita de mandioca, plantar-se capim colônio, na região do Araguaia, outras técnicas foram empregadas. Os fazendeiros muitas vezes, preferem empregar motosserra em suas derrubadas, especialmente porque aproveitam as madeiras de lei. O correntão é outra técnica mais intensiva de devastação. Como já apontamos, resume-se em uma corrente de 100 metros de comprimento, pesando 11 toneladas, presa em cada extremidade a um trator pesado. É empregado principalmente em terras de cerradão, matas de troncos finos ou matas secundárias e capoeirões previamente desbravados por posseiros. O dano ecológico provocado por esta técnica é mais destruidor. Geralmente, as árvores da

48 VALVERDE, 1980, p: 38 a 40.

floresta amazônica não têm raiz pivotante; apoiam-se em uma teia horizontal de raízes, de profundidade quase sempre inferior a um metro ou mesmo superficial; uma ou outra espécie, num total inferior a 10% do número de árvores por hectare, se escoram em sapopembas (raízes triangulares, planas, verticais, ao redor da base do tronco) ou raízes adventícias. Todas essas árvores, quando derrubadas, levantam seu raizame, juntamente com alguns metros cúbicos de terra, até 5 ou 6 metros de altura. Desta forma, o perfil do solo fica inteiramente perturbado e vulnerável à erosão, quando sobrevêm as pesadas chuvas de verão, que sucedem à época das derrubadas e queimadas. Na região do Araguaia, somente em 1979, a Liquifarm Agropecuária Suiá-Missu S.A. fez derrubar a correntão, por empreitada, 20.000 hectares de mata do nordeste de Mato Grosso.

Dessa maneira, à medida que o tempo vai passando, o processo de devastação tem se acelerado, pois, a machado e foice, 6 lenhadores levam 6 a 8 dias para derrubar um hectare da mata de terra firme (conforme o porte da mesma), mas, com motosserra, um homem derruba 1 hectare em 2 dias. Com o correntão, uma equipe de 5 homens pode derrubar 40 a 50 hectares de mata em um só dia. E usando-se desfolhante químico, um piloto de avião (tipo Ipanema) pode destruir cerca de 100 hectares de floresta, em meio dia de trabalho.⁴⁹

VALVERDE lembrava que em 1976, relatórios de técnicos do INPE, foram divulgados, e deram conta da

situação em que se encontravam os projetos agropecuários no nordeste de Mato Grosso, na faixa limitada entre os rios Araguaia (a E), Xingu (a W), das Mortes (ao S) e a divisa do Pará (ao N), abrangendo terras dos municípios de Luciara, São Félix do Araguaia e Barra do Garças.

Dos 85 projetos financiados pela SUDAM, envolvidos por esse perímetro, 13 não foram detectados pelo imageamento e muito menos localizados na pesquisa de campo. Alguns outros não puderam ser visitados pelos pesquisadores do INPE, por causa da deficiência das estradas. Nos projetos cadastrados para efeito de incentivos fiscais da SUDAM, figuravam, entretanto, entre outras empresas famosas, tais como: Bordon S.A., proprietária de frigoríficos em Campo Grande-MS e Aquidauana-MS; Liquifarm Agropecuária Suiá-Missu S.A., pertencente à multinacional Liquifarm, com sede na Itália; Agropecuária Tamakavy, de propriedade do grupo Silvio Santos, proprietário

49 VALVERDE, O., p: 40 e 41.

estações de televisão no Rio e em São Paulo; CODEARA - Companhia de Desenvolvimento do Araguaia, pertencente ao Banco de Crédito Nacional-BCN, e a Noidore Agropecuária, cujo proprietário ficou conhecido por ter "comprado" prisioneiros, na penitenciária de Cuiabá-MT, para levá-los para trabalhar em sua fazenda.

Ainda, segundo o relatório, a superfície total desmatada era de 760.359 hectares. Dos projetos financiados pela SUDAM, 84% situavam-se em terras florestais. Três categorias de pastagens foram estabelecidas pelos técnicos do INPE: a primeira, com predominância da cobertura de gramíneas; a segunda, com bons pastos, intercalados com outros de má qualidade; e terceira, "sem condição de pastoreio, onde domina a vegetação natural". A análise, dos projetos demonstrou que somente dois, tinham 100% de suas pastagens na primeira classe; sua área desmatada era, porém, ao todo, inferior a 200 hectares, o que facilitava o controle da rebrota da vegetação natural. Esta amostra é, a nosso ver, um argumento a mais, que explica o caráter apenas especulativo, desses grandes projetos agropecuários. Por outro lado, o relatório anotou também que 45% das pastagens estavam subaproveitadas. A lotação média dos pastos era de 0,8 reses/hectare, relação que representa cerca da metade do suporte teórico ideal para a região. Ocorreu, no entanto, casos extremos de 0,1 cabeças/hectare. Ou seja, a criação do boi nunca foi o objetivo principal dos projetos agropecuários, mas sim, o desvio do dinheiro do imposto de renda das empresas que se diziam aplicar os recursos incentivados na região amazônica.

No que diz respeito às instalações e às condições sociais dos trabalhadores, 87% dos projetos tinham energia de motor a óleo diesel; por isso, estavam parados, em consequência da "crise do petróleo". O comprimento das cercas ficou, em média, 53% abaixo do estipulado nos contratos. 46% da mão-de-obra era temporária, recrutada por empreiteiros. Somente 42% dos projetos cumpriram as cláusulas contratuais com a SUDAM, no tocante às habitações: havia 4 a 7 casas de alvenaria por projeto, em média. O grau de instrução dos informantes era, em 56% dos casos, de nível escolar primário. Em 77% dos projetos não havia sequer escola primária. Os administradores não mostraram interesse algum na contratação de veterinários ou agrônomos. Em 63% dos projetos não havia qualquer dispositivo para assistência médica; os doentes eram atendidos em cidades próximas ou em propriedades vizinhas. Numa região em que as chuvas se concentram em cerca de seis meses e as estradas são precárias, os trabalhadores rurais ficam, na maioria, em completo desamparo, em caso de acidente ou doença.

Nas conclusões do citado relatório, os técnicos do INPE afirmam que apenas 50% das áreas desmatadas estão aproveitadas racionalmente. Esse é um retrato parcial de toda realidade amazônica.

No início de 1979, um novo relatório do INPE levantou a área desmatada na região. E o resultado foi esse: numa superfície total levantada de 55.200.000 hectares, tinham sido devastados, ao todo, 4.100.000 hectares, isto é, uma área equivalente à do Estado do Rio de Janeiro ou à da Suíça. Além disso, o relatório afirma taxativamente:..."existem casos de desmatamento extremamente perigosos em relação ao equilíbrio ecológico da região."⁵⁰

Outro relatório do INPE, cobrindo todas as áreas severamente desmatadas da Amazônia, tem mostrado o crescimento da destruição da cobertura vegetal na região. Os dados revelam a gravidade dos fatos: até o ano de 1975 (ou seja, desde o descobrimento do Brasil até aquele ano) foram derrubados 12 milhões de hectares da floresta. Deste total, 9 milhões de hectares são os chamados desmatamentos antigos, ou seja, anteriores às políticas dos incentivos fiscais da SUDAM, e 3 milhões de hectares foram devastados já sob incentivo governamental, ou seja, de 1966 até 1975. Em 1978, três anos depois, a área total desmatada chegava a 16,7 milhões de hectares, o que quer dizer que a área devastada pelos projetos agropecuários passou de 3 milhões para 7,4 milhões de hectares, num crescimento de 150%. Em 1988, dez anos depois, a área total desmatada chegou a 34,3 milhões de hectares, ou seja, a área dos projetos passou a 25,1 milhões de hectares, crescendo, pois, mais de 800%. Em 1990, os dados mostraram que a área total desmatada era de 41,5 milhões, o que queria dizer que área desmatada pelas políticas governamentais, chegava a 31,7 milhões de hectares, ou mais de 1.000% de crescimento em relação a 1975. Em termos globais, mais de 8% da cobertura florestal amazônica foi destruída em menos de 15 anos. E

50 VALVERDE, O., p: 42 e 43.

o ritmo de crescimento é que mais preocupa, pois ela passou de 2 milhões de hectares entre 1978 e 1988 para 2,6 milhões entre 1988 e 1989.

O estado de Mato Grosso não ficou fora deste processo destruidor da floresta, pois representava em 1990 o terceiro estado da região em desmatamento com mais de 8,4 milhões de hectares devastados. Em 1975 o estado tinha apenas menos de um milhão de hectares de cobertura vegetal alterada (922.000 ha), chegando em 1978 a 2,6 milhões de hectares, e em 1988 a 6,7 milhões de hectares. Assim, mais de 10% da superfície total do estado de Mato Grosso foi derrubada nestes 15 anos de implantação dos projetos agropecuários, sendo que a maior parte dos mesmos está na região do Araguaia mato-grossense.

O resultado destes projetos já foi tratado anteriormente, mas é importante reafirmar as características principais dos mesmos: a baixa rentabilidade econômica e os baixos níveis de emprego, para ilustrar, o projeto agropecuário da

Companhia Vale do Rio Cristalino, de propriedade da Volkswagen, que possui 139.640 hectares no município de Santana do Araguaia-PA, empregando técnicas muito extensivas de pastoreio, resultam numa densidade de ocupação de 0,0001 trabalhador/hectare. Em relação ao rebanho bovino, foi criado um emprego para cada 1.727 animais. A lotação das pastagens também está um pouco abaixo do suporte teórico desejável para a região: 1,3 hectare.

Em 1979, a propriedade da Liquifarm Agropecuária Suiá-Missu S.A., o maior projeto agropecuário do estado de Mato Grosso, localizado em São Félix do Araguaia, tinha um rebanho de 100.000 bovinos em 200.000 hectares de capim colômbio, o que equivalia a 0,5 reses/ha.⁵¹

Já em 1992, este rebanho estava reduzido a 32.000 bois, e em 1993, a empresa abandonou as atividades, loteando e vendendo em leilão, as terras da fazenda. No ano anterior, 1992, assinou protocolo com a FUNAI, devolvendo parte das terras ainda com matas aos índios Xavante. Motivo alegado para sair da atividade agropecuária, o fim da política de incentivos fiscais.

Com a decisão tomada pela Agropecuária Suiá Missu, os latifundiários do recém-criado município de Alto da Boa Vista (que se desmembrou de São Félix do Araguaia), incentivaram os sem terras a ocuparem a área destinada aos índios, e mais de 3.000 pessoas estão tentando fixar posses na área e um patrimônio chamado Nova Suiá já conta com mais 500 pessoas. O que quer dizer que mesmo freado o desmatamento com o fim dos incentivos fiscais, contraditoriamente, ele não diminui, pois, outros segmentos sociais, na intenção justa de solucionar seus problemas de sobrevivência continuam abrindo posses nas áreas de mata da região.

De qualquer forma, este processo de desmatamento desenfreado como se sabe, decorre da forma de utilização da terra implantada na região e que está assentado no incentivo à pecuária extensiva.

A consequência direta deste processo tem sido o aprofundamento da concentração fundiária, repetindo na fronteira agora ocupada, o caráter concentrador histórico da estrutura fundiária do país como um todo. Neste particular, é conveniente lembrar que na Amazônia brasileira estão os maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou. Contraditoriamente, o outro traço importante da estrutura agrária da região refere-se à realidade dos dados sobre a condição do produtor que revelam de forma inequívoca, o crescimento e participação significativa dos posseiros na história da ocupação da região.

Assim, as empresas agropecuárias e seus latifúndios formam a territorialidade oposta às posses dos posseiros, que desesperadamente lutam para encontrar um pedaço de chão na imensidão grilada das terras da Amazônia brasileira. Confirmavam-se assim, as análises de VALVERDE sobre as ações destruidoras dos projetos agropecuários na Amazônia.

2.6. A luta contra o assoreamento do Lago Batata em Oriximiná na Amazônia

Orlando Valverde e os membros da CNDDA, também fizeram campanha na linha ambientalista, quando lutaram contra o assoreamento do lago Batata, onde eram lançados os rejeitos de bauxita da Mineração Rio do Norte, no rio Trombetas, em Oriximiná no estado do Pará, de propriedade da Cia Vale do Rio Doce⁵².

A campanha foi vitoriosa e a Mineração Rio do Norte teve que arcar com o passivo ambiental:

Até 1989 o rejeito da lavagem do minério, misturado com água, foi depositado naquele manancial de água, com mais de dois mil hectares de área, das quais 630 hectares sofreram prejuízos ecológicos. Houve o perecimento de parte da vegetação de igapó na região afetada pelos dejetos, a alteração da estrutura de várias comunidades aquáticas e na dinâmica de nutrientes. Nos experimentos de recomposição do lago foram feitos ensaios para a criação de um substrato orgânico, que tornasse possível a colonização, especialmente da fauna [...]

Anualmente, são desmatados cerca de 300 hectares de floresta para extração da bauxita. O processo de reflorestamento procura acompanhar este avanço na floresta. O rejeito proveniente da lavagem do minério retorna à própria área minerada. Em seguida, essa área é preparada e revegetada também com espécies nativas, este projeto, completamente limpo, é pioneiro em todo o mundo, e foram investidos cerca de

52. <http://www.confed.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2814&pai=4&sid=204&sub=197&tpl=printerview>

US\$ 85 milhões. A revegetação das áreas de lavra é diferente da dos tanques de rejeitos. Nos tanques, o processo é mais complexo, pois precisa ser retirado o excesso de água antes de começar o reflorestamento convencional. A MRN tem ainda um amplo sistema de monitoramento ambiental, com estações de tratamento de água e ar espalhados em vários pontos do projeto. O monitoramento serve para avaliar o impacto ambiental do projeto em meio à floresta.⁵³

2.7. A luta contra o Plano 2010 da Eletronorte para a Amazônia

Outra campanha que VALVERDE e a CNDDA envolveram-se foi contra o Plano 2010 da Eletronorte para a Amazônia, que previa a construção de barragens de hidrelétricas, cujo planejamento de suas obras, sistematicamente, não levava em conta a realocação das populações das áreas a serem inundadas. E, também, muito menos, levava em conta a destruição ambiental, sem que se fizessem as necessárias avaliações das alterações que o meio ambiente iria sofrer, e, que poderiam ser corrigidas⁵⁴.

Assim, VALVERDE referiu-se a esta questão:

“Hoje, vivemos o momento dos projetos hidroelétricos. Surgiu um Programa 2010 em que o Brasil se obriga a barrar qualquer igarapé para produzir energia. Querem barrar tudo!

O Brasil é um país de planaltos e tem essa grande qualidade: 5/8 de planaltos e 3/8 de baixadas. A descida se faz sempre em cachoeiras ou corredeiras. É um país adequado aos habitantes da região, e isso tem sido feito de uma forma agressiva. Primeiro, em Tucuruí, onde alguma coisa deu certo, apesar das incríveis irregularidades que foram ali cometidas. É preciso ver que o Tocantins é um rio exótico para a Amazônia, um rio típico do Brasil Central. O regime dele é de rio do Planalto Central. Ele penetra na Amazônia por Imperatriz e o regime dele continua como um rio do Brasil Central. A barragem de Balbina é o maior somatório de asneiras da engenharia hidráulica jamais cometido neste País. É um lago praticamente do tamanho da represa de

53 <http://www.amazonia.org.br/english/noticias/print.cfm?id=8881>

54 VALVERDE, O., obra citada.

Tucuruí, mas que vai fornecer 6% apenas da energia de Tucuruí, o que dá apenas para a demanda energética de Manaus e, entretanto, é um lago que inundou quase 1/3 da reserva dos índios Waimiri/Atroari, sem que eles sequer fossem consultados.

No trabalho da barragem, foram empregados os chamados peões barrageiros. Quase todos os nordestinos foram trabalhar em Itaipu, em Tucuruí, Boa Esperança, mas esses homens são quase todos portadores de malária. Lá existe o anofelino, mas não existia a malária. Agora é que os índios vão acabar de vez. São apenas 300. Eram três mil no começo deste século. Muita gente diz que eles ocupam áreas colossais e são tão poucos. Mas os índios são os nossos melhores professores no manejo da floresta, pois a nossa chamada civilização é extremamente presunçosa. A nossa presunçosa civilização usa, por exemplo, cinco cultivares daquilo que vocês chamam macaxeira, enquanto os caiapós, índios supostamente atrasados, conhecem 41 cultivares e os utilizam. Os Caiapós têm uma agricultura conservacionista: controlam o próprio fogo; aplicam as cinzas das queimadas que eles controlam nas culturas adequadas; têm culturas em círculos, de maneira que o solo nunca fica desnudo; jamais usam qualquer máquina e cultivam sucessivamente plantas de ciclo vegetativo mais longo e até mesmo culturas arbóreas na periferia, de maneira a favorecer o repovoamento da floresta.⁵⁵

2.8. A luta contra as guseiras no Projeto Carajás

Outra campanha de Orlando Valverde e da CNDDA foi contra o projeto de carvoejamento para pequenas guseiras, ao longo da E.F. Carajás, no sudeste do Pará e no Maranhão, pois este atingia simultaneamente a saúde da população envolvida e a natureza, destruindo-a. Deste trabalho profundo nasceu o livro “Grande Carajás - Planejamento da Destruição”, publicado pela Forense com apoio da EDUSP e EDUNB em 1989. Nele encontram-se trechos importantíssimos:

55 VALVERDE, Orlando. “Qualidade de vida na Amazônia brasileira”. In: SEMINÁRIO DE TROPICOLOGIA: trópico e qualidade de vida, 1989, Recife. Anais... Recife: FJN, Massangana, 1999. p: 247 a 296. [IV Reunião Ordinária], disponível in http://www.tropiologia.org.br/CONFERENCIA/1989qualidade_amazonia.html

Nenhuma usina com capacidade prevista para uma produção menor que 500.000 toneladas anuais ou queimando carvão de lenha deve merecer financiamento nem sequer apoio governamental. Toda a siderurgia ou metalurgia com base em carvão de lenha, embora momentaneamente econômica, deve ser proscrita. Não se deve cogitar de transformar a Amazônia — os Estados do Pará e do Maranhão, em particular — em terras devastadas e erodidas, como as de Minas Gerais [...] Consolidação e relocação dos projetos siderúrgicos, com proibição do emprego de lenha (fim do carvoejamento).⁵⁶ (Sem grifo no original)

2.9. A luta pela reforma agrária

Em 1995 a CNDDA e Orlando Valverde envolveram-se na luta pela reforma agrária. O país acabava de assistir estarecido o massacre de Corumbiara em Rondônia. Urgia ampliar as bases sociais da luta pela reforma agrária, e lá estava VALVERDE e sua incansável disposição para as lutas sociais. O documento elaborado foi peça importante nas batalhas pela compreensão do papel das ocupações de terra pelos movimentos socioterritoriais em luta:

A CNDDA e a Reforma Agrária.

No Brasil nunca houve uma política efetiva de ocupação da terra. Ao contrário, os governos do País sempre refletiram os interesses dos grandes proprietários. Daí o Brasil exibir ainda um dos mais elevados índices de concentração da terra no mundo inteiro. Basta citar: 1% dos proprietários abarca 46% da área fundiária.

Esse modelo de "desenvolvimento" conduziu a um forte êxodo rural e a uma inchação das cidades, notadamente de suas periferias, com a conseqüente acentuação do desemprego, da violência, da marginalidade e a deterioração da qualidade de vida.

Dentre os seis mais vastos países da Terra – todos com mais de 7,5 milhões de quilômetros quadrados - o Brasil é o único a possuir 110% do território economicamente utilizável com as técnicas atuais. Sem embargo, é o único deles que, por não dispor de terras para cultivar, habitantes do meio rural são

56 VALVERDE, O. "Grande Carajás - Planejamento da Destruição", Forense/EDUSP/EDUNB, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, 1989, p: 35 e 150.

obrigados a emigrar também para países vizinhos muito menores, como o Paraguai, a Bolívia e a Venezuela. Nesse sentido, a Reforma Agrária é, hoje, um problema nacional prioritário, e não apenas uma questão rural.

Nestas circunstâncias, a Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA), apoia os movimentos sociais de ocupação de terras, como forma de viabilizar a Reforma Agrária, já que o Governo não tem tomado medidas eficazes.

A fim de colaborar com aqueles que estão realmente engajados na realização de uma verdadeira Reforma Agrária, a curto prazo, a CNDDA apresenta, à atenção do povo brasileiro e a seus governantes, as seguintes sugestões:

1. A instalação em massa de agricultores sem terra e respectivas famílias deve ser imediatamente efetivada em:

a) terras improdutivas;

b) terras em processo de desapropriação;

c) propriedades com cultivo de tóxicos, sem direito a indenização de seus donos;

d) terras, também sem direito a indenização, cujos responsáveis tenham sido condenados como mandantes ou executores de crimes contra posseiros, sem-terras, boias-frias, índios, seringueiros, líderes e assessores de movimentos sociais rurais.

2. Urgente demarcação das terras indígenas e das Reservas Extrativistas, que devem ser mantidas como terras públicas, isto é, patrimônio da União.

3. Auditoria nos Projetos Agropecuários financiados pela SUDAM e SUDENE, com vistas à verificação do cumprimento das cláusulas contratuais, e devolução das terras, para fins de Reforma Agrária, na hipótese de descumprimento.

4. Colonização das várzeas dos grandes rios (como o Amazonas, São Francisco, Paraguai, Araguaia etc.), sob orientação do governo e de ONG's, incluindo-se a conservação de matas ciliares, a avaliação da área dos módulos e o suprimento de estrutura básica de educação, saúde, transportes e comercialização.

5. O IBAMA deve contar com uma Comissão Consultiva, composta de representantes de ONGs cadastradas para este fim, com direito a veto em projetos.

6. A FUNAI, igualmente, deve dispor de uma Comissão Consultiva, composta de líderes indígenas, com direito a veto.

As Comissões indicadas nos itens 5 e 6 poderão promover embargos judiciais.

7. Determinar ao IBGE que, nos censos agropecuários, seja identificada a forma de ocupação jurídica da terra (propriedade, arrendamento, ocupação etc.), além dos chamados 'estabelecimentos agropecuários'. Esse dado será também oficialmente usado para fins de empréstimos bancários, cobrança de impostos, indenizações e fiscalização de legitimidade.

A CNDDA expressa a sua convicção de que, em consequência da justa e corajosa atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) - com o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), da Central Única dos Trabalhadores (CUT-Rural), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), do movimento sindical (a exemplo da Federação Única dos Petroleiros- FUP), e das demais forças e correntes progressistas, civis e militares, a Reforma Agrária será uma conquista histórica de nosso povo no mais breve prazo.

CNDDA, Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1995⁵⁷

2.10. A luta contra a privatização da Vale do Rio Doce

A CNDDA liderada por Orlando Valverde envolveu-se intensamente na luta contra a privatização da Cia Vale do Rio Doce. O documento divulgado foi peça importante na luta popular contra a política privatista de FHC:

A CNDDA e a entrega da CVRD

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) é a maior mineradora e exportadora de ferro do mundo e a terceira maior mineradora de qualquer minério, depois da Anglo-American (que pretende adquirir a Vale) e a Rio Tinto Zinc. Além da mineração, atua, ainda, no setor de celulose e de madeira, bem como de

57 CNDDA, "A CNDDA e a Reforma Agrária" in A Amazônia Brasileira em Foco, nº23, Rio de Janeiro, 1997, p: 207 e 208.

transportes. E, ademais, um exemplo na preservação de recursos naturais, como a imensa 'ilha verde' que mantém no devastado Sudeste Paraense, resultado dos nocivos projetos pecuários e de exploração madeireira, planejados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), durante a Ditadura Militar e que prosseguem até hoje.

1. A CVRD em Carajás

Carajás é um dos dois sistemas de exploração mineral e comercial da Empresa, compreendendo mina-ferrovia-porto-navio e que se situa nos estados do Pará e do Maranhão. O outro se encontra em Minas Gerais (minas de ferro) e Espírito Santo (porto).

Trata-se de uma das maiores Províncias Metalíferas da Terra (Tabela).

POTENCIAL MINERAL DA PROVÍNCIA DE CARAJÁS		
Minério	Reserva (ton)	Teor
Ferro	17.885.000.000	>60,0% Fe
Manganês	84.200.000	> 36,3 Mn
Ouro	164	4,7 Au
Cobre	1.258.000.000	0,83% Cu
Estanho	100.000	>66% Sn
Alumínio	48.000	35 % Al ₂ C ₃ - 2 % SiO ₂ R
Níquel	87.000.000	1,8% Ni
Zinco	8.500.000	0.99 Zn
Tungstênio	1.000.000	1,0% WO ₃
Prata	?	?
Molibdênio	?	?
Cádmio	?	?
Cromo	?	?

Para a exploração do minério de ferro de Carajás, descoberto em 1967, a CVRD despendeu US\$ 3 bilhões, dos quais 56 % na ferrovia, 20% na mina e na usina de beneficiamento, 14 % no porto e 10% na infraestrutura. Seria um custo exagerado se tal despesa não permitisse a exploração dos demais minérios encontrados em Carajás.

Na criação da CVRD, em 1942, já estava previsto o Fundo de Melhoramentos e Desenvolvimento da Vale, usando os lucros da própria Empresa e os planos adotados persistem até hoje nas áreas exploradas pela Companhia. Por exemplo, o Movimento Paraense em Defesa da Vale afirma que há dez projetos em

andamento no Pará, com investimentos superiores a US\$ 9 bilhões e que a Empresa emprega direta e indiretamente cerca de onze mil pessoas. Em 1994, a Vale pagou aos cofres públicos do Pará US\$ 67 milhões, somente em tributos estaduais e municipais, o que significa quase 20% da arrecadação do Estado. Com a privatização, estão querendo matar a 'galinha dos ovos de ouro'!

2. Como e para que entregar

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), encarregado das privatizações, contratou empresas estrangeiras para avaliar a CVRD, vencendo a americana Merrill Lynch. Ela calculou o valor da Empresa em US\$ 10 bilhões. Ora, só de minérios em exploração: ferro, manganês e alumínio (sem contar o ouro) a CVRD recebe atualmente US\$ 660 milhões, por ano. Além disto, há reservas minerais que alcançam como o nióbio, um valor explorável de cerca de um trilhão de dólares, o cobre de Carajás, cerca de US\$22 bilhões, de acordo com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), de Manaus e a de ouro, só em Serra Leste em Carajás, um bilhão e seiscentos milhões de dólares.

As declarações das condições de venda, segundo o BNDES/CVRD, variam em tempo extraordinariamente curto, de maneira a suspeitar-se da intenção governamental de confundir os brasileiros: inicialmente, o ex-presidente do BNDES, Edmar Bacha, e o Presidente da CVRD, Francisco Schettino, na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, em 10.5.95, diziam que se devia 'pulverizar' as ações da Vale, a fim de democratizá-la. Claro que a CVRD como todas as estatais precisam democratizar-se (porque dependem dos governos nada democráticos que as conduzem), mas com a participação efetiva da Sociedade brasileira nos seus planos e destinos. Agora, será vendida 'em bloco'.

O destino do dinheiro a ser obtido com a venda seja, inicialmente, de acordo com o (des)governo FHC atender a programas sociais, mas já mudaram de opinião: querem pagar a dívida interna, que é dez vezes maior que o valor de venda (entrega) da Vale.

3. A luta contra a venda pelo governo entreguista FHC

Numerosas e expressivas personalidades já se definiram contra a venda da Vale: dois ex-Presidentes da República: José Sarney e Itamar Franco, o ex-Vice-Presidente da República, Aureliano Chaves, o recém falecido Presidente da Frente Tiradentes, General Andrade Serpa, o Dr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do Movimento em Defesa da Economia Nacional

(MODECON); o Brigadeiro Rui Moreira Lima, Presidente da Associação Democrática e Nacionalista de Militares (ADINAM); os Governadores Almir Gabriel (PSDB/PA) e Vitor Buaiz (PT/ES); o ex-Presidente da Vale, Eliezer Batista da Silva, conhecido aliado das multinacionais; 85 deputados, encabeçados por Ronaldo Perin, do PMDB; Deputada Socorro Comes (PCdoB/PA), Coordenadora do Movimento Paraense em Defesa da CVRD; os Senadores Pedro Simon (PMDB /RS) e Junice Marise (PDT/MC); líderes estudantis, como Fernando Gusmão, ex-Presidente da UNE; o cientista Aziz Ab' Saber, ex-Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Jornalista Hélio Fernandes, Diretor da "Tribuna da Imprensa"; prefeitos dos municípios em que a CVRD atua; o Movimento Nacional dos Trabalhadores da Vale, etc. A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado acolheu, com o apoio do Relator Roberto Requião, emenda do líder do PT, José Eduardo Dutra, estabelecendo que as privatizações deverão ser autorizadas pelo Senado.

O Governo acena com a destinação de 50 %da receita da venda da Estatal em projetos nos estados de atuação da CVRD, para tentar vencer a resistência das lideranças regionais mais expressivas, que se manifestaram em Atos Públicos, como os de Itabira, Vitória e Belém.

O Governo entreguista FHC está orquestrado pela privatização das estatais, pressionado pelas multinacionais, sob o comando do FMI e do BIRD. A proposta neoliberal do Governo é da redução do Estado, sob a ordem das grandes potências e o entreguismo de antigos "esquerdistas", atualmente no Governo, aliados do PFL - o que há de mais antinacional em política e economia no Brasil.

Fica claro que o governo autointitulado social democrata é, realmente, apenas neoliberal, dirigido pelas grandes potências; e absolutamente anti-social e entreguista do patrimônio público.

As manifestações contra a privatização da Vale, ainda quase individualizadas, precisam unir-se numa grande Campanha, em defesa dos interesses nacionais, especialmente quando se trata de empresa reconhecidamente competente, competitiva internacionalmente e lucrativa, sem dar nenhuma despesa ao Estado.

À luta, brasileiros!

Rio de Janeiro, outubro de 1996⁵⁸

2.11. A luta contra o Acordo Brasil-Estados Unidos para a utilização do Centro de Lançamento de Alcântara

A última Campanha como ele gostava de denominar, foi a pugna vitoriosa foi contra o Acordo Brasil-Estados Unidos para a utilização do Centro de Lançamento de Alcântara. O acordo combatido foi assinado pelo governo de FHC com os Estados Unidos:

O Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, uma área pertencente à Força Aérea Brasileira, de 620 km², foi cedida aos USA por um “acordo” conduzido num ambiente secreto, e firmado em 18 de abril de 2000. Atualmente, o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, cujos termos revelam tratar-se bem mais que colocar à disposição dos ianques o controle do território de Alcântara para, ali, instalar ao final uma base militar estrangeira, tramita no Congresso Nacional para aprovação. No Acordo representaram os governos do Brasil e dos USA, respectivamente, o ministro Ronaldo Sardenberg e o ex-embaixador Antony S. Harrington.

O acordo foi assinado invocando lançamentos de foguetes ou satélites que utilizem tecnologias licenciadas pelo governo dos USA, ao mesmo tempo em que “visa regular as atividades conjuntas entre os principais países envolvidos neste mercado”, operações que envolverão aproximadamente 30 milhões de dólares, nas condições de máximo potencial na prestação dos serviços de lançamentos. O acordo contempla a política de controle de armamentos dos USA, através do Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (Missile Technology Control Regime – MTCR), do qual o Brasil é membro, desde outubro de 1995, juntamente com outros 28 países.⁵⁹

A campanha de luta contra o acordo durou dois anos e meio, mas o Acordo foi retirado da pauta pelo Governo do Presidente Lula.⁶⁰

59 <http://www.anovademocracia.com.br/03/18.htm>

60. <http://www.confea.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2814&pai=4&sid=204&sub=197&tpl=printerview>

3. Orlando Valverde "Um Geógrafo Permanentemente a Serviço de Seu País"

Orlando Valverde nunca deixou de lutar, talvez por isso que Aziz Nacib Ab'Saber quando escreveu o Prefácio⁶¹ do livro "Grande Carajás – Planejamento da Destruição" conclui-o afirmando que VALVERDE era

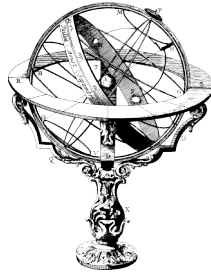
*admirado pelos seus colegas, tratado carinhosamente por seus discípulos, odiado por seus inimigos (trabalhar sempre incomoda!). Orlando Valverde continua simplesmente sua grande missão de geógrafo. **Um geógrafo permanentemente a serviço de seu país.***

Esta é a quadra de questões que a obra de VALVERDE impõe as novas gerações de geógrafos, quiçá tenhamos força e direção para aponta-la para o futuro. As novas gerações de geógrafos, vai dizer se temos ou não razão para indica-lo. Mas, uma coisa é certa, não ficará pedra sobre pedra, se a Geografia brasileira apreender um pouco só como o MESTRE ORLANDO VALVERDE.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

(Nos dias e noites quentes do carnaval de 2017, quando
conclui este texto.)

61 AB'SABER, A. N. "Prefácio" in VALVERDE, 1989, p: XV.



A Trajetória Acadêmica de Orlando Valverde

Sérgio Adas

*Professor no Departamento de Educação, Informação e
Comunicação da Universidade de São Paulo*

1. Os anos no ensino primário e nas salas do Colégio Pedro II

Orlando Valverde realizou seus estudos primários no Rio de Janeiro, na escola pública Bezerra de Menezes, localizada na esquina da rua São Francisco Xavier com Almirante Cochrane (BUSS et alii, 1991:225). Paralelamente às impressões colhidas no ensino público e ao lado das aulas de Português, Matemática, Geografia, História, História Natural e demais disciplinas, ele colheu

os ares de seu tempo e dos embates políticos e culturais travados em sua cidade. Fato significativo, seus dez primeiros anos se desenvolveram na ambiência de uma cidade sobre a qual pairavam os elementos particularizantes de uma capital da República, o que é substancial para se compreenderem outros decênios de sua trajetória de vida. Mais especificamente, a centralidade política do Rio de Janeiro viabilizou o conjunto de instituições com as quais Orlando Valverde conviveu em diferentes momentos de sua vida, como o Colégio Pedro II, a Escola Naval, a Universidade do Distrito Federal e o próprio CNG (Conselho Nacional de Geografia).

Tanto durante seus anos de infância quanto ao longo do ensino primário, o espaço ocupou posição destacada nos discursos sobre a nação brasileira, seguindo, ademais, a tendência já firmada desde a Independência. Nos anos ginasiais que Orlando Valverde passou no Colégio Pedro II, tal diagnóstico não só persistiria ancorado na noção de “civilização”, como também, sob o impulso catalisador de outro conceito denso de espacialidade – o de *modernização* –, seria atualizado sem implodir “*a ponte entre as velhas instituições do saber e as novas agências de difusão de um novo ideal de ciência*” (MORAES, 2002:121). Nesse trânsito, a vastidão do país, “*um épico sempre em cartaz*”, foi associada à necessidade de torná-lo o maior do mundo.

É na esteira da essencialidade desses discursos geográficos, vigentes na Primeira República segundo diferentes matizes e “conservados” mesmo após a Revolução de 1930, que se torna possível compreender as influências recebidas por Valverde no ensino ginasial, durante o qual o professor Fernando Antônio Raja Gabaglia teve um papel proeminente. Foi nesse contexto que a narrativa sobre a conquista e a manutenção das fronteiras brasileiras adquiriu vulto ante a curiosidade do menino Orlando, num momento em que a integridade do território ensejava uma possibilidade de

recuperação positiva do passado e a Geografia aflorava, junto com a História, como um saber considerado estratégico para a formação de uma consciência nacional.

No marco do tempo, Valverde finalizou seus estudos primários em 1927. Naquela época, a admissão ao curso secundário somente era permitida a partir dos 11 anos completos e, dessa forma, ele precisou cursar durante um ano uma escola particular no Alto da Tijuca. Entre 1929 e 1932, no intervalo entre as vésperas da Revolução de 1930 até a Revolução Constitucionalista de 1932, Valverde realizou estudos no Colégio Pedro II, situado na avenida Marechal Floriano, no Rio de Janeiro. O prestígio e o renome dessa instituição enquanto formadora das elites eram reconhecidos desde o Brasil Império e adentraram inabalados a Primeira República. O período no qual Valverde a frequentou esteve envolto pelos acontecimentos e significados da Revolução de 1930 e, nos horizontes educacionais, entremeado por duas reformas do ensino: a Reforma Luiz Alves-Rocha Vaz, efetivada em 1925, e a Reforma Francisco Campos, ocorrida em 15 de abril de 1931.

Esses elementos contextuais moldaram as estruturas administrativas, ideológicas e educacionais estatais que cingiram a formação sócio-cultural de Valverde no ensino ginasial. Nesse sentido, um primeiro aspecto relevante a ser ressaltado é o fato de a Revolução de 1930 ter inaugurado um reordenamento institucional no país, com sérias e profundas conseqüências para a Geografia até então praticada (MOARES, 1988:124-131). Concomitante aos significados políticos da Revolução, foi somente a partir de seu desfecho que se adensaram os esforços para dotar o país de serviços geográficos, estatísticos e cartográficos mais eficientes em comparação com os do período anterior. Os ideólogos do regime iriam se gabar das iniciativas que colocaram em marcha, a fim de estabelecer um sistema *“racionalizado e sob perfeita sistematização*

que fosse capaz de proporcionar ao governo elementos imprescindíveis ao controle eficiente do seu plano de ação político-administrativa”, e colocar galhardamente suas realizações em contraposição às do período anterior, no qual “a falta de coordenação dos elementos de que dispúnhamos tornava-se tão evidente que até mesmo os documentos oficiais apresentavam, quando de procedências diversas, a mais clamorosa disparidade na simples enunciação das cifras referentes à área territorial do país” (SCHWARTZMAN, 1983). Nesse sentido, também no campo da organização dos trabalhos geográficos é possível entrever que os aportes da Revolução de 1930 somente se consumaram e se definiram com o Estado Novo, tal como MARTINS (1983:685) indica, para o plano político, e BIELSCHOWSKY (2000:248-252), para o plano econômico, ao propor um esboço do projeto desenvolvimentista no Brasil.

Quanto à Reforma Luiz Alves-Rocha Vaz, a última reforma educacional da Primeira República, cabe precisar que estabeleceu nova lei apenas um ano antes do ingresso de Orlando Valverde no quadro discente do Colégio Pedro II. De acordo com seus preceitos, a organização didática e administrativa desse colégio passava a ser considerada modelo indispensável para a elevação de qualquer estabelecimento de ensino à condição oficial (ROCHA, 2000:87). Tal medida repercutiu sobremaneira em toda a estrutura educacional. No caso específico do ensino de Geografia praticado, as ideias de Delgado de Carvalho adquiriram vulto e legitimação. Com efeito, a partir de 1927 as atividades profissionais desse geógrafo se voltaram cada vez mais à docência, principalmente dirigidas para a Escola Normal e o Colégio D. Pedro II, e ele assumiu, em 1930, a direção do Externato Pedro II, “quando tentou implementar várias mudanças administrativas, de relações de trabalho e docência, interferindo diretamente no cotidiano da escola e até nos conteúdos programáticos” (FERRAZ, 1994:70).

Conhecido o trânsito dos principais processos educacionais e sócio-políticos que estiveram presentes nos anos ginasiais de Valverde, vale trazer à baila os comentários memorativos sucintos – porém, valiosos – feitos por ele sobre esse período. Em tom enfático, ele destaca seus anos do ensino médio como decisivos em sua vida, considerando-se “cria do Pedro II”, identificando neles a formatação de sua vocação geográfica sob o deleite e o impacto proporcionados pelas aulas do professor Fernando Antônio Raja Gabaglia (1886-1965). A respeito da atuação deste como professor, Valverde explicita, nas memórias da época do Colégio Pedro II, tanto a importância de suas aulas, no momento de sua própria escolha profissional, quanto a influência que elas exerceram posteriormente:

O ensino médio, depois que analisei bem o meu passado, eu vi que foi decisivo. Eu estudei, eu sou cria do Pedro II. Colégio Pedro II ali da Av. Marechal Floriano, eu tive um professor que depois colaborou, primeiro resistiu, depois colaborou com o IBGE. Chamava-se Fernando Antônio Raja Gabaglia que depois tornou-se até diretor muito tempo, era uma personalidade muito curiosa, uma cultura invulgar e eu me lembro de aulas, ele quase sempre chegava, era um boêmio terrível e deixava todo mundo passar e a disciplina na aula dele, deixava extremamente a desejar. Na minha turma havia o filho de um colega dele do Colégio Pedro II, esse garoto andava por cima das carteiras, nas aulas dele, ele repreendia, as vezes perdia a paciência, botava... umas, digamos, ou três vezes ao ano ele chegava e dizia assim, cinicamente: 'Hoje eu vou dar aula' e dava um soco na mesa, botava uns dois ou três para fora da sala, inclusive esse, e então algumas aulas, como por exemplo, Fronteiras do Brasil e a obra de Rio Branco, sabe que eu não tomei nenhuma nota, nenhuma, meu papel, meu caderno, ficou em branco naquela aula, mas ele marcou de tal maneira a minha memória, o meu entendimento de garoto, que vinte anos mais tarde, quando eu era professor de ensino médio no Colégio Souza Aguiar por exemplo, no Paulo de Frontin quando eu fui dar fronteiras do Brasil, eu ficava envergonhado comigo mesmo, porque eu, ninguém sabe, mas eu estou plagiando o Raja Gabaglia, porque eram as palavras, os mapas na cabeça e tudo mais, eu me lembro por exemplo de citações, por exemplo sobre a colonização européia, essa coisa toda, ele citava obra, obras em francês, em inglês, nome de Moris Davies apareceu pela primeira vez na minha vida..., de Albert Penck e Hettner. Por exemplo, tinha um autor alemão, era um nome até pouco vulgar, e depois fui procurar numa biblioteca na Alemanha autores italianos Luigi Damatto... E tinham

· Sérgio Adas ·

outros... Bom, eu não lembro mais... Tinha um curso de leitura de mapas em italiano... Equipe geográfica como se apresentavam os aspectos da geografia em... Curso de leituras e mapas. Pois bem, esse autor alemão... eu fui depois procurar quando eu estava em Hilderberg em 1967... e essa aula eu assisti entre 30/31 e eu fui procurar esse autor... Alexander Supam... O desenvolvimento espacial das colônias européias em que esse, no auge do imperialismo alemão, esse homem escreveu no começo do século, então a expansão das colônias da Alemanha no mundo, e européias e os tipos, as feitorias como colônias em ponto, colônias lineares, colônias como Américas, em espaço..., pois bem, ele teorizou sobre isso perfeitamente... Uma glorificação do imperialismo, afinal, mas Gabaglia estava a par da geografia mais moderna da sua época, isso que eu estudei com ele eu terminei o curso de geografia, ficava até o 3º ano, portanto eu entrei em 29, 30, 31 foi nessa época então, eu repetia as palavras de Gabaglia no Pedro II (Entrevista concedida a Roberto Schmidt de Almeida, em 27/09/1996).

E, lembrando a importância de Gabaglia em sua escolha profissional anos mais tarde, continua Valverde:

Então quando eu fui me matricular na Universidade do Distrito Federal eu pedi matrícula no curso de geografia e história, aí a Secretária de lá, a moça da secretaria eu me lembro bem Dona Vera chegou para mim, você não pode, nós temos geografia e história, mas uma coincidência dos horários você não vai poder fazer os dois cursos ao mesmo tempo, você opta por um, então depois se você quiser faz o outro, eu aceitei, então, qual é o que você quer, eu parei um minuto [...] Aquilo... Geografia não tinha, a perspectiva era ser professor de ensino médio de geografia, quer dizer em um minuto eu decidi o roteiro da minha vida e graças a essa coisa de ensino médio... (Idem).

O que importa reter disso é que, no convívio com Raja Gabaglia, Valverde entrou em contato com um dos responsáveis pela renovação do pensamento geográfico brasileiro nos anos 1920, ao lado de Delgado de Carvalho, Everardo Backheuser, Honório Silvestre e Othelo Reis, entre outros (ANSELMO, 2000:195). Gabaglia e os dois primeiros foram, ademais, os mentores do Curso Superior Livre de Geografia, criado no Rio de Janeiro em 1926, no âmbito mais geral do movimento em prol da educação, cujo esteio mestre foi o escolanovismo. Os esforços desses homens estavam

voltados para a defesa e o impulso do processo de modernização do ensino, em que se buscava estabelecer um perfil mais científico para a educação. Isso significou a "queda-de-braço" contra os moldes da Geografia até então praticada e ensinada, basicamente assentados na descrição e na nomenclatura, de forte caráter mnemônico. O objetivo perseguido consistiu em dotar a disciplina de um rumo mais analítico, realçando as relações entre os fenômenos com a introdução de novos temas. Por intermédio dessas mudanças, os articuladores do Curso Superior Livre de Geografia buscavam colocar seu campo de conhecimento à altura das transformações pelas quais o país passava, minimizando o sentido memorizante e de nominata dos estudos geográficos até então vigente e divulgado, substituindo-o por uma abordagem mais científica. Foi na esteira dessas orientações mais gerais que a modernização do ensino de Geografia assimilou a vida e a prática educativa de Gabaglia, forjando, decerto, herança funda para o jovem educando Valverde.

2. Na Escola Naval, a navalha de tempos conturbados

Após a conclusão de seus estudos no Colégio Pedro II, no quadro de indefinição política desencadeado pela Revolução de 1930, Orlando Valverde aceitou o conselho de sua mãe para prestar o exame de admissão ao Curso Prévio da Escola Naval, a fim de logo endereçar-se rumo a uma carreira estável. Obtido êxito, frequentou essa instituição militar entre os quinze e os dezoito anos de idade. Na Escola Naval, a formação de Orlando Valverde foi conduzida em disciplina, autodidatismo e conhecimentos matemáticos. Esses esteios formativos, segundo o geógrafo carioca, jamais o abandonaram e, na malha de suas lembranças, ressaltou a experiência colhida:

· Sérgio Adas ·

[...] foram 3 anos de minha vida que lá passei, onde ganhei só 3 coisas: uma boa base de matemática; uma obrigatoriedade de exercícios físicos (remo, natação), e a capacidade de estudar sozinho; porque os professores iam lá, despejavam as aulas na nossa cabeça e indicavam livros, onde a gente ia 'cavar' a matéria, isto é, realmente ia apreender. Havia disciplina no estudo: em certas horas da noite não se podia conversar; era estudar ou ficar calado, quieto. Eu preferia estudar (BUSS et alii, 1991:226).

Cingidas de reveses, outras recordações do geógrafo do período entre 1932-1935 permitem situá-lo no movimento mais amplo do panorama político-social e cultural do país no pós-Revolução de 1930, marcado pela “polarização ideológica” – a expressão é de LAHUERTA (1997:99). De fato, esse período de sua vida foi permeado, entre outros, pela eclosão da Revolta Constitucionalista de São Paulo e pelas ideias desencadeadas pelo Manifesto de Outubro da AIB (Ação Integralista Brasileira), de 1932. Além desses acontecimentos, Valverde presenciou a sobrevida simbólica das revoltas tenentistas de 1922 e 1924, que tiveram importante repercussão na formação da ANL (Aliança Nacional Libertadora), movimento que desencadearia, ao final de 1935, vários levantes militares.

A respeito dessas orientações políticas diversas, que permearam os anos de Valverde na Escola Naval, vale lembrar o estudo de BATTIBUGLI (2000:47), em que esse autor faz a seguinte consideração a respeito da ambiência nos meios militares entre os anos de 1934 e 1935:

A despeito da forte rivalidade entre esquerda e direita nos quartéis, o nacionalismo era um fator de aproximação. Alguns comentaram que eram amigos de militantes da AIB e, apesar de discordarem em várias questões políticas, havia uma base comum: afinal, eles também eram nacionalistas. Nesse contexto, ser nacionalista para a esquerda e a direita (AIB e governo Vargas), era lutar pela defesa dos interesses da pátria, construir uma nação forte e soberana. Força e soberania seriam conquistadas com um governo centralizador que defendesse a unidade e a autonomia nacional.

Demarcadas essas congruências, cabe situar melhor Orlando Valverde nesse período disponibilizando suas palavras:

[...] aquilo que eu achava poder ser um lugar de estabilidade, onde poderia viver tranqüilamente, foi um lugar de desilusões. No primeiro ano que lá estive, já senti que não era um homem talhado para ser militar, porque o militar tem que viver obedecendo. Ele obedece, segue a rotina a toques de corneta, campainhas, alarmes. A carreira militar também estimula, ao meu ver, o egoísmo, porque uma pessoa só é promovida quando um superior morre, e ele passa a competir com os antigos colegas. Além disso, havia naquele tempo na Marinha, um movimento muito forte, quando eu já tinha passado para o 2º ano superior, em favor do Integralismo. Praticamente a escola inteira aderiu a ele. Era o fascismo nacional, de camisa verde, em vez dos camisas pardas da Alemanha ou os 'camicienere' da Itália. Eu sempre fui contra toda forma de opressão do homem pelo homem (BUSS et alii, 1991:225-226).

As searas abertas por esse trecho do depoimento do geógrafo, em que se observam a amplitude e a adesão adquiridas pelo Integralismo na ambiência da Escola Naval, atestam seu desconforto ante o movimento considerado por uns como “fascismo brasileiro” e para outros não, logo quando faz alusão, na última frase, a um dos motes do pensamento de esquerda. Frisado esse ponto, outros dois trechos revelam as impressões colhidas por Valverde diante das vicissitudes ideológicas do tempo em que permaneceu na Escola Naval:

Fora disso nada [referindo-se à disciplina de estudo na Escola Naval], até quando houve um golpe, uma quartelada da Aliança Nacional Libertadora. Quiseram-nos implicar naquilo. Eu não conhecia ninguém do golpe; mas, mesmo assim, puseram-nos para fora. Éramos 11; acho que foi o primeiro 'grupo dos 11' deste país. A maioria do nosso pessoal foi para a engenharia; mas eu tinha acabado os exames de matemática e estava cansado, aborrecido; não quis fazer o curso logo; quis esfriar um pouco a cabeça, até que três meses depois apareceu um concurso para a Universidade do Distrito Federal (BUSS et alii, 1991:226).

Eu era a rabeira de uma geração. Família espanhola, considerado a ovelha negra, porque eu não era espírita e tinha sido expulso como homem perigoso, aos 18 anos de idade, da

· Sérgio Adas ·

Escola Naval, sem direito a defesa, respondendo processo 20 anos. Era uma briga ingrata. E, quando a gente é caçula, é sempre pior, porque todos os irmãos mais velhos gostam de criticar; só minha irmã mais velha que não. Era professora, uma criatura extremamente doce. Mas os outros irmãos me criticavam muito, eu era a ovelha negra da família, mas eu gostei, era até bom. Eu sou um espírito de luta. Quando eu pensei até que os integralistas iam chegar ao governo... Eles chegaram a fazer uma demonstração aqui no Rio... e o Getúlio estava presente, o Plínio Salgado estava crente que ia ser ministro... mas era um homem medíocre, né? E eu pensei seriamente em... fugir para... uma idéia era fugir para a Espanha para participar da guerra do lado do governo. E, olha, por causa de um desencontro feliz eu não fui; isso porque o serviço secreto deles encaminhou, com a ajuda do governo daqui, um grupo de brasileiros para desembarcar num porto já tomado pelos franquistas. Eles todos foram fuzilados (Entrevista concedida a Sérgio Adas, em 19/05/01).

Nessa conjuntura ríspida de clivagens político-ideológicas, o que chama a atenção nos relatos de Valverde é a manutenção de certa “neutralidade” de sua parte perante as escaladas integralista e aliancista, não aderindo às suas respectivas fileiras diretamente, atitude essa que não o isentou, contudo, de vislumbrar antipatias com relação ao primeiro movimento.

Quaisquer que sejam as leituras dos relatos acima, em primeiro plano está, sem dúvida, o fato de que Valverde revela recordações sobre um momento da história espanhola prenhe de significados para os brasileiros que assistiram à ascensão dos fascismos italiano e alemão na primeira metade dos anos 1930. No flanco dos desdobramentos nacionais, sua narrativa refere-se à antesala da ditadura varguista, que se instalou com a Carta de 1937, num momento de interrupção da relação amistosa até então mantida com o Integralismo e sob os efeitos persuasivos da manipulação do Plano Cohen, utilizada pelo regime autoritário em prol de sua legitimação, quando, a partir desse subterfúgio, disseminava um temor já existente no imaginário político brasileiro de uma conspiração internacional comunista.

Ademais, com relação ao penúltimo trecho do depoimento de Valverde, cabe esclarecer que os eventos por ele narrados contaram com a chamada lei-monstro que instaurou um “espasmo repressivo” – a expressão é emprestada de KAREPOVS (2003:59) – nas cidades e unidades da Federação, logo após o putsch comunista. Decerto, tal medida não passou ao largo de sua trajetória. A LSN (Lei de Segurança Nacional), promulgada por Vargas com o decreto-lei nº. 38, de 4 de abril de 1935, espécie de código penal para os crimes considerados atentatórios à segurança do país, entrou em vigor dias após a fundação da ANL, em virtude do sucesso desse movimento (VIANNA, 2003:82; BATTIBUGLI, 2000:54-57), e não poupou, entre tantos outros e certamente os de origem espanhola, caso que talvez tenha jogado a favor da expulsão referendada por Valverde. Nesse contexto, inquéritos policiais-militares proliferaram para apurar a culpa de praças e oficiais na Intentona Comunista de 1935. A varredura das investigações atingiu não só as guarnições insurrectas, mas mormente todo e qualquer local suspeito de abrigar militares ligados à ANL e ao PCB (Partido Comunista Brasileiro). Dessa maneira, os processos iniciaram-se sob jurisdição militar e, posteriormente, no bojo do mesmo processo repressivo, contrariando acintosamente a Constituição de 1934, em 11 de outubro de 1936 o governo referendou, com a anuência do Poder Legislativo, a criação do TSN (Tribunal de Segurança Nacional).

É no desencadeamento acalorado desse processo repressivo de largo e excessivo espectro que Valverde referenda, no último trecho transcrito, seu ingresso na UDF (Universidade do Distrito Federal), no início de 1936. A instalação solene de seus cursos, em 3 de julho de 1935, ocorreu no clima de uma conjuntura política convulsionada, que tinha o Rio de Janeiro como epicentro, apenas quatro meses após a formação da “frente popular” (Aliança Nacional Libertadora) erguida para barrar o caminho do movimento fascista brasileiro e quase cinco meses antes da Intentona na cidade.

Nessa conjuntura, a iniciativa de Anísio Teixeira, à época diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal, que contou com o apoio de Pedro Ernesto, então prefeito do Distrito Federal, provocou o furor da direita católica orientada por seu líder Alceu de Amoroso Lima (MARTINS, 1987). Foi no marco dos novos embates ideológicos colocados nesse horizonte político que Orlando Valverde passou a desbravar outros percursos curiosos.

3. A tríade formativa embrionária: UDF, CEG e AGB—Rio

3.1. Nasce um geógrafo na UDF (Universidade do Distrito Federal)

Orlando Valverde ingressou no corpo discente do curso de Geografia da UDF no início de 1936, formando-se anos mais tarde na Universidade do Brasil. A data de sua formatura carece de exatidão, não constando nem em seu *curriculum vitae* nem na entrevista realizada com o autor por ALMEIDA (2000).

Todavia, diverso é o caso quando se trata dos elementos disponíveis sobre a instituição em que teria se formado. Na entrevista com o geógrafo, em sua casa no Leme, em 19 de maio de 2001, ele respondeu a respeito: “*Eu entrei na antiga Universidade do Distrito Federal e acabei me formando em Geografia e História na chamada Universidade do Brasil, veja que pretensão, que é hoje a UFRJ*” (ADAS, 2001).

Contudo, num pequeno texto que antecede a entrevista que forneceu para BUSS et alii (1991), os entrevistadores fazem constar que Valverde “*formou-se em Geografia em 1938 pela Universidade Municipal do Rio de Janeiro*”, o que de fato não é de todo equivocado. Tudo indica que, em função dos motivos que serão doravante explicitados, ele tenha se formado nos primeiros anos da

década de 1940. Na entrevista realizada com o autor deste texto, ele assim sugeriu a data da conclusão do Curso de Geografia e História na Universidade do Brasil:

Eu já estava formado pela Universidade do Distrito Federal, mas só que a UDF foi dissolvida na marra e federalizada, e tiraram o direito de sairmos professores de Geografia. Então foi preciso levar mais cinco anos (ADAS, 2001).

Numa avaliação geral sobre as nuances que cercam a questão, importa frisar a auto-referência do geógrafo. Nesse aspecto, sua fala coincide com a informação dos entrevistadores da *Revista Geosul*, ou seja, ele considera que a conclusão de seu curso universitário tenha ocorrido em 1938. Com efeito, antes de ser extinta, a UDF diplomou, em dezembro do mesmo ano, várias turmas de seus diversos cursos. Os diplomados daquele ano contaram com cerimônia solene de formatura no Teatro Municipal, que contou com um coro regido por Heitor Villa-Lobos, ao qual provavelmente afluíram os oito geógrafos e uma geógrafa (VICENZI, 1986) recém-egressos da Universidade do Distrito Federal.

Para aquém da ambiência cultural mais ampla então reinante na UDF, a respeito dos mestres e amigos com os quais conviveu nessa instituição de ensino superior, Valverde reuniu lembranças esclarecedoras, que descortinam horizontes essenciais para a compreensão desse período de sua trajetória pessoal e acadêmica:

A minha turma de Geografia na velha Universidade do Distrito Federal era muito pequena, nós começamos e éramos menos de dez: eu me lembro, eu, o fundador do CNG o já engenheiro Cristóvão Leite de Castro, o Jorge Zarur que era estudante de Direito, havia um outro rapaz também chamado Jorge, mas eu não me lembro o sobrenome dele, cuja formação eu não me lembro, quatro professoras primárias, havia um rapaz que também era professor primário: Armando Sampaio de Souza, mas em pouco tempo houve uma lavagem naquilo e ficaram seis: Cristóvão Leite de Castro, eu e Jorge Zarur, e os três professores, Armando Sampaio de Souza, Dilsa Mota e Marlene de Souza. Essa Universidade era uma coisa de novo estilo no Brasil, de estilo americano, foi por inspiração do Anísio Teixeira,

· Sérgio Adas ·

era moderna. Nós tivemos professores franceses que davam aula em francês, graças ao francês do Pedro II eu me dei muito bem. Eu era capaz de acompanhar as aulas, falar e escrever, o curso de francês como o de português do Pedro II era muito bom, então eu acompanhei e lá havia quatro professores muito bons, por exemplo, o Pierre Deffontaines foi meu professor de Geografia Humana por três anos... depois ele foi substituído por assistentes mais antigos brasileiros...

... A minha primeira influência científica foi de Deffontaines porque mais que um professor... ele era um estimulador da curiosidade e da pesquisa; ele levantava problemas... o currículo do curso dele era tipicamente da escola de Vidal de La Blanche, era a chamada Escola Possibilista... era como o homem se comportava diante da natureza, então era, por exemplo, o homem e a montanha, o homem e o frio, o homem e as ilhas, o homem e a floresta... era isso... e ele influenciou até certos autores que escreveram depois como em publicações do IBGE. O Alberto Ribeiro Lamego escreveu quatro livros: O homem e o brejo, O homem e a restinga, O homem e a Guanabara e O homem e a serra... (Depoimento de Orlando Valverde à equipe de Memória Institucional do IBGE, Apud ALMEIDA, 2000:152).

Conforme desponta no depoimento acima, foi no íterim de seus anos universitários e ao lado de um pequeno grupo de estudantes (inicialmente dez, depois seis) que Valverde travou contato com o professor francês Pierre Deffontaines e deu início ao cultivo de amizades, às quais, aliás, permaneceria fiel mesmo após os anos posteriores ao Estado Novo. De maneira inconteste, à semelhança do caso frisado pelo geógrafo a respeito de Alberto Ribeiro Lamego, o convívio e o aprendizado desfrutados com o professor de ultramar também tiveram desdobramentos significativos no labor geográfico que desenvolveu sobretudo em sua trajetória profissional inicial.

Quanto a Anísio Teixeira, embora tenha expressado admiração por ele (BUSS et alii, 1991:226), na UDF o geógrafo não estudou sob a gestão desse educador, em virtude da demissão deste no final de 1935, por manobras políticas de Alceu de Amoroso Lima. Na seqüência, Valverde assistiu, ademais, à prisão do prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto, em 3 de abril de 1936. Este foi

substituído pelo padre Olímpio de Mello, que não tinha a UDF em boa conta e parecia querer livrar-se dela (VICENZI, 1986), fato que, somado com o anterior, intensificou o clima de insegurança reinante entre professores e estudantes, gerado no bojo dos acontecimentos e medidas repressoras que se seguiram à Intentona Comunista de 27 de novembro do ano anterior (FÁVERO, 1994:8-9). No trâmite desses acontecimentos, vale ressaltar que o Curso de Geografia na UDF foi iniciado no ritmo da supressão crescente das liberdades políticas.

Demarcado esse esclarecimento, importa salientar que a educação geográfica universitária de Orlando Valverde processou-se *pari-passu* com o estabelecimento das bases da atual estrutura universitária nacional, que surgiram no contexto da política institucional modernizante edificada crescentemente desde o governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934). Na seta dessas iniciativas, intensificadas nos dois governos que se seguiram, afloraram, no primeiro deles (1934-1937), a Universidade de São Paulo e a Universidade do Distrito Federal, diversas da política do então governo federal e representantes de políticas educacionais liberais de tipo novo no país, reconhecidamente responsáveis pela institucionalização da Geografia universitária brasileira. MACHADO (2002:32) chama a atenção para o fato de que “*ambas instituições sofreram, em graus e momentos diferenciados, gerenciamentos do poder central, principalmente a partir de 1937*”. Dessa forma, considerando-se que seu ingresso no Curso de Geografia da UDF ocorreu no início de 1936 e sua conclusão, em 1938 – em que pese a complementação curricular imposta pelo regime que a prorrogou para o início dos anos 1940 –, Valverde frequentou essa instituição no limiar de uma interferência mais pronunciada e rigorosa do governo federal.

Nessa conjuntura, destacar a imersão do geógrafo nos dois anos iniciais da formação de uma primeira linhagem egressa da “escola carioca de Geografia” é de fundamental importância para a compreensão de sua trajetória científica e pessoal posterior, pois é em função das valorações e orientações metodológicas que acompanharam esse núcleo de formalização de sua comunidade científica que se torna possível compreender melhor sua contribuição a partir de 1943, quando passou a publicar seus primeiros trabalhos científicos. Decerto, esses aspectos, somados à centralidade política do Rio de Janeiro, também auxiliam o entendimento dos caminhos que conduziram Valverde a participar no CNG (Conselho Nacional de Geografia), antes mesmo do término de seus estudos universitários, nos meses finais de 1937.

3.2. A importância de Pierre Deffontaines na formação acadêmica de Orlando Valverde

Tendo na algibeira os elementos sumariados, importa descortiná-los à luz do significado que comportam quando se trata de voltar os olhos à singularidade de Orlando Valverde. Nessa direção, cabe salientar inicialmente que os conhecimentos geográficos que o alimentaram em seus anos universitários tinham como pano de fundo ideológico a afirmação de uma vocação visando alicerçar um padrão identitário nacional. Esse pode ser considerado, ao menos, um denominador comum entre governo e educadores progressistas e católicos, todos envolvidos em lastro de intenso “patricismo” em matéria de cultura. No flanco da institucionalização do campo científico-disciplinar encampado pelo autor, no momento de sua escolha universitária, o teor geral dessa perspectiva encontrava-se corroborado por diretrizes educacionais voltadas para a profissionalização e por clamores de formação utilitarista, afastada do estilo retórico e literário que acompanhou o diletantismo

dominante no ensino médio e superior entre o final do século XIX e o início do XX, antepondo à aprendizagem dos alunos a prática de investigações sustentadas pelas evidências empíricas (PAIM, 1981:79). Esses balizamentos, fora de dúvida, também regeram a confluência para a UDF de geógrafos pátrios autodidatas e estrangeiros engajados em legitimar sua área de atuação junto aos outros corpos de saberes.

Em outras palavras, isso significa que, desde seus primeiros passos formativos em contato com a Geografia e os mestres universitários de sua época, Orlando Valverde contabilizou iniciativas dirigidas para uma participação efetiva dos alunos na condução dos destinos de uma nação que urgia ser transformada em moderna por ações políticas e científicas de uma elite dirigente informada. Cabe lembrar que essas diretrizes e ideais não eram de todo estranhos para Valverde, uma vez que, em seus anos no Colégio Pedro II, em contato com os discursos de Fernando Antônio Raja Gabaglia e Delgado de Carvalho, já havia sido familiarizado com o papel pragmático reservado à Geografia na edificação de um Estado brasileiro que pudesse contar com um conhecimento territorial confiável. Com esse espírito alvissareiro, que passava a dispor de margem fértil para desenvolver-se na universidade, as formações geográfica e valorativa de Valverde efetivaram-se diante da necessidade de dedicação aos planos e propostas de desenvolvimento e de construção nacional, sob a coordenação ascendente do governo federal, não destoando de tendência internacional, em vigor nos anos de sua formação, que apontava para a ampliação dos serviços públicos federais (MACHADO, 2002:7).

Nos anos universitários de Orlando Valverde, o escopo dessas orientações não foi traduzido somente pelos cursos ministrados, marcadamente avessos ao isolacionismo acadêmico,

mas igualmente pelo contato que ele travou com os mestres estrangeiros e nacionais e pelas atividades paralelas de ensino das quais participou ativamente. Esse conjunto de práticas, amalgamadas pelos traços ideológicos anteriormente descritos, influenciaram sobremaneira o ingresso de Valverde numa linhagem bastante específica do pensamento geográfico, desempenhando relevante papel nos contatos profissionais que se abriram para ele por intermédio de amizades nesse período.

Tendo em vista o que foi afirmado, cabe ressaltar a importância de Pierre Deffontaines (1894-1978) na formação acadêmica de Orlando Valverde, pois cumpriu papel significativo no estímulo à pesquisa, ambientando-o e a seus colegas nos pressupostos da Geografia possibilista francesa, descortinando uma linhagem de pensamento na esteira de Paul Vidal de La Blache, composta pelos contributos de Emmanuel de Martonne, Albert Demangeon e Jean Brunhes. Com efeito, o professor de ultramar, asseverado militante católico, foi o responsável pela elaboração do programa de Geografia da recém-inaugurada Universidade do Distrito Federal, imprimindo o viés naturalista no compasso de Vidal de La Blache e, principalmente, disseminando o caráter morfológico dos estudos de Jean Brunhes na Geografia Humana.

Em suas aulas e exposições, Deffontaines contou com o fascínio dos estudantes e ouvintes diante da minudência com a qual versava suas descrições de paisagens. Seus traços físicos e suas aulas e conferências foram assim comentadas por Orlando Valverde, em 1984, no 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos, durante a mesa-redonda “AGB 50 anos de trabalho”, realizado em São Paulo:

Curiosa e encantadora era a personalidade do fundador de nossa Associação: alto, magro, esguio, a ponto de ser curvo; cabelos, sobrancelhas e pestanas louros quase brancos; olhos azuis muito vivazes... Aulas e conferências de Deffontaines, mais do que trabalhos científicos eram verdadeiras obras de arte! Ele fazia geografia a golpes de inteligência. Mais do que pesquisas profundas, suas preleções revelavam lindas descrições de paisagens, comparações de agudeza invulgar, que eram sobretudo inspiradoras de idéias. Por isso, Deffontaines foi um catalisador de atividades, animadas por sua curiosidade inquieta (VALVERDE, 1992:117).

É interessante observar a ponderação de Valverde a respeito do caráter, a seu ver, muito mais estético do que propriamente científico da contribuição do mestre francês. Decerto, essa avaliação auxilia a compreensão das razões que levaram Valverde, mais tarde, após o aprendizado adquirido junto ao geógrafo alemão Leo H. Waibel, a considerar como de menor importância os trabalhos elaborados em seus anos de formação e sob a influência das aulas de Deffontaines. Em entrevista realizada com ele pelo autor deste texto, num contexto em que discorria sobre as motivações políticas que teriam concorrido para a elaboração do estudo *Excursão à Região Colonial Antiga do Rio Grande do Sul (1948)* – sob a orientação do mestre alemão –, indagado se esse estudo teria inaugurado uma segunda fase de sua produção, Valverde respondeu:

Anterior eu considero 'zero' [...]. Deffontaines foi muito mais um estimulador. A meu ver, Deffontaines dava um curso que pretendia ser de escola; ele havia sido discípulo de Jean Brunhes, mas a tese de doutoramento dele... ele não pôde ensinar em nível superior na França, então ele foi ensinar e veio parar primeiro no Brasil e depois em Barcelona. Agora, ele entusiasmava pelas descrições de paisagens (Entrevista concedida a Sérgio Adas, em 19/05/01).

E, quando questionado se essas orientações teriam desempenhado grande influência durante seu labor geográfico inicial, Valverde referendou:

Teve, o primeiro trabalho de campo que eu fiz, sobre Angra dos Reis... – Eu não sabia... – Não tem obrigação, não devolviam os originais e eu tinha comprado mapas hidrográficos na Marinha e aquilo me custava dinheiro, e eu era um rapaz pobre que dava aulas particulares a 10 mil-réis, de Matemática, na casa dos alunos. Eu era solteiro e desempregado, então são essas coisas (Idem, ibidem).

Malgrado o tom retrospectivo das ressalvas de Valverde a respeito de seu primeiro mestre científico, convém ressaltar a estreita aproximação metodológica e pessoal entre ambos para além do final da década de 1930.

Com efeito, num primeiro descortino, na década de 1940, período posterior ao retorno de Deffontaines à França, o geógrafo carioca realizou diversas traduções dos escritos deste que considerou um “coração de ouro” (BUSS et alii, 1991:227). Em pormenores, a consulta ao *curriculum vitae* (1999:12-13) de Valverde revela o predomínio das traduções que realizou dos escritos do mestre francês entre 1944 e 1949, ao todo contabilizando cinco de seus trabalhos redigidos e publicados majoritariamente na França entre 1936-1939. A importância de ressaltar tais detalhes está em que esse número é ligeiramente superior ao das traduções que Valverde empreendeu dos textos daquele que exerceu maior influência sobre a totalidade de sua trajetória, Leo H. Waibel, que somam quatro ao todo e que mereceram sua dedicação a partir de 1947, logo um ano após terem travado contato na Universidade de Wisconsin (Estados Unidos).

Além das traduções já indicadas dos textos de Pierre Deffontaines, no final da década de 1930 Valverde traduziu o prefácio “O que é Geografia Humana”, do livro *Geografia Humana do Brasil* daquele autor, publicado pela primeira vez em 1939 (o texto básico foi traduzido por Fábio de Macedo Soares Guimarães). Além de ter sido objeto de estudo nesta última publicação, a análise sobre

funções urbanas também foi realizada por Deffontaines em 1938, no artigo “Como se constituiu no Brasil a rede de cidades”, outro de seus trabalhos traduzido por Valverde e publicado em 1944 no *Boletim Geográfico*. Em grande parte, esse conjunto de elementos ajuda a explicar, no que tange ao flanco metodológico, o foco que Valverde concedeu, na primeira metade da década de 1940, ao estudo de funções urbanas, utilizando-se do binômio sítio-posição tão caro aos trabalhos do mestre francês sobre as cidades brasileiras.

No cômputo dessas influências, cabe ainda lembrar que, na mesma direção dos aportes metodológicos de cunho geográfico advindos com os mestres da Missão Francesa, Valverde também foi aluno de Philippe Arbos, que, em 1937, figurou no quadro docente da Escola de Economia e Direito da UDF e, em 1938, estudou Petrópolis. Esse professor de Geografia Humana, ao ministrar uma aula de Geografia urbana na UDF, em 1937, também havia proposto esquema semelhante àquele utilizado por Pierre Monbeig na orientação das monografias urbanas. Ambos seguiam, basicamente, as etapas metodológicas dessa modalidade de monografia, composta pelos seguintes segmentos: *o sítio, a posição, a evolução histórica, a fisionomia e estrutura, as funções urbanas e o raio de ação da cidade* (ABREU, 1994:208).

Neste patamar, convém notar, desde logo, que a essência das orientações metodológicas transmitidas por Pierre Deffontaines e Philippe Arbos aos educandos adequava-se aos ares ideológicos nos quais brevemente germinariam os primeiros brotos da obra de Orlando Valverde, na entrada dos anos 1940. Sem perder de vista a crescente interferência do governo central no ambiente universitário da UDF, no plano das condicionantes internas à criação do CNG tratava-se de mobilizar novas capacidades técnicas a serviço de um governo empenhado na centralização do poder, num país até então

essencialmente agrário, extremamente segmentado num arquipélago econômico e que apostava no preceito da ocupação territorial como solução imperativa para seu desenvolvimento em moldes capitalistas. Nesse sentido, de um lado, o caráter integral da formação geográfica de Deffontaines – deslocando-se da Geografia Física à Geografia Humana, sem contrariedades ante o estado da arte dos conhecimentos da época –, e sua preferência pelos aspectos humanos, enfocando em minúcias tanto o processo de ocupação do território quanto pioneiramente o incipiente sistema urbano do país, eram ambos traços de um labor geográfico consoante às necessidades do Estado. De outro lado, as nuances da nova Geografia acadêmica, preconizada por Deffontaines sob o registro vidaliano, estavam sendo colocadas em marcha em sentido corroborativo a essas orientações e podem ser entrevistas nos artigos de Valverde que descreviam a dimensão continental do Brasil, nos quais a moldura do quadro natural comandava a organização das atividades humanas.

As ideias e o fazer geográficos de Pierre Deffontaines emparelhavam-se, ainda, com o necessário discurso descritivo, a mensuração e o controle do território para fomentar a ideologia nacional determinada a romper os obstáculos à integração espacial sob tutela centralizadora, a fim de efetivar a tão almejada modernização (GEIGER, 1988:62). Essa tônica do período certamente auxilia a compreensão tanto da natureza regional dos primeiros estudos de Valverde quanto do emprego operado da noção de “gênero de vida”, pilares metodológicos fundamentais para a efetivação da tática do governo central dirigida para a divisão do território, a fim de reinar sobre suas disparidades, colocando, para tanto, em primeiro plano a naturalização da divisão regional. O segundo aspecto, ademais, explica a ausência de termos marxistas nos escritos valverdianos da primeira metade dos anos 1940, estruturados sob a égide dos legados de Deffontaines e de seu colega francês, Arbos, herdeiros da linhagem possibilista.

3.3. O contato com geógrafos, intelectuais e profissionais de “ciências afins” no CEG (Centro de Estudos Geográficos) e na AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros) do Rio de Janeiro

Importa doravante completar o quadro de referências das iniciativas e atividades que Orlando Valverde compartilhou com Pierre Deffontaines em seus anos universitários.

Pierre Deffontaines foi também um dos principais incentivadores dos jovens estudantes para a criação do CNG (Conselho Nacional de Geografia) e da *Revista Brasileira de Geografia*, cuja publicação foi iniciada em 1939, promovendo, igualmente, a participação do CNG no Comitê da UGI (União Geográfica Internacional). Porém, pouco antes do avanço e consecução dessas diligências, os laços entre Deffontaines, Valverde e seus pares mais próximos já haviam sido estruturados por intermédio de outros projetos, tais como o CEG (Centro de Estudos Geográficos) e a AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros) do Rio de Janeiro.

Foi a partir do CEG que tiveram início essas experiências que antecederam o ingresso, em 1938, de Orlando Valverde na posição de primeiro geógrafo contratado nos quadros do CNG. Todas elas foram seguidas de perto por Deffontaines e regadas pelo companheirismo das amizades que floresceram na UDF. Além de alguns professores primários e de Christóvão Leite de Castro e Jorge Zarur, as recordações do geógrafo carioca a respeito desses anos elencam como principais pessoas de seu convívio direto e assíduo Fábio de Macedo Soares Guimarães, José Veríssimo da Costa Pereira e Lúcio de Castro Soares. Perante esse grupo – organizado pelo engenheiro Christóvão Leite de Castro, à época chefe da Seção de Estatística Territorial do Ministério da Agricultura e auxiliar de Mário Augusto Teixeira de Freitas, além de, a um só

tempo, aluno e professor de Desenho Cartográfico da UDF –, que viria a ser o núcleo inicial do futuro CBG (Conselho Brasileiro de Geografia), criado em 1937, logo modificado para CNG, em 1938 (ALMEIDA, 2000:273), Pierre Deffontaines firmou-se como o primeiro profissional a conceder treinamento especializado em pesquisa geográfica, paralelo ao desenrolar do curso formal então frequentado pelo grupo (ALMEIDA, 2000:120).

Afora o CEG, Orlando Valverde e seus pares mais próximos desfrutaram de formação paralela ao curso formal universitário, acompanhando as atividades iniciais da AGB do Rio de Janeiro, criada em 1936, outra iniciativa de Pierre Deffontaines em decorrência de suas ligações com o governo. O promissor geógrafo passou a frequentar suas reuniões noturnas, que se realizavam no auditório do Instituto Nacional de Tecnologia, na avenida Venezuela, perto da Praça Mauá. Nesse local, funcionava o Instituto Nacional de Metrologia, cujo diretor era Silvio Froes de Abreu, responsável pela abertura de uma sala no período noturno. Essas ocasiões permitiram a Valverde conhecer Mário Augusto Teixeira de Freitas, que também constava entre os membros dos encontros da entidade. Além disso, essa vivência foi permeada de palestras de mestres estrangeiros e brasileiros, que certamente também ajudaram a forjar sua incipiente formação intelectual e a aproximá-lo das necessidades e tarefas aventadas pelo governo, seja junto aos geógrafos nas trilhas de uma formação científica, seja junto àqueles anteriores à institucionalização da Geografia universitária.

A respeito das atividades agebeanas, dos primórdios de seu funcionamento no Rio de Janeiro até meados dos anos 1940, período no qual foi um dos ativos participantes, tendo desempenhado o cargo de tesoureiro e secretário, cumprindo a elaboração das atas de suas reuniões, Valverde tece seus comentários, ressaltando tanto seus frequentadores quanto as “associações doutas” que integravam as reuniões da entidade:

Eu me lembro bem, estava lá, quem? Era Miguel Alves de Lima, era eu, o Deffontaines, Cristóvão Leite de Castro, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Antônio José de Matos Mussi, esse pessoal, eu me lembro bem, era pessoal que freqüentava a AGB. Mas essa ligação foi sempre [com o IBGE], tanto que a AGB... quando houve concurso de geógrafo, chamou gente da AGB paulista, enfim, havia colaboração.

A AGB carioca, durante muito tempo, funcionou em sala do Edifício Iguçu, portanto era o prestígio total. Tinha... entre a representação do IBGE havia as chamadas, associações douras. Eu vou ver se consigo reproduzir: Academia Brasileira de Ciências, Clube de Engenharia, Instituto Histórico e Geográfico, Sociedade Brasileira de Geografia e Associação Brasileira dos Geógrafos. Quem realizou, depois de longo período de estagnação, o IX Congresso Brasileiro de Geografia, em Florianópolis, em 1940, foi o IBGE, que financiou, mas promovido pela Sociedade Brasileira de Geografia, inclusive deu choque entre a geografia moderna lablachiana e a geografia de nomenclatura... Estavam lá o Pierre Monbeig, Aroldo de Azevedo, Nice Lecoq Müller e lá da USP... e do IBGE... Cristóvão Leite Castro, eu, Lúcio de Castro Soares, novinho ainda, a lutar contra a geografia de nomenclatura. Nunca houve tantos trabalhos não aprovados numa reunião da AGB (Entrevista concedida a Roberto Schmidt de Almeida, em 27/09/1996).

Conforme registrado nesse trecho, embora os geógrafos paulistas também tenham passado a travar contato com o centro do poder e, no decorrer do início dos anos 1940, Valverde tenha vivenciado maior proximidade com a Geografia praticada por esse grupo, mais uma vez desponta claro que a sua formação acadêmica e o impulso inicial de sua carreira se deu no cerne das iniciativas e do ideário governamentais assumidos pelo CNG e que mantinha estreitas relações com a AGB carioca. Aqueles, mesmo assentados na linhagem metodológica da Escola Francesa de Geografia e, sob o comando de Pierre Monbeig, propugnando contra a “Geografia de nomenclatura” ao lado dos ibegeanos, mantiveram maior independência em relação aos desígnios governamentais, estruturando-se na direção de uma orientação mais acadêmica, ao contrário de nosso autor e de seus pares.

· Sérgio Adas ·

No mesmo testemunho, Valverde continua detalhando os participantes da Associação, enfatizando a afluência de certas personalidades e a ausência de relações entre as duas AGBs até a Reunião de Lorena, ocorrida em 1943:

Eu me lembro, vários professores estrangeiros e nacionais vieram lá, eu assisti palestras do Otton Leonardos, do Josué de Castro, do Preston James, lá, e eram dirigidas primeiro pelo professor Deffontaines. Quando Deffontaines foi embora, Sílvio Froes de Abreu continuou como presidente da AGB carioca. São Paulo e Rio trabalhavam paralelas sem ter contato. Lá em São Paulo, quem salvou, quem ressuscitou a AGB, foi Pierre Mombeig com seu grupo, o Aroldo de Azevedo, o Araújo, José Ribeiro de Araújo Filho, Dirceu Lino de Matos, o... Enfim aquele grupo... Ari França, eles criaram o grupo de lá, mas ficavam as duas AGBs e sem contato. Foi em 1943 que se realizou então, por iniciativa de Monbeig, veio ao Rio de Janeiro, propôs fazer uma reunião conjunta e criar a AGB nacional [reunião acontecida em Lorena]. Nessa época eu não podia ir na reunião porque eu estava incumbido de tarefas burocráticas, de estruturação do IBGE, eu era secretário-assistente de lá (Entrevista concedida a Roberto Schmidt de Almeida, em 27/09/1996).

Conforme é possível extrair das palavras acima, Valverde passou a compartilhar dos ideais estadonovistas, das contribuições não somente de seus mestres e das atividades paralelas universitárias, mas também das dos palestrantes que participaram dos primeiros anos da AGB carioca. Vale a pena disponibilizar a lapidação das informações indicadas anteriormente pelo geógrafo por intermédio de um outro testemunho, no qual as temáticas das exposições são melhor apresentadas:

Otton Henry Leonardos fez um relato de suas pesquisas de campo no alto Tocantins e Araguaia. Josué de Castro falou sobre 'Os mocambos do Recife'. Ele correlacionou esse tipo de habitação com os da África negra. Sua palestra levantou animados debates, inclusive com o geólogo acima citado. Numa noite de verão, estava no Rio um geógrafo norte-americano, Preston E. James, que retornava de uma excursão de pesquisas no Planalto Meridional. Falou sobre 'A expansão do povoamento no Sul do Brasil', tema de seu artigo depois publicado no Geographical Review. [...] O geólogo paraense Henrique Capper Alves de Souza discorreu, com acentuado sotaque lisboeta,

sobre 'Os garimpos de ouro do Gurupi'. Já no final da permanência de Deffontaines no Brasil, ele convidou um médico chamado Vitor Mayall, para falar sobre 'Petrópolis'. [...] No começo de cada sessão da AGB, eu efetuava a leitura da ata da reunião anterior, mas no resto, a burocracia era praticamente nula. Falava-se sobre geografia. E essa é a grande virtude das reuniões profissionais. Além disso, conhecem-se colegas e pessoas que trabalham no mesmo ramo ou em ciências afins. Desse modo, conheci eu quase todos os oradores mencionados e mais vários geólogos: Avelino Inácio de Oliveira, Luciano Jaques de Moraes, Alberto Ribeiro Lamego, assim como a esposa de Ernesto Street, também professora, que eventualmente o substituiu nas aulas (VALVERDE, 1992:119-120).

Com efeito, o contato tanto com profissionais do “mesmo ramo” ou de “ciências afins” à Geografia quanto com intelectuais nas sessões da AGB enriqueceram a formação do jovem geógrafo. O primeiro fato não surpreende, em vista dos pressupostos epistemológicos nos quais estava assentada a Geografia francesa nesse período, apegada ao estudo da relação homem-meio. Somente cabe mencionar que, como não poderia deixar de ser, o intercâmbio científico entre Valverde e “colegas em ciências afins” acompanharia toda sua trajetória profissional.

Quanto à presença dos intelectuais palestrantes citados por Valverde, cabe destacar que alguns deles estavam à época politicamente alinhados com Getúlio Vargas, o que certamente facilitou o emparelhamento de suas valorações com os ideais do Estado Novo. Apenas para citar um exemplo, Josué de Castro, entre os anos de 1938 e 1939, estava ligado ao trabalhismo getulista (GEIGER, 1994:376) e foi inserido no quadro de nomeações da Universidade do Brasil por Gustavo Capanema, antes tendo sido professor de Antropologia Física, no curso de Sociologia e Ciências Sociais (1935-1937), e da cadeira de Geografia (1938) da UDF (MACHADO, 2002:91), o que atesta que Valverde não travou contato com o médico pernambucano apenas nas sessões da AGB. A frequência do médico e do geógrafo nas reuniões da AGB e nas

aulas da universidade, lecionando para seus ouvintes e alunos, decerto não foi evento de somenos importância para o entendimento do jovem Valverde acerca do sentido social que então se buscava para a prática científica e das esperanças que grandes nomes então depositavam no governo Vargas. Desde esse período, a referência do intelectual pernambucano ficou marcada nos horizontes do pensamento valverdiano, não sendo posteriormente apagada, mas, ao contrário, adquirindo cada vez maior evidência a partir de suas publicações nas décadas de 1940 e 1950, que apontavam para uma “Geografia de problemas”, com pronunciada ênfase nas contradições nordestinas. De fato, além de aspectos conjunturais (os quais não cabe aqui detalhar, pois são relativos a períodos que transcendem o foco temporal em evidência), isso ajuda a explicar, em parte, o profícuo interesse que o geógrafo carioca alimentou por essa região, principalmente até 1967, quando passou a se dedicar com mais afinco às questões amazônicas.

O envolvimento de Orlando Valverde nessas atividades compartilhadas no período com seus pares, com o mestre admirado de além-mar e com outros intelectuais que cruzaram seus anos universitários explica, em grande medida, seu direcionamento à colaboração com a política que seria implantada pelo Estado Novo em 1937. Mas essa terá sido uma razão parcial. Tal norte assumido pelo autor não causa surpresa quando se considera que, no escambo ideológico da própria UDF, malgrado um pretérito liberalismo e espírito progressista perecido diante da novidade dos tempos impetuosos do autoritarismo varguista, Fernando Antonio Raja Gabaglia vertia sua contribuição em aulas de Fisiografia, do mesmo modo que Delgado de Carvalho, em suas aulas de Geografia Humana, ambos seguidos por outros intelectuais de prestígio pelos quais Valverde já nutria antiga afeição.

Em olhar retrospectivo, o percurso desenhado até aqui certamente permaneceria incompleto se negligenciasse o fato de que, tanto em suas atividades paralelas quanto nas aulas que acompanharam seus anos universitários, as excursões proporcionaram a Valverde o contato direto com a observação, procedimento de pesquisa e aprendizado de suma relevância. Esse aspecto é sintetizado com maestria por ABREU (1994:205) quando referenda que *“não seria exagero afirmar que foi no trabalho de campo – e não nas faculdades – que a primeira geração de geógrafos obteve, verdadeiramente, a sua formação”*. Essa ressalva fundamental, somada à confluência densa de todos os eventos elencados até aqui, torna compreensível a afirmação de Valverde quando sugere que, não obstante as novas exigências curriculares impostas pela Universidade do Brasil, em sintonia com a intervenção federal no ensino, ele já havia se formado em 1938, apenas dois anos após seu ingresso na UDF.

Considerações finais

O propósito do presente texto foi o de discorrer sobre as bases formativas de Orlando Valverde, enfatizando sua trajetória escolar e universitária nas décadas de 1920 e 1930, mais especificamente até 1938, quando ocorreu seu ingresso no CNG (Conselho Nacional de Geografia), no Rio de Janeiro, na posição de primeiro geógrafo contratado.

No entanto, considerando que sua formação científica foi moldada, em grande parte, para além muros do ensino formal, também apresentamos elementos contextuais e atividades complementares vivenciados pelo geógrafo no período indicado, que ajudam a compreender outras influências geográficas e científicas – como também intelectuais e políticas – que recebeu e que tiveram, ao longo dos anos, ressonância em seus escritos.

Para além dos anos universitários do geógrafo revisitados no presente texto, como discutimos extensamente em nossa tese de doutorado (ADAS, 2006) é fato notório que Orlando Valverde adquiriu e construiu novos conhecimentos e que recebeu influências intelectuais fora do contexto acadêmico. Com efeito, isso ocorreu no decorrer de toda a sua trajetória profissional, em particular ao longo de décadas em que esteve imerso na ambiência do IBGE e nas quais produziu seus trabalhos, como também por meio de autodidatismo e curiosidade intelectual que o caracterizavam. Decerto, isso promoveu, ao longo de sua trajetória profissional, intelectual, cidadã e mesmo em seus últimos escritos em meados dos anos 2000, a continuidade do intercâmbio científico com outros geógrafos pátrios e estrangeiros, como também com “colegas em ciências afins”. Entre outros, eis um fato que torna a obra de Orlando Valverde singular e de interesse para as novas gerações de geógrafos!

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo, Edusp, 1994. p. 199-322.

ADAS, Sérgio. **Entrevista realizada com o professor Orlando Valverde**. Rio de Janeiro, 19 de maio de 2001.

_____. **O campo do geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964)**. São Paulo, Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006, 481 p. Tese de doutorado.

ALMEIDA, Roberto Schmidt de. **“Entrevista com Orlando Valverde”**. Rio de Janeiro, UFRJ/Fundação IBGE, 27/9/1996. Fita 1, lado A.

_____. **A geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998**. Rio de Janeiro, Instituto de Geociências da UFRJ, 2000, 712 p. Tese de doutorado.

ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza. **Geografia e geopolítica na formação nacional brasileira – Everardo Adolpho Backeuser**. Rio Claro, IGCE-Unesp, 2000, 274 p. Tese de doutorado.

BATTIBUGLI, Thaís. **A militância antifascista: comunistas brasileiros na Guerra Civil Espanhola (1936-1939)**. São Paulo, FFLCH-USP, 2000. 270 p. Dissertação de mestrado.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4. ed. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000. 480 p.

BUSS, Maria Dolores; GALVAN, Cesare Giuseppe; PARTES, Arlene M. M. “Entrevista com o professor Orlando Valverde”, **Geosul**, Revista do Departamento de Geociências-CCH, ano VI, n. 11, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1.º semestre de 1991.

_____. “Entrevista com o professor Orlando Valverde”, **Geosul**, Revista do Departamento de Geociências-CCH, ano VI, n. 12/13, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2.o semestre de 1991.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade do Distrito Federal (1935-1939)**. Rio de Janeiro, Centro de Estudos e Produção do Saber. Série Instituições Educacionais e Científicas 003. Rio de Janeiro, nov. 1994.

FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. **O discurso geográfico: a obra de Delgado de Carvalho no contexto da Geografia Brasileira (1913-1942)**. São Paulo, FFLCH-USP, 1994. 164 p. Dissertação de mestrado.

GEIGER, Pedro Pinchas. “Industrialização e urbanização no Brasil, conhecimento e atuação da Geografia”, **Revista Brasileira de Geografia**, n. especial, tomo 2, volume 50, Rio de Janeiro, IBGE, 1988.

_____. “Depoimento I: Contribuição à história da Geografia Urbana no Brasil”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo, Edusp, 1994. p. 363-384.

KAREPOVS, Dainis. **Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938**. São Paulo, Hucitec/ Editora Unesp, 2003. 454 p.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: Moderno, modernista, modernização. In: DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres (orgs.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo, Editora da Unesp, 1997. p. 93-114.

MACHADO, Mônica Sampaio. **A geografia universitária carioca e o campo científico-disciplinar da Geografia Brasileira**. São Paulo, FFLCH-USP, 2002. 194 p. Tese de doutorado.

MARTINS, Luciano (coord.). A Revolução de 30 em perspectiva: Estado, estrutura, poder e processo político. In: **A Revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro, set. 1980. Brasília, Editora da UnB, c. 1983. p. 669-689.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**. São Paulo, Hucitec, 1988. 156 p.

_____ **Território e história no Brasil.** São Paulo, AnnaBlume/Hucitec, 2002. 198 p.

PAIM, Antonio. **A UDF e a idéia de universidade.** Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1981. 144 p.

ROCHA, Genylton O. Rego da. “Delgado de Carvalho e a orientação moderna no ensino da Geografia escolar brasileira”, **Terra Brasilis**, ano 1, n. 1 (83-109), 2000.

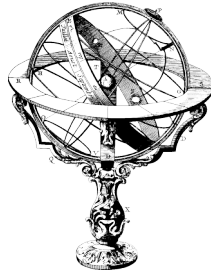
SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Estado Novo: um auto-retrato.** Brasília, Editora da UnB, 1983.

VALVERDE, Orlando. “Pré-história da AGB carioca”, **Terra Livre**, n. 10 (117-122), São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, jan.-jul. 1992.

_____ **Curriculum Vitae de Orlando Valverde.** Rio de Janeiro, 16 de abril de 1999, 13 p. (Versão fornecida por Orlando Valverde).

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo (O Brasil Republicano).** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. p. 65-105.

VICENZI, Lectícia Josephina Braga de. “A fundação da Universidade do Distrito Federal e seu significado para a educação no Brasil”, **Forum Educacional.** Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, jul.-set. 1986.



Orlando Valverde (1917 – 2006)
Um geógrafo brasileiro de renome
internacional – entusiasta e
entusiasmante

Gerd Kohlhepp

*Professor Emérito no Instituto de Geografia da
Universidade de Tübingen - Alemanha*

Quais eram as condições institucionais e científicas no desenvolvimento das carreiras de jovens geógrafos brasileiros nos anos de 1930? A pesquisa geográfica geral e regional sobre o Brasil já havia iniciado há décadas, mas estava limitada a poucas publicações. Depois de primeiros estudos de geógrafos franceses como Pierre Denis, do franco-brasileiro Delgado de Carvalho, dos alemães Johann Wappäus, Alfred Hettner, Bernhard Brandt, Otto Maull, Reinhard Maack¹ e do norte-americano Preston E. James, o

Brasil passou a ser mais fortemente o foco dos geógrafos europeus a partir de meados dos anos de 1930. Devido à situação política na Alemanha, onde havia severas restrições para estadas de geógrafos no exterior, os geógrafos franceses, que já lecionavam no Brasil, ocuparam posição líder na pesquisa sobre o Brasil.

Em 1933, quando de uma visita ao Brasil, Emmanuel de Martonne, Secretário Geral da União Geográfica Internacional (UGI) (1931-38) sugeriu a associação da geografia brasileira à UGI. Neste contexto Pierre Deffontaines assumiu a nova cátedra de Geografia na fundação da Universidade de São Paulo em 1934, fundando também a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB). Quando Deffontaines mudou para o Rio de Janeiro, Pierre Monbeig assumiu a sucessão no cargo. A partir de 1940, Francis Ruellan lecionava no Rio de Janeiro. Os geógrafos franceses desempenharam suas tarefas no Brasil por um tempo mais longo por causa da segunda guerra mundial².

Na Alemanha dos tempos nazistas, o requerimento de viagem de pesquisas ao Brasil, de Oskar Schmieder e de Herbert Wilhelmy foi negado devido à falta de divisas em 1936. Leo Waibel também havia requerido autorização para pesquisas no Brasil no início de 1937, pesquisa que seria a base de sua planejada “geografia dos trópicos”. A autorização inicialmente já obtida foi revogada em meados de 1937 devido a sua expulsão da cátedra e por ter sido suspenso de todas as suas funções³. Assim, somente em 1946, depois do seu exílio nos EUA e de posse da cidadania norte-americana ele foi para o Brasil. A pesquisa alemã sobre o Brasil

1 Reinhard Maack emigrou em 1923 para o Brasil, concluindo mais tarde seus estudos universitários em geologia e geografia em Berlim (Cf. Kohlhepp, 2013, p.36).

2 Bernardes (1982).

3 A expulsão deu-se por causa das novas leis do regime nazista com a discriminação racial dos judeus. Como a sua esposa era judia e por ele não ter aceitado a opção de um divórcio, foi expulso sem possibilidades de recurso.

somente teve continuidade com o convite a Gottfried Pfeifer pelo seu antigo professor Leo Waibel em 1950 durante sua estada no CNG no Rio de Janeiro.

Segundo sugestão da Academia Brasileira de Ciências de criar um Comitê Nacional de Geografia com fins de acesso à UGI foi fundado o Conselho Nacional de Geografia (CNG) no Rio de Janeiro como repartição estatal no ano de 1937. A partir de 1938 e no âmbito de uma reorganização administrativa, o CNG passou a fazer parte - com o Conselho Nacional de Estatística - do novo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com o CNG surgiu na ditadura de Getúlio Vargas uma instituição subordinada ao Governo Central, “um organismo de coordenação das atividades geográficas brasileiras”⁴, assumindo a função de consultoria e informação para o governo e outras instituições estatais.

Nesta fase do Estado Novo, dominada pelo nacionalismo e populismo foi de suma importância para o Governo, desenvolver uma estratégia política para a exploração do interior para o melhoramento dos conhecimentos do território nacional no sentido de fomentar a integração nacional para o alcance da redução de desigualdades regionais do país. Conhecimentos sobre a situação do desenvolvimento das diferentes regiões do Brasil eram muito úteis. No Brasil se fez necessária a intensificação do levantamento cartográfico do território nacional e pesquisas das identidades e potencialidades regionais. Com a fundação do CNG havia então um instrumento apropriado para, por meio da realização de estudos básicos, colocar à disposição das repartições públicas, a base de planejamento para eventuais projetos de desenvolvimento. Com a participação de geógrafos brasileiros no Congresso Internacional de Geografia em Paris em 1931 e com a adesão do Brasil à UGI,

4 CNG (1939, p. 9).

deram-se os primeiros contatos internacionais e a inclusão de métodos da geografia científica moderna chegaram ao Brasil⁵.

No final dos anos 30 surgiu a primeira geração de geógrafos com formação universitária no Brasil que se dedicou à análise geográfica da sua pátria com grande engajamento. Muitos geógrafos trabalharam no serviço escolar e tentavam conseguir as poucas vagas previstas no quadro de cientistas nas universidades das metrópoles ou junto ao CNG. Naturalmente havia concorrência entre jovens geógrafos brasileiros na busca de reconhecimento científico numa disciplina especializada que ainda estava em desenvolvimento. Muitas vezes as condições logísticas eram precárias. O CNG possibilitou a publicação dos resultados de pesquisas com a edição das revistas científicas “Revista Brasileira de Geografia” (desde 1939) e “Boletim Geográfico” (desde 1943), dando com isso acesso a informações regionais específicas e especializadas para instituições estatais e aos cientistas, tanto nacionais como internacionais. A instituição do CNG fortaleceu a geografia científica no Rio de Janeiro, depois que a AGB – até a sua expansão a nível nacional em 1946 - tinha sua competência restrita a São Paulo.

A carreira de Orlando Valverde

Orlando Valverde (*16.04.1917 - †16.06.2006, Rio de Janeiro) formou-se Bacharel em Geografia e História obtendo a Licenciatura em Geografia pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro em 1940. Nessa época lecionavam no Rio, entre outros, Carlos Delgado de Carvalho, Josué de Castro, Artur Ramos que em parte eram de outras disciplinas e os franceses Pierre Deffontaines e Francis Ruellan. Como estudante, em 1938, Orlando Valverde já trabalhava no CNG. Depois de

5 Vide Monteiro (1980); Andrade (1995).

formado, lecionou geografia assumindo, logo depois como primeiro geógrafo contratado pelo CNG como “geógrafo”, a função especializada no quadro de funcionários do CNG. Valverde era fascinado pela pesquisa sobre as bases geográficas do Brasil e queria conhecer a diferenciação dos espaços naturais e culturais da sua pátria como as formas de vida e econômicas do seu povo, o que fez em incontáveis excursões. O objetivo de Valverde era tornar-se geógrafo, mas como antigamente no Brasil esta profissão ainda não era reconhecida, foi um dos membros fundadores da Associação de Geógrafos Brasileiros, responsável por importantes impulsos⁶.

Para os primeiros recém-formados em geografia não havia ainda, no Brasil, a possibilidade de mestrado e doutoramento⁷. Devido à segunda guerra mundial não era possível realizar programas de pós-graduação na Europa, sendo que os Estados Unidos eram a única alternativa. Também nos EUA não eram concedidas bolsas de estudos para doutorandos nos anos da segunda guerra mundial, pois muitos professores cumpriam serviço militar. No entanto, a direção do CNG estava empenhada em oferecer aos melhores colaboradores a possibilidade de aperfeiçoamento científico nos EUA. Assim, em meados de 1945, Fábio de Macedo Soares Guimarães⁸, Orlando Valverde, José

6 Informações pessoais de Orlando Valverde, com o qual o autor tinha estreito contato desde 1965.

7 A primeira tese de doutorado foi apresentada na USP em 1944: Maria da Conceição Vicente de Carvalho: “Santos e a geografia urbana do Litoral Paulista”. Somente desde os anos de 60 e 70 e adiante alguns Institutos de Geografia receberam o direito para cursos de pós-graduação e de doutoramento. Nessa época as bancas eram formadas por colegas, na maioria, com doutoramento no exterior.

8 Ele era planejador regional e membro da comissão fundadora do CNG. Em julho de 1941 ele havia elaborado uma sugestão para a estrutura regional do Brasil, que foi aceita pelo Governo Vargas em 1942 (vide: Divisão regional do Brasil. Rev. Bras. de Geografia, 3 (2), p. 318-373, 1941; reeditado em 1988: RBG, 50, n. especial, t.1, p. 9-66). Quando ele foi para Madison em 1945, já ocupava o cargo de Chefe da Secção de Estudos Geográficos do CNG.

· Gerd Kohlhepp ·

Verissimo da Costa Pereira, Speridião Faissol, Ney Strauch, Lúcio de Castro, Lindalvo Bezerra dos Santos e outros foram enviados para universidades americanas⁹ – mesmo que a guerra dos aliados com o Japão ainda não tenha sido terminada. Os dois primeiros mencionados foram para a Universidade de Wisconsin, em Madison¹⁰.

Lá já se encontrava Leo Waibel, geógrafo alemão de alta reputação, que perdera sua cátedra em Bonn em 1937 obtendo asilo político nos Estados Unidos. Waibel fora convidado para ir aos EUA pelo seu ex-doutorando Karl Pelzer. Depois da sua chegada a Nova Iorque em março de 1939, Waibel teve dificuldade em conseguir emprego em uma universidade¹¹. Nos Estados Unidos, Carl O. Sauer possuía posição de liderança na geografia em Berkeley. Infelizmente havia entre Waibel e Sauer divergências tanto científicas como pessoais - certamente também prevalecia competição dos colegas americanos em relação a estrangeiros (Bell, 2016). De setembro de 1941 a maio de 1944, Waibel pôde substituir os colegas Hartshorne e Sterling em Madison/Wisconsin pois estes tinham sido convocados para o serviço militar. Waibel estava muito decepcionado com a qualidade da formação escolar e universitária como também do nível em geral da geografia nos EUA - Waibel era conhecido por suas severas críticas¹².

9 Nos tempos pós-guerra, muitos geógrafos do CNG foram enviados como pós-graduantes para estadas na França para a obtenção de doutoramento (Cf. Lima, 2003; Kohlhepp, 2015, nota de rodapé 9).

10 Em 1942, Jorge Zarur também já se encontrava em Madison durante sua estada de estudos nos EUA (1941-43).

11 O "Emergency Committee in aid of displaced foreign scholars" (New York) o apoiava – além de outros 287 pessoas como Thomas Mann, Herbert Marcuse entre outros – como único geógrafo (Bell, 2016). Isaiah Bowman (Johns Hopkins University, Baltimore) lhe possibilitou uma tarefa científica pela elaboração de relatórios até 1941.

12 American geography is in a severe crisis indeed" (Carta de Waibel a Isaiah Bowman, 12.01.1945) e 29.03.1945. Carta a Alfred Philippson, Bonn, 17.09.1946 (citado por: Bell, 2016) e a Gottfried Pfeifer, antigamente em Hamburgo, 26.12.1946 (arquivo privado do autor em Tübingen).

Bowman também criticava a qualificação dos estudantes e a falta de conhecimentos linguísticos para a leitura da literatura estrangeira especializada¹³, embora esta situação tenha sido, em parte, causada pela convocação para o serviço militar de muitos estudantes. Como Waibel tinha uma carga de ensino muito grande e pelo seu “*miserable english*”¹⁴ procurou possibilidades para se concentrar na pesquisa. Mesmo tendo se tornado cidadão norte-americano em maio de 1945, ele não conseguiu um cargo como *Full Professor*, já que os colegas americanos retornaram às suas cátedras depois do final da guerra.

Quando Orlando Valverde e Fábio de Macedo Soares Guimarães chegaram à Madison, Waibel trabalhava desde meados de 1944 para o *Project "M"* (*migration*) do Governo dos EUA, instituído pelo Presidente Roosevelt para estudos do eventual assentamento de refugiados europeus na América Central depois do final da segunda guerra mundial¹⁵. Em Madison, Orlando e Fábio eram participantes fervorosos das aulas e seminários de Waibel. Ambos desistiram do programa oficial de M.A. em Madison, certamente uma decisão corajosa, pois o Professor Trewartha insistiu na participação dos dois do seu seminário e não no de Waibel¹⁶. Waibel conduziu então o seminário de geografia dos trópicos em caráter privado para os dois candidatos. Para Waibel, a situação em Madison havia se aguçado de forma dramática: O Presidente Truman suspendeu o *Project "M"* em 1946, sua carreira universitária não pôde ser levada adiante depois da mudança na

13 Cf. Kohlhepp, 2013, p. 33, nota de rodapé 12, 13. Vide também: Trewartha (1979).

14 Waibel em carta a Philippon em 17.09.1946 (Vide nota de rodapé 12).

15 Kohlhepp (2013); Bell (2016). Devido ao baixo número de estudantes, a função de Waibel no quadro foi reduzida à metade com salário igualmente reduzido.

16 Buss et al. (1991/92), entrevista com Orlando Valverde; e informações pessoais de Orlando ao autor.

direção do Instituto Geográfico¹⁷ e o planejado projeto “*Research project on settlement in Latin America*”, para o qual Waibel havia previsto Orlando e Fábio como colaboradores, não obteve financiamento. Para Orlando a situação também se tornou difícil - sem prorrogação da sua bolsa de estudos.

Nesta situação, a carreira de Waibel e a ascensão científica de Orlando foram decididas pelo convite oficial do Secretário-Geral do CNG (1937-1950), Engenheiro Christóvam Leite de Castro a Leo Waibel para exercer a função de consultor científico dessa Instituição no Rio de Janeiro¹⁸. Depois do final da segunda guerra mundial, o Brasil encontrava-se numa fase de desenvolvimento econômico e informações geográficas sobre o potencial do país eram urgentemente necessárias. Assim foram iniciados “os anos dourados da Geografia Brasileira” (Lima, 2003). Orlando retornou dos EUA em agosto de 1946 e Waibel iniciou suas atividades junto à CNG em setembro de 1946. O conhecimento da metodologia da geografia alemã influenciou duradouramente a orientação científica de Orlando. Waibel, que já planejava a “Geografia dos Trópicos” desde alguns anos, assumiu com grande engajamento este cargo no CNG até 1950. Waibel tinha Orlando como seu mais estreito colaborador e acompanhante em todas as excursões pelo Brasil¹⁹.

17 Com isso, a questão da aposentadoria de Waibel nos EUA ficou sem solução. Devido à situação como ex-professor em Bonn, a questão da compensação e indenização no caso da injustiça da demissão, como também a regulamentação do seu salário e seus direitos a aposentadoria ainda não estavam esclarecidos na Alemanha.

18 Carta de Waibel a Gottfried Pfeifer, 26.12.1946, do Rio de Janeiro: “Minha tarefa é o exame sistemático dos “pioneer belts” do Brasil. De certa forma, eu tenho um marco histórico a cumprir: eu devo mostrar à administração que a geografia não é somente uma disciplina acadêmica, mas que ela também possui grande significado prático para o planejamento regional, possibilidades de colonização etc.” (tradução cf. Kohlhepp, 2013, p.35).

19 Vide Kohlhepp (2013); outros colaboradores próximos a Waibel foram Lysia M. Cavalcanti Bernardes, Nilo Bernardes, Walter A. Egler, Pedro P. Geiger, nos anos de 1946 e 1947 Sperião Faissol também fez parte deste grupo durante os trabalhos de campo no Sul de Goiás e nos estudos relacionados à mudança da capital para o Planalto Central.

Como colaborador mais importante de Waibel, Orlando pode realizar uma série de excursões entre 1946-50 para as mais diferentes regiões do Brasil (entre outras o Planalto Central, Sul e Leste do Brasil). Ele foi decisivamente marcado pelo trabalho conjunto com Leo Waibel²⁰. Como Waibel, Orlando ocupou-se da intensa observação de campo e com a sistemática de interrogatórios, que à noite eram detalhadamente discutidos com o grupo de trabalho. Acresce ainda a elaboração minuciosa dos diários, o que mais tarde continuou a fazer. Os estudos da literatura multidisciplinar eram muito valorizados por possibilitar o entendimento mais detalhado de problemas complexos sob diferentes perspectivas especializadas²¹. Ele obteve grandes méritos não somente pelas traduções das publicações e textos em inglês de Leo Waibel para o português, mas também pela tradução de trabalhos em francês dos colegas franceses Pierre Deffontaines, Jean Tricart, entre outros, que foram então publicados no Boletim Geográfico e na Revista Brasileira de Geografia²².

No ano de 1950, depois do final do seu contrato, Waibel deixou o Brasil para assumir uma cátedra como professor visitante na Universidade de Minnesota, em Minneapolis, EUA, nos anos acadêmicos de 1950/51. Muitas vezes Waibel considerou a

20 Cf. Valverde (1968b).

21 Assim, entre outros, Caio Prado Jr. e Gilberto Freyre, os quais Waibel encontrou num Summer School em Michigan em 1939; vide Waibel (1950), Adas (2006), Kohlhepp (2013).

22 Orlando dominava o alemão de uma forma básica podendo assim elaborar recensão detalhada da tese de doutoramento do autor em língua alemã sobre a "Geografia Industrial do Nordeste de Santa Catarina" (Heidelberg 1968) na Revista Brasileira de Geografia, 31 (2), 1969, p.81-85.

O autor chegou ao Brasil pela primeira vez em setembro de 1962 para efetuar trabalhos de campo para a sua dissertação junto ao Centro de Pesquisas da Geografia do Brasil (CPGB) da UFRJ no Rio de Janeiro e em 1965 conheceu Orlando Valverde e seu grupo de trabalho no IBGE em muitas estadas no Brasil, o acompanhando também em excursões e durante o seu semestre como professor visitante na Universidade de Heidelberg em 1967.

possibilidade de retornar ao Brasil depois do seu trabalho junto à Universidade de Minnesota, no intuito de se dedicar a outras pesquisas e à elaboração da “Geografia dos Trópicos” e da “Colonização do Brasil”. Devido a um escândalo de corrupção no CNG, a demissão de toda a diretoria da Divisão de Geografia, uma nova diretoria - cuja qualificação científica Waibel depreciava - como também uma campanha indigna na imprensa e influência exercida pelos militares sobre a política de pesquisas e de pessoal, Waibel desistiu de voltar ao Brasil²³.

Orlando e outros colegas que trabalharam com Waibel tiveram que lidar com uma situação nova e conseguir conceito científico próprio através de publicações independentes. Com base em sua experiência junto a Waibel, Orlando sempre dividia os trabalhos do CNG em duas fases: O tempo *antes* de Waibel e o tempo *após* Waibel. A última baseada nas experiências metodológicas, extensos trabalhos de campo e a sistematização dos resultados das pesquisas. Orlando influenciou decisivamente esta fase de desenvolvimento geográfico no CNG após Waibel. Muito rapidamente Orlando recebeu o merecido reconhecimento do CNG, ocupando então importantes cargos. Foi Chefe dos Departamentos Sul e Leste como também Diretor da Divisão de Geografia (1954-56). Paralelamente assumiu funções extraordinárias como por exemplo na Campanha Nacional de Educação Rural do Ministério da Educação (1952-1954), no Serviço Rural do Ministério da Agricultura (1958-60) e na SUNAB²⁴.

23 Cartas de Waibel de Minneapolis/EUA a Pfeifer de 15.03. e 08.05.1951 (Arquivo particular do autor em Tübingen). Vide: Kohlhepp 2013, 2015. - A nomeação como professor da Universidade de Madison, Wisconsin, foi negada pela administração daquela Universidade, por motivos de idade de Waibel. Assim ele viajou em 1951 numa primeira viagem de informação à Alemanha, desde a sua saída em 1939, falecendo em 04.09.1951 em Heidelberg.

24 Vide: Kohlhepp, 2013.

O oeuvre científico de Orlando Valverde ²⁵

No âmbito do Congresso Internacional de Geografia da UGI em 1956, no Rio de Janeiro, foram realizadas inúmeras excursões para as mais diferentes regiões brasileiras. Com base em seus estudos de longos anos sobre a colonização europeia no Sul do Brasil foram concedidas a Orlando a chefia da excursão e a publicação (1957a) do guia bem fundamentado da excursão ao Planalto Meridional do Brasil. Uma série de estudos regionais mostra o seu abrangente conhecimento sobre o país. Exemplos marcantes desse conhecimento são, sem dúvida, o Vale do Rio São Francisco (1944), o Sertão no Ceará (1952), o trabalho sobre o uso da terra no nordeste da Paraíba (1955) com explicação detalhada das estruturas dos espaços naturais e econômicos no perfil da Zona da Mata via o Agreste até o Sertão - acompanhada de impressionante descrição das camadas sociais no Brejo. Ou mesmo no estudo sobre a situação social e econômica da palmeira de babaçu no Meio Norte do Maranhão (1957b), no qual foram examinados não somente as formações econômicas e sistemas de produção agrícola mas também intensamente os problemas sociais.

Orlando não se contentava com a simples análise dos problemas – nos seus trabalhos ele colocava recomendações para o planejamento espacial na zona rural da sua área de trabalho. Em 1957 e em seguida a este trabalho, o Governo Brasileiro implementou o “grupo de estudos babaçu” mas não adotou as sugestões e exigências de Orlando. Ele também terminou o manuscrito de Waibel sobre as zonas pioneiras para publicação em 1955²⁶ e por sua iniciativa foi publicado o livro “Capítulos de

25 Parte das exposições deste capítulo foram extraídas de uma publicação do autor em: Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, 3 (1), p.27-54, 2015, (Cf. Referências neste trabalho).

26 Leo Waibel: As zonas pioneiras do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, 17 (4), p. 389-422 (publicação póstuma).

Geografia Tropical e do Brasil” pelo CNG (1958/1979), coletânea de 12 trabalhos de Waibel.

Orlando publicou trabalhos de profundo conhecimento geográfico regional sobre as antigas áreas de colonização no Rio Grande do Sul (1948), a imigração italiana e sua influência sobre a economia brasileira (1961a) como também sobre a Zona da Mata de Minas Gerais (1958), a Mata Pernambucana (1960), o Baixo Açu no Rio Grande do Norte (1961b) e o Seridó Paraibano (1983, colaboração de J.Grabois). Estes estudos pertencem às melhores análises sobre regiões brasileiras e mostram uma visão geral da situação de antigamente, muito antes das influências da modernização. Infelizmente, alguns desses trabalhos não são mais citados em trabalhos no Brasil em estudos atuais.

Na publicação “A geografia agrária do Brasil” (1964), Orlando segue a linha de ideias do seu mestre Leo Waibel. Após uma discussão metodologicamente fundamentada que continha novos aspectos para o Brasil, Orlando tratou as diferenciadas bases naturais da agricultura brasileira segundo as grandes regiões tropicais e subtropicais. Na parte “Quadro geoeconômico”, ele diferenciou as formas econômicas da coleta selvagem, típica das economias de subsistência e da coleta comercial (borracha, babaçu, carnaúba, madeira, erva-mate) incluindo os processos de desenvolvimento, áreas de distribuição, *marketing* e estruturas econômicas e sociais.

O planejado volume 2 sobre a geografia agrária não foi publicado devido a problemas da época. Alguns capítulos do livro, já prontos, foram então publicados separadamente como segue: muito instrutivo o trabalho sobre a fazenda do café no Brasil colonial (1967a), as tendências comerciais nas plantações brasileiras (1973), as formas de criação de gado bovino no Brasil e a estrutura do sistema econômico de pastos (1967b), sobre o sistema agrícola de

roças (1968c), cultivo itinerante de grupos de tribos indígenas, a rotação de terras primitiva de caboclos e a rotação de terras melhorada, orientada para o mercado no sentido de Waibel²⁷. Em um estudo sobre *shifting cultivation*, publicado na Alemanha (1971a) e que ampliava os trabalhos anteriores, ele apresentou as experiências colhidas em outras regiões tropicais, sobretudo, durante a colonização européia no sul e no sudeste asiático. No Brasil “é indispensável levar em conta os três níveis econômico-sociais dos que praticam o sistema de roças”: o “estágio indígena”, o “estágio cabloco” e o “estágio comercial”. Nos Estudos da Geografia Agrária (1985), Orlando resumiu suas amplas experiências (1977, entre outras).

Ele sempre estava pronto a ajudar os colegas estrangeiros nos seus empreendimentos de pesquisa. Quando Gottfried Pfeifer, um discípulo de Waibel e desde 1949 catedrático na Universidade de Heidelberg - onde trabalhou o renomado geógrafo alemão Alfred Hettner durante as primeiras décadas do século XX - planejou uma viagem de pesquisas ao sul do Brasil, Orlando o apoiou com ajuda do CNG²⁸. Isto significou o início de uma intensa cooperação²⁹.

Na segunda metade dos anos 60 havia um interesse crescente e concentrado de Orlando pela Amazônia. Nos chamados programas de desenvolvimento do governo militar do Brasil e no âmbito do modelo de desenvolvimento orientado para o crescimento econômico, a Amazônia foi alvo do capital nacional e internacional e

27 Cf. Waibel (1949).

28 Como Orlando não podia viajar por motivo de compromissos, enviou duas geógrafas do CNG, Irene Garrido Filha e Maria Novaes Pinto, que colaboraram com Gottfried Pfeifer e seu assistente Gerd Kohlhepp durante a viagem de quase 8 semanas com a finalidade de pesquisas de geografia econômica e social nos três estados do sul. Além disso, o CNG colocou mais um veículo com motorista à disposição.

29 Em 1969/1970, Regina Mousinho de Meis e Maria Novaes Pinto trabalharam como cientistas visitantes em Heidelberg.

assim de numerosos conflitos de interesse com prejuízo para os povos indígenas e o meio ambiente. Os primeiros resultados de seu intenso trabalho de campo estão registrados na monografia sobre a nova estrada Belém-Brasília (1967c) elaborada em conjunto com Catharina Vergolino Dias – uma contribuição da pesquisa regional fundamental com importantes resultados sobre as consequências geo-econômicas para a povoação na construção desta estrada que atravessa as florestas tropicais da Amazônia oriental na parte norte com repercussões ecológicas extremamente negativas. Vale a pena ler as considerações sobre os fundamentos geográficos da política de construção de estradas que encerram este volume.

Orlando sentia o desafio e o compromisso da pesquisa geográfica regional, de ocupar-se mais intensamente com a pesquisa aplicada sobre a exploração da Amazônia e opor-se, com conhecimentos científicos, aos planos estatais do desenvolvimento regional mal conduzido e às intervenções do “capitalismo selvagem”. Assim, ele tentou instalar, junto ao IBGE, um programa abrangente de pesquisas geográficas sobre a Amazônia e lançar um dos projetos numa cooperação Brasil-Alemanha. Ele queria realizar sua idéia de um pequeno navio de pesquisas que portaria o nome “Leo Waibel” – em homenagem aos seus serviços para a geografia brasileira - e que serviria de base para trabalhos de campo na Amazônia.

Orlando passou o semestre de verão de 1967 na Universidade de Heidelberg como Professor Visitante. Ele achava um estímulo poder trabalhar no Instituto no qual Leo Waibel tinha defendido sua tese de doutorado com Hettner. Nesses meses de 1967 Orlando teve a oportunidade de conhecer também as formas originais de povoamento e dos lotes que ele havia achado com Waibel no sul do Brasil nas regiões dos descendentes de imigrantes alemães³⁰. Com grande entusiasmo e junto com os colegas Gottfried

30 Cf. Kohlhepp (2013, p.45) e nota de rodapé 43 desse trabalho.

Pfeifer, Chefe do Centro de estudos geográficos sobre o Brasil em Heidelberg, Hanna Bremer, Gisbert Glaser e Gerd Kohlhepp planejou temas que poderiam ser de interesse especial sob o ponto de vista da população, da economia e da geografia social como também da ecologia tropical além de grande significado para o planejamento regional na Amazônia. A idéia do navio para os trabalhos planejados na Amazônia foi intensamente discutida. Planos de desenvolvimento mais detalhadas para a Amazônia do governo militar que estava no poder desde 1964, ainda não eram conhecidos.

Em colaboração com os colegas alemães, Orlando elaborou um programa de pesquisas que foi apresentado a uma fundação científica na Alemanha para financiamento. O plano do navio fora incluído neste programa de pesquisas. O lado alemão financiaria o motor do navio, alguns instrumentos e as pesquisas dos participantes alemães, o lado brasileiro deveria assumir o casco do navio, os custos da tripulação bem como os custos com cientistas brasileiros. O projeto foi outorgado pelo lado alemão em dezembro de 1969. A questão da construção do navio, ligada ao projeto, sofreu grande atraso junto ao IBGE. Em agosto de 1971 foi firmado um Acordo de Cooperação entre o Instituto Brasileiro de Geografia (IBG) da Fundação IBGE e o Instituto de Geografia da Universidade de Heidelberg³¹.

Considerando o planejamento estatal para Amazônia, o momento do projeto parecia favorável. Porém, a situação no Brasil e principalmente a no IBGE foi avaliada de maneira errônea pelos envolvidos, devido à situação política, financeira e administrativa da época. O IBGE, que se encontrava cada vez mais à sombra da nova liderança política, passou por controvérsias pessoais e polêmica entre dois grupos de cientistas que já há muito mostravam

31 Carta do Diretor-Superintendente do IBG, Miguel Alves de Lima, a Gottfried Pfeifer, 19.10.1971 (Arquivo do autor).

diferenças de ideologias políticas³² e de conteúdo da metodologia científica. Os dois grupos mostravam grandes diferenças quanto à necessidade da realização de trabalhos de campo, sob a influência da geografia quantitativa. Apesar da falta de dados estatísticos no Brasil e pouca simpatia com relação aos métodos quantitativos entre a maioria dos geógrafos do IBGE, a pesquisa de campo foi desclassificada pelos favorecedores da geografia quantitativa como “tradicional”.

Orlando era defensor veemente do grupo de trabalhos de campo sem considerações “diplomáticas” o que fez com que tivesse dificuldades diretas e indiretas nas suas atividades - não abandonando, no entanto, a sua convicção. No começo dos anos 70 a geografia encontrava-se sob pressão por causa da decisão do Ministério do Planejamento de realizar um convênio entre o IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e devido ao economistas nas posições de liderança do IBGE, alheios à disciplina de geografia - o que impedia ainda mais a pesquisa de campo³³.

As dificuldades quanto à construção do navio e as aversões pessoais entre colegas brasileiros³⁴ certamente também contribuíram para o retardamento do programa de pesquisas sobre a Amazônia. Isto conduziu a problemas da prorrogação da concessão de 1969 junto à fundação financiadora. O IBGE instituiu “a criação de um Grupo de Pesquisas da Amazônia no Departamento de Geografia, cuja coordenação foi entregue ao Prof. Orlando Valverde”³⁵, no

32 Grupo Fábio/Lysia contra o grupo Zarur/Faissol, vide: Almeida (2000, p.188: “gangorra” de postos de poder” -Faissol); Adas (2006). - Informações pessoais de Orlando Valverde, Lysia M. Cavalcanti Bernardes, Nilo Bernardes, entre outros; Vide: Lima (2003), IBGE (2013). - Durante muito tempo os dois grupos alternaram-se na chefia da Divisão de Geografia.

33 Cf. Evangelista (2005). - „No caso dos presidentes (do IBGE), à maioria dos casos, vinculou-se a não familiaridade com os métodos de trabalho dos geógrafos...” (Almeida 2000, p.284).

34 Vide: Adas (2006, p.86).

35 Carta de Speridião Faissol, Superintendente de Pesquisas e Desenvolvimento, Fundação IBGE, de 06.06.1974 ao autor (Arquivo do autor).

entanto a realização do projeto não pode ser sucedida devido a complicações com a construção do navio. Orlando havia tentado tudo para a realização do programa conjunto de pesquisas tendo, no entanto, subestimado as dificuldades financeiras e a solicitude da diretoria do IBG e da chefia do IBGE de levá-lo adiante. Acresce ainda as restrições dos militares para a Amazônia. Havia desconfiança, nervosismo e controle em relação a quaisquer atividades de estrangeiros nesta região numa época de situação muito tensa na política interna e de atividades de grupos, chamados de “terroristas” pelo governo militar.

Finalmente, para grande decepção de Orlando, o IBGE não pôde realizar o projeto do navio de modo que o programa bilateral de pesquisas não se realizou e a parte dos cientistas alemães teve que ser completamente reorganizada³⁶. Os meios financeiros concedidos para o motor do navio tinham que ser devolvidos à fundação alemã. Mas, devido à construção de estradas na Amazônia havia então novas possibilidades de acesso espacial e com isso a ampliação da temática do programa original pelo lado alemão. Depois de muitas dificuldades administrativas tanto do lado alemão como brasileiro, o programa foi incluído no Acordo Alemanha-Brasil de Cooperação Científica e Tecnológica em março de 1973 e com isso a autorização oficial para pesquisa para os participantes alemães estava garantida³⁷. Isto foi de grande significado para a realização das

36 A situação havia mudado completamente, também para os participantes alemães do planejado projeto na Amazônia. O Acôrdo de Cooperação foi firmado com a Universidade de Heidelberg, tendo sido entrementes abandonado por todos os participantes e que assumiram, em parte, outras atividades: Gottfried Pfeifer se aposentou, Gisbert Glaser seguiu para a Unesco em Paris, Hanna Bremer foi nomeada para a cátedra de geografia física na Universidade de Colônia e Gerd Kohlhepp para a cátedra de geografia cultural da Universidade de Frankfurt. Em Heidelberg não mais foram realizadas pesquisas sobre o Brasil a partir de 1972.

37 Pelo lado alemão as pesquisas foram quase que totalmente realizadas por Gerd Kohlhepp, desde 1973 (e até 1978) na Universidade de Frankfurt (vide: Kohlhepp (2013, p. 60/61).

pesquisas. Estes trabalhos foram acompanhados por Orlando com grande interesse científico e sugestões, pelo que o autor sempre lhe foi muito grato.

Certamente a Geografia Brasileira havia perdido a chance da pesquisa da geografia aplicada e de participar mais ativamente da discussão concepcional de planejamento e ordenamento espacial na Amazônia. Isto não se aplica no caso do Orlando que não se deixou desencorajar pelas tentativas de impedi-lo no seu objetivo. Orlando participou de inúmeras excursões – por vezes ainda com caráter de expedições – onde analisou o desenvolvimento regional da Amazônia no local concluindo com avaliação crítica.

Em 1967 tornaram-se públicos os absurdos planos dos “Grandes Lagos Amazônicos” de Herman Kahn do Instituto norte-americano Hudson para represa do Rio Amazonas e alguns dos seus afluentes. Orlando via o projeto como grave ameaça à soberania nacional. Depois de fervorosas discussões ele fundou em 1967, juntamente com Henrique Miranda³⁸ e alguns cientistas e amigos a ONG “Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia” (CNDDA) e, com a ajuda do ex-governador do Estado do Amazonas, Artur César Ferreira Reis, conseguiu o encaminhamento do projeto do Instituto Hudson ao Congresso Nacional. De lá foi exigido um parecer do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), cujo relator solicitou ajuda ao CNDDA³⁹. O parecer do EMFA era embasado no relatório coordenado por Orlando (Fia, 2010)⁴⁰. A idéia de ligar o Amazonas a Bacia de La Plata por um canal não foi concretizada. No entanto, foram construídas usinas hidroelétricas que até hoje apresentam grandes problemas para a população local, o meio ambiente e os afluentes do Rio Amazonas.

38 Ex-Secretário-Geral do Centro de Estudos de Defesa do Petróleo da Economia Nacional e, mais tarde Diretor e Conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

39 A CNDDA foi a segunda ONG fundada no Brasil (Fia, 2010).

40 Vide: Valverde (1971b).

Em dois abrangentes volumes (1979, 1989b) Orlando, juntamente com um grupo de colegas e colaboradores, examinou as consequências espaciais da Transamazônica chegando a novas conclusões essenciais quanto à problemática de processos de desenvolvimento não adaptados e suas influências sociais, econômicas e espaciais como também consequências ecológicas na frente pioneira. À luz das suas exposições, políticos brasileiros responsáveis pelo tema do desenvolvimento poderiam ter aprendido muito sobre as dificuldades básicas do envolvimento de regiões de florestas tropicais em conceitos modernos de desenvolvimento.

O programa de desenvolvimento regional “Grande Carajás”, intensamente discutido, foi analisado por Orlando e publicado livro sob o título “Planejamento da destruição”(1989a). Tendo estudado os “polos industriais” no que se refere às considerações teóricas e pragmáticas da localização com relação a experiências internacionais no setor, ele reconheceu o desafio perigoso do fornecimento de energia e apresentou os problemas ecológicos e sócio-econômicos de mega-projetos. Suas conclusões e recomendações mostram seu profundo conhecimento da euforia de planejamento falha sem consideração com a população atingida no Maranhão.

Desde meados dos anos 60 e, principalmente depois de sua aposentadoria no IBGE em 1982, sua carreira científica, muito bem-sucedida foi acompanhada de grande dedicação em suas atividades para a proteção das florestas tropicais da Amazônia e da sua população diante a destruição do meio ambiente, exploração social e econômica no âmbito da CNDDA⁴¹, por ele liderada.

Sua incessante e fundamentada crítica ao planejamento de desenvolvimento para a Amazônia desde os anos 60 era temida pelos seus adversários científicos e políticos – mas respeitada. Com a revista “A Amazônia Brasileira em Foco” do CNDDA , existente

desde 1967, foi criado um foro independente ao IBGE, instituição estatal regulamentada. Na retrospectiva, parece surpreendente que algumas publicações muito críticas durante a ditadura militar, puderam ser editadas sem intervenção estatal. Orlando adquiriu méritos permanentes na discussão pública quando da implementação de resultados científicos.

Diversos desenvolvimentos falhos foram analisados – mesmo nos tempos da ditadura - com argumentos fundamentados, corajosos mas críticos e apresentadas alternativas para mudança da política regional na Amazônia ao Governo Brasileiro. Nisso Orlando escolheu a forma da *Carta Aberta* para a divulgação de falsos depoimentos. Um exemplo é a carta dirigida ao Governador do Estado do Amazonas, Gilberto Mestrinho⁴² que, em uma entrevista na TV declarou que a floresta amazônica estava se recuperando normalmente apesar dos arroteamentos.

Orlando e seus aliados condenavam rigorosamente as tentativas dos grandes capitais multinacionais de usar a Amazônia como palco de suas atividades como ficou claro no exemplo do Projeto Jari ou na exploração de matérias primas minerais e seu tratamento e na economia madeireira. Através da Revista do CNDDA, que depois de dificuldades financeiras iniciais conseguiu crescente divulgação, foram iniciadas verdadeiras campanhas contra planejamentos e projetos falhos. Algumas dessas campanhas levaram a CPIs (Projeto Jarí do empresário americano Daniel

41 Membros eram entre outros, cientistas de renome como Aziz Nacib Ab`Sáber, Darcy Ribeiro, Warwick Estevam Kerr, Harald Sioli, Phil Fearnside, entre outros. Como colaboradora mais chegada a Orlando, Irene Garrido Filha em sua função como Secretária Geral da CNDDA e como autora de importantes publicações (sobre o Projeto Jarí, sobre mineração e atividades mineradoras garimpeiras, entre outras) muito contribuiu para o êxito. A Revista, muito empenhada, além de ser apoiada por contribuições dos membros, recebia doações de ambientalistas nacionais e estrangeiros e de patrocinadores - igualmente os congressos da CNDDA.

42 De 23.02.1983, em: A Amazônia em Foco, 15, 1983/84, p. 89-91

Ludwig; vendas de terras do Deputado Veloso, etc.). Em inúmeras, durante seminários e congressos nacionais e internacionais, ele sempre entusiasmava o público com argumentações claras, com provas que ele havia recolhido em seu trabalho do campo. Orlando empenhou-se incansavelmente contra a devastação da floresta amazônica (1990) e pelo desenvolvimento regional social e ecológico da Amazônia. Assim, mesmo em idade avançada, ele participou exitosamente de audiências públicas, por exemplo do debate sobre o RIMA para desmatamento na estrada entre Rio Branco e Sena Madureira (AC) em 1990 ou no RIMA para construção da estrada Macapá-Laranjal, que atravessava a Reserva Extrativista do Cajarí (AP).

No foco do *oeuvre* científico de Orlando encontram-se seus numerosos trabalhos sobre estruturas regionais e a pesquisa de desenvolvimento no âmbito da geografia humana e geografia agrária, estudos sobre o problema da floresta da Amazônia brasileira (1980), o desafio do planejamento espacial em sistemas florestais tropicais na forma de análises fundamentadas sobre a região Amazônica e seus aspectos naturais e humanos. Paralelamente a estudos com orientação para a agricultura brasileira, para a colonização agrária, diferenciação regional do espaço rural e seus problemas sociais bem como a necessidade de reforma agrária claramente definida⁴³ encontram-se vários estudos aplicados para o desenvolvimento do país em diversas regiões brasileiras. Como por exemplo sobre o planejamento rural do município de Corumbá no Pantanal (1972) e outros trabalhos de consultoria para instituições estatais e organizações privadas. Ele fez parte de uma série de coletâneas sobre a questão do desenvolvimento urbano e regional.

43 O termo assumido de Waibel (“minimale Ackernahrung”) „a mínima quantidade de terra necessária para proporcionar a um agricultor e sua família um padrão econômico e cultural decente”; (depende das características físicas da terra e do sistema agrícola); vide: Waibel (1949, p. 195).

· Gerd Kohlhepp ·

Ele foi um dos “pais” da pesquisa de campo da geografia econômica e social no Brasil. Com a introdução de métodos da geografia alemã e pelo trabalho com Leo Waibel, Orlando abriu estes conceitos⁴⁴ como multiplicador e pela primeira vez no Brasil, importantes para a terminologia da geografia de povoamento. Seus princípios geográficos e interdisciplinares da pesquisa moderna dos trópicos enriqueceram mais tarde a discussão nacional e internacional sobre o povoamento⁴⁵ e exploração da Amazônia ligados à destruição das florestas tropicais e do espaço vital da população indígena.

Orlando, assim como Leo Waibel, nunca foi oportunista e não se deixou intimidar perante altos funcionários ou perante representantes de sistemas políticos não democráticos. Suas intervenções durante discussões eram muito precisas, não obstante não eram insípidas e continham frequentemente certa dose de ironia e de agudeza. Suas manifestações eram cheias de temperamento e usava linguagem viva e direta – era a sua “marca registrada”. Sua intensa correspondência - manuscrita - com seus amigos e alguns colegas, era “temperada” com comentários irônicos. Assim a sua crítica quanto à planejada ferrovia norte-sul do Governo Sarney que ele chamava de „ligando o nada a coisa nenhuma“ ou mesmo quanto ao planejamento para a Amazônia „está mais desorientado do que cego num tiroteio”⁴⁶.

44 Não é exagerado afirmar que hoje no Brasil as idéias metodológicas de Alfred Hettner e Friedrich Ratzel são mais frequentemente discutidas por jovens geógrafos brasileiros do que na Alemanha. .

45 "Straßendorf" ("aglomerado de tipo linear, que se desenvolve ao longo de uma estrada") ou "Waldhufendorf" ("povoamento com aglomerado de lotes que foram entregues a cada colono na mata"), vide: Waibel (1949, p. 197) ou "lotes estreitos ao longo da estrada e do rio, que se estendem numa longa faixa retangular até o divisor de águas" ("Waldhufen").

46 Citações da carta de Orlando Valverde ao autor de 16.07.1987.

As excursões que liderava, mesmo em difíceis condições, terminavam bem tarde sendo seguidas na noite de intensas discussões e análise das observações realizadas. Ele adorava os longos e intensos interrogatórios com pessoas das mais variadas classes sociais e brilhava por sua capacidade de contatos durante o levantamento empírico no local. Déficits na infraestrutura não o assustavam – ele também se sentia bem numa rede e dizia de si mesmo ser um “animal tropical”. O autor deste trabalho lembra-se bem não ter visto antes o céu tão claro numa noite tropical na Amazônia como durante uma excursão de um pequeno grupo de geógrafos no Maranhão, conduzida por Orlando e, devido à falta de pensão, o soalho no primeiro andar ainda aberto de uma casa serviu de albergue noturno. O seu estoque de vivências, experiências e piadas preenchiam as sessões após as excursões tornando o ambiente especial - sempre coroado da sua típica gargalhada estrondosa.

Devido a sua carreira no CNG/IBGE ele não tinha uma “geração de estudantes” em universidades, no entanto, ele proferiu séries de palestras e era convidado para inúmeras bancas de concursos em Universidades. Orlando ajudou muito a colegas e colaboradores em suas carreiras⁴⁷ assim como a inúmeros colegas do meio universitário nacional e internacional que eram muito ligados a ele.

Durante as décadas de trabalho no CNG/IBGE Orlando tornou-se Diretor da Divisão de Geografia (1954-56) e Chefe da Divisão Cultural (1960-62), das Seções Regionais Sul e Leste como Chefe do Grupo de Pesquisas da Amazônia do Departamento de

47 Catharina Vergolino Dias e Maria Novaes Pinto fizeram doutorado em Strasbourg, Irene Garrido Filha na USP, depois da estada na França. Orlando estava sempre pronto para aconselhar candidatos, recomendando excelentes jovens geógrafos brasileiros como doutorandos a colegas estrangeiros. Assim, Marcelo Lopes de Souza em 1993 apresentou sua tese de doutoramento em língua alemã na Universidade de Tübingen junto ao autor.

Geografia (desde 1973) e do Departamento de Recursos Naturais da SUPREN (1977/78). Durante muitos anos ele foi membro da Comissão dos Trópicos Húmidos da União Geográfica Internacional. Sob a sua orientação foram realizados inúmeros projetos de pesquisa e trabalhos de campo. Além disso, foi membro da Comissão Nacional de Política Agrária. Entre 1976 e 1982 e como professor contratado, ele lecionou geografia agrária do Brasil na PUC. De 1983 a 1988 ele foi consultor técnico da FAPERJ. Como Presidente da AGB (1984-86) e segundo depoimento próprio, ele teve que se defender contra ataques dos representantes da *Geografia Crítica / Radical*, que rejeitavam a geografia física - para Orlando inseparável da geografia humana - atrapalhando assim o seu trabalho⁴⁸. De 1955-63 foi Secretário Geral e Vice-Presidente (1963-73) da Comissão de Geografia do Instituto Panamericano de Geografia e História (IPGH).

Em 1965 Orlando foi Professor Visitante na Universidade da Califórnia-Los Angeles (UCLA) nos Estados Unidos e em 1967 na Universidade de Heidelberg na Alemanha além de ter proferido palestras em diversos países latinoamericanos, nos EUA, na França e na Alemanha. Além disso, é portador de inúmeras Honras ao Mérito científico. Orlando Valverde é Doutor honoris causa da UFRJ (2001), recebeu Medalhas de Mérito Profissional do CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia)-RJ e do CONFEA (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia) assim como o Premio CREA-RJ de Meio Ambiente⁴⁹. Em homenagem a suas excepcionais trabalhos, recomendações atuais e suas perspectivas para uso compatível ecológico e social de preservação das florestas

48 Buss et al. (1991/1992, p. 237: Orlando Valverde: "sabotagem da minha atividade").

49 Um grupo de geógrafos membros na Divisão Ambiental do Clube de Engenharia (DEA) havia sugerido, em 2010, a instituição de um "Prêmio Orlando Valverde de Meio Ambiente e Cidadania" (Fia, 2010).

tropicais lhe foi concedido o “Prêmio para países em desenvolvimento”, homenagem essa do mais alto nível, pela Universidade de Gießen, Alemanha, no *Tropentag (dia dos trópicos)* 1991⁵⁰. Em seu impressionante discurso de agradecimento, ele deu uma vista geral sobre os erros cometidos no “desenvolvimento” da Amazônia relatando sobre as “redes criminosas” nacionais e internacionais que conduzem à destruição dos ecossistemas da Amazônia e de sua população. Esta palestra⁵¹ que salientou a importância da ciência como órgão da análise crítica foi um resumo de seus trabalhos científicos sobre a região amazônica.

Com o seu apoio e engajamento, muitos geógrafos estrangeiros realizaram pesquisas no Brasil. Assim foi lamentável que a publicação comemorativa, planejada para o seu aniversário de 75 anos, e para a qual colegas brasileiros renomados e uma série de colegas estrangeiros muito conhecidos no Brasil haviam enviado suas contribuições, não foi realizada no Brasil mesmo depois de diversas tentativas.

Não há colega estrangeiro ou doutorando da geografia que não tenha sido convidado por D. Miriam e Orlando para uma visita em sua casa hospitaleira no Leme. No círculo familiar de sua grande família ele tinha a sua base privada.

Considerações finais

Aziz Nacib Ab`Sáber, um dos grandes geógrafos brasileiros, chamou Orlando de “um dos decanos da geografia brasileira” e “um geógrafo permanente a serviço do seu país” (Ab`Sáber 1989, p. XV). Christóvam Leite de Castro, o “pai” do CNG acentuou ainda que “nos meios científicos do país e do exterior, o professor Orlando Valverde

50 Laudatio de Gerd Kohlhepp (1991).

51Cf. Valverde (1994).

é, certamente, o geógrafo brasileiro mais conhecido na atualidade”⁵². Internacionalmente, Orlando é reconhecido como um dos mais profundos conhecedores da região amazônica e dos problemas regionais no desenvolvimento do país. Seus trabalhos também seguiram a ética científica e serão altamente valorizados no futuro dentro da pesquisa regional, não somente para o Brasil, mas também sobre países tropicais emergentes e em desenvolvimento.

Orlando reconheceu muito cedo que somente um princípio holístico faz jus aos problemas homem-meio ambiente quando unidos aos princípios da geografia física e cultural. Este método de trabalho que nos anos 70 e 80 era apontado por alguns geógrafos como “tradicional” está, no entanto, mais próximo à análise do problema. Hoje é evidente que muitos jovens geógrafos não são mais capazes de analisar problemas de meio ambiente à base de conhecimentos profundos da geografia física e humana, não podendo assim contribuir com sugestões para o planejamento regional e urbano. Somente os trabalhos de campo contribuem para a informação sobre o *know-how* da população local e regional, para a avaliação das condições naturais contribuindo com isso para o desenvolvimento sustentável e assegurando a identidade regional frente a influências da globalização.

Orlando foi um dos geógrafos brasileiros⁵³ que em poucas décadas contribuiu para o prestígio internacional da pesquisa regional brasileira, especialmente na Amazônia, para a análise dos conflitos de interesse entre os diversos atores na frente pioneira e para a compreensão dos sistemas ecológicos das florestas tropicais. Como outros colegas, ele era confrontado com muitas dificuldades tanto nas suas atividades junto a um órgão estatal, como quanto às mudanças das circunstâncias políticas no Brasil. Ele não era amigo

52 Palestra em 10.10.1990, em: IBGE (2013, p. 42).

53 Vide também: Kohlhepp (2015).

de compromissos diplomáticos mas sim um simpatizante de “ataque” ao se tratar da defesa da pretensão científica.

Sua maneira aberta de lidar com planejamentos falhos e projetos realizados na região amazônica entusiasmava muitas vezes os cientistas críticos mas naturalmente lhe proporcionava adversários irreconciliáveis. Ele não deixava se envolver por quaisquer adesões políticas. Mesmo em idade avançada ele tentou ajudar ao seu país com perícias científicas nas quais ele queria proteger o potencial humano e natural de uma grande região como a Amazônia diante de representantes nacionais e multinacionais de um “capitalismo selvagem”. Durante a última visita do autor a Orlando em junho de 2005, Orlando ainda estava abatido pela perda de sua esposa, mostrava, no entanto, inúmeras ideias para a pesquisa geográfica no Brasil. Em 16 de junho de 2006 Orlando Valverde faleceu no Rio de Janeiro.

Também sob o ponto de vista dos seus colegas internacionais ele permanecerá para sempre a grande personalidade de forte caráter e muito humor - um cientista convincente, entusiasta e entusiasmante.

Referências

AB'SÁBER, A.N. Prefácio. In: VALVERDE, O. **Grande Carajás: Planejamento da destruição**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.VII-XV, 1989.

ADAS, S. **O campo do geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964)**. Tese de doutoramento, USP, São Paulo, 2006, vol.II – Notas.

ALMEIDA, R. Schmidt de. **A geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998**. Tese de doutoramento, UFRJ, Rio de Janeiro, 2000, 2 vol. (www.robertoschmidt.ggf.br).

ANDRADE, M. Correia de. O Norte e o Nordeste na obra de Orlando Valverde. In: ANDRADE, M. Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: Ipespe, p.119-130, 1995.

BELL, S. Prelude to Brazil: Leo Waibel's American career as a displaced scholar. **Geographical Review**, 106 (1), p. 5-27, 2016.

BERNARDES, N. A influência estrangeira no desenvolvimento da Geografia no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, 44 (3), p.519-527, 1982.

BUSS, M.D.; PRATES, A.M.M.; GALVAN, C.G. Entrevista com o Professor Orlando Valverde. **Revista Geosul**, Florianópolis, 6 (12/13), p.224-247, 1991/92.

CNG (Conselho Nacional de Geografia). Histórico da criação do Conselho Nacional de Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, 1 (1), p.9-18, 1939.

EVANGELISTA, H. de Araújo. Onde está a geografia na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística? **Revista Geo-paisagem**, 4 (7), 2005 (www.feth.ggf.br/fibge.htm).

FIA, V. **04 anos sem o geógrafo Orlando Valverde**. Rio de Janeiro, 2010 (www.xa.yinmg.com/kg/groups/geografo+valverde.doc).

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Christovam Leite de Castro e a geografia no Brasil. **Documentos para Disseminação**. Memória Institucional, 18. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

KOHLHEPP, G. Laudatio für Orlando Valverde. In: SCHOLZ, U. (org.). **Tropischer Regenwald als Ökosystem** (= Gießener Beiträge zur Entwicklungsforschung N.19, Reihe I). Gießen: Tropeninstitut, p.133-139, 1991.

KOHLHEPP, G. A importância de Leo Waibel para a geografia brasileira e o início das relações científicas entre o Brasil e a Alemanha no campo da geografia. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, 1 (2), p.29-75, 2013.

KOHLHEPP, G. Pioneiros brasileiros nas pesquisas geográficas de desenvolvimento regional: Orlando Valverde e Hilgard O'Reilly Sternberg. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, 3 (1), p. 27-54, 2015.

LIMA, M. Alves de. Os anos dourados da geografia brasileira: antecedentes, realizações e consequências. **Revista Geo-paisagem**, 2 (3), 2003 (www.feth.ggf.br/geografia.htm).

MONTEIRO, C. A. de Figueiredo. **A geografia no Brasil (1934-1977)**. Avaliação e tendências. Série Teses e Monografias, 37. São Paulo: IGEO-USP, 1980.

TREWARTHA, G. Geography at Wisconsin. **Annals of the Association of American Geographers**, 69 (1), p. 16-21, 1979.

WAIBEL, L. Princípios da colonização européia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, 11 (2), p.159-222, 1949.

WAIBEL, L. O que aprendi no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, 12 (3), p. 419-428, 1950.

Publicações selecionadas de Orlando Valverde.

1944 - Divisão regional do vale do Rio São Francisco. **Revista Brasileira de Geografia**, 6 (2), p. 179-215.

1948 - Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Geografia**, 10 (4), p. 477-533.

1952 - O Sertão e as Serras. O centro-norte do Ceará rural. **Boletim Carioca de Geografia**, 5 (3-4), p. 32-55.

1955 - O uso da terra no Leste da Paraíba. **Revista Brasileira de Geografia**, 17 (1), p.49-90.

1957a - **Planalto Meridional do Brasil**: Guia da excursão n.9 do XVIII Congr. Intern.Geogr 1956. Rio de Janeiro: IBGE-CNG/ UGI (edições também em inglês e francês), 198 p.

1957b - Geografia econômica e social do babaçu no Meio Norte. **Revista Brasileira de Geografia**, 19 (4), p. 381-420.

1958 - Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, 20 (1), p. 3-82.

1960 - O Noroeste da Mata Pernambucana (A região de Timbaúba). **Boletim Carioca de Geografia**, 13 (1/2), p. 5-68.

1961a - A velha imigração italiana e sua influência na agricultura e na economia do Brasil. **Boletim Geográfico**, 19 (161), p. 145-167.

1961b – colaboracao de MESQUITA, M. C. Geografia agrária do Baixo Açú. **Revista Brasileira de Geografia**, 23 (3), p.455-493.

1964 - **Geografia Agrária do Brasil**. Publicações do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, série VI – Sociedade e Educação, 6. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 391 p.

1967a - A fazenda de café escravocrata no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, 29 (1), p. 37-81.

1967b - Geografia da pecuária no Brasil. **Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia**, Lisboa, 2 (4), p. 244-261.

- 1967c - colaboração de DIAS, C. V. **A rodovia Belém – Brasília: Estudo de geografia regional.** Rio de Janeiro: IBGE (= Bibl. Geográfica Brasileira, Publ. 22, sér. A), 350 p.
- 1968a - A Amazônia Brasileira. Alguns aspectos socio-econômicos. Finisterra. **Revista Portuguesa de Geografia**, 3 (6), p. 240-256.
- 1968b - Contribuição de Leo Waibel à geografia brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, 30 (1), p.74-83 (= Der Beitrag Leo Waibels zur brasilianischen Geographie. In: Symposium zur Agrargeographie. **Heidelberger Geographische Arbeiten**, 36, p. 120-128, Heidelberg 1971; tradução de G.Kohlhepp).
- 1968c - colaboração de MESQUITA, M. G. C. O sistema de roças no Brasil e as novas perspectivas econômicas para os trópicos úmidos: o exemplo da Amazônia. **Boletim Geográfico**, 17 (203), p. 100-111.
- 1971a - Shifting cultivation in Brazil. Ideas on a new land policy. In: GLASER, G. (org.). **Beiträge zur Geographie Brasiliens.** Heidelberger Geographische Arbeiten, 34, p.1-17. Heidelberg.
- 1971b - Dos grandes lagos sul-americanos aos grandes eixos rodoviários. **A Amazônia Brasileira em Foco**, Rio de Janeiro, 5, p. 18-33.
- 1972 - Fundamentos geográficos do planejamento rural do Município de Corumbá. **Revista Brasileira de Geografia**, 34 (1), p. 49-144.
- 1973 - Caractéristiques et tendances des plantations brésiliennes. In: VALVERDE, O.; PÉBAYLE, R.; GUSMAO, R.P. (eds.). **Aspects de l'agriculture commerciale et de l'élevage au Brésil.** Travaux et Docum. de Géogr. Tropic., 11, p. 47-119. Talence.
- 1977 - Atividade agrária. In: IBGE. **Geografia do Brasil. Região Sul.** Rio de Janeiro, p. 341-403.
- 1979 - (org.). **A organização do espaço na faixa da Transamazônica.** vol.1: Sudoeste amazônico. Rondônia e regiões vizinhas. Rio de Janeiro: IBGE, 258 p.
- 1980 - colaboração de FREITAS, T. L. R. **O problema florestal da Amazônia Brasileira.** Petrópolis: Vozes, 120 p.

1983 - colaboração de GRABOIS, J.; AGUIAR, M.J. N.: Étude régionale du Seridó et du Curimatau. In. CEGET/CNRS (ed.): **Géographie et Écologie de la Paraíba (Brésil)**, t.II. Travaux et Docum. de Géogr. Tropicale, 50, p. 49-101, Talence.

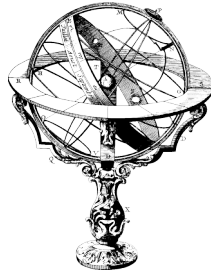
1985 - **Estudos da geografia agrária brasileira**. Petrópolis: Vozes, 266 p.

1989a - **Grande Carajás: Planejamento da destruição**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 153 p.

1989b - (org.). **A organização do espaço na faixa da Transamazônica**. vol.2: Acre e regiões vizinhas. Rio de Janeiro: IBGE, 224 p.

1990 - A devastação da floresta amazônica. **Revista Brasileira de Geografia**, 52 (3), p.11-24.

1994 - Tropical rainforest as ecological system. In: **Entwicklung – wohin? Gießener Diskurse**, vol. 12, p.105-114, Gießen (Palestra por ocasião da condecoração do “Prémio para Países em Desenvolvimento” da Universidade Justus-Liebig em Gießen, 24.05.1991).



Entrevista com o Professor Orlando Valverde

***Participaram desta entrevista os professores Maria Dolores
Buss, Arlene M.M. Prates e Cesare Giuseppe Galvan.***

*Entrevista originalmente publicada na Revista
GeoSul nº II, Ano VI Primeiro Semestre de 1991.*

ORLANDO VALVERDE - nasceu no Rio de Janeiro em 1917. Formou-se em Geografia em 1938 pela Universidade Municipal do Rio de Janeiro. Liga-se ao Conselho Nacional de Geografia em 1938 onde foi secretario assistente. Em 1945 segue com outros geógrafos para os Estados Unidos onde estuda com Leo Waibel e faz contatos com Richard Hartshorne e Triewortha. Colaborou sob a direção de Fabio Macedo Soares Guimarães com o plano de mudança da Capital apresentado ao Congresso em 1947. Até 1965 foi professor secundário e neste mesmo ano, foi para a Califórnia

como professor visitante onde ministrou curso sobre Geografia Agraria Tropical. Em 1967 ministrou curso na Universidade de Heidelberg e em 1969 em Bordeaux. Lecionou também na PUC do Rio de Janeiro. Foi presidente da AGB de 1984 a 1986. Atualmente desenvolve pesquisas sobre a Amazônia.

GEOSUL - Temos por hábito iniciar a entrevista com nossos convidados falando sobre o início de sua vida, onde nasceu, onde passou a infância, os primeiros anos de escola inclusive Universidade.

VALVERDE - Eu sou do Rio de Janeiro. Nasci no centro do Rio, praticamente na esquina da Avenida Rio Branco com Ouvidor, em abril de 1917. Quando completei 2 anos, minha família tinha se mudado para o Engenho Velho, no caminho para a Tijuca, numa casa de centro de terreno, com árvores frutíferas, de onde se podia ver, da varanda dos fundos, o Sumaré já todo invadido pelo "colonião, onde o desmatamento tinha sido feito talvez uns 2 séculos antes, com a penetração do café no Sudeste. Ele começou pela cidade do Rio de Janeiro mesmo. Sempre tive uma curiosidade muito grande. Que haverá atrás daquele morro? Pensava eu, quando vinham, trazendo mau tempo, as massas frias, vindas do sul. As nuvens porejavam pelo alto da montanha e, descendo, provocavam chuvaradas. Aquilo para mim era um desafio. De vez em quando, eu, com meu irmão e amigos fazíamos excursões, passeios, por exemplo, a cascatinha da Tijuca, no Alto da Vista; ao reservatório de água potável, situado na Fábrica das Chitas, um bairro que ainda tinha mata e um reservatório, de onde a água vinha direta para as casas, sem tratamento nenhum. Brincávamos pendurados em cipós, em cima do reservatório, balançando como "tarzãs" e, quando o guarda não estava, tomávamos banho, às escondidas.

Estudei sempre em escola pública; uma escola pública muito mais apropriada, mais digna. A escolinha em que estudei estava localizada na esquina da rua São Francisco Xavier com Almirante Cochrane; chamava-se Bezerra de Menezes. Lá aprendi muita coisa, além de Português, Matemática, Geografia, História, História Natural Eu conheci os principais ossos do esqueleto humano na escola primária! Como só permitiam a admissão ao curso secundário com 11 anos completos, e eu só tinha dez quando terminei o primário, tive que fazer um ano de estudos em escola particular. Era no Alto da Tijuca, num lugar muito agradável e bonito.

Fiz admissão para o Pedro. II, colégio-modelo, padrão para curso secundário; lá tirei meu curso todo. Tive professores excelentes: lembro-me bem que o professor de Português era Antenor Nascentes, um nome nacional. O professor de Francês, Gastão Ruch, era um suíço naturalizado brasileiro, de Genebra. O francês que sei até hoje veio daquele colégio; e, muitos anos depois, dei aulas e fiz conferências na França. Quando eu estava com 15 anos e tinha passado para o 5º ano, minha mãe me aconselhou a fazer o vestibular para o Curso Prévio da Escola Naval, a fim de ter logo uma carreira. Passei, e fui para Marinha. Mas aquilo que eu achava poder ser um lugar de estabilidade, onde poderia viver tranquilamente, foi um lugar de desilusões. No primeiro ano que lá estive, já senti que não era um homem talhado para ser militar, porque o militar tem que viver obedecendo. Ele obedece, segue a rotina a toques de corneta, campainhas, alarmes. A carreira militar também estimula, a meu ver, o egoísmo, porque uma pessoa só é promovida quando um superior morre, e ele passa a competir com os antigos colegas.

Além disso, havia naquele tempo na Marinha, um movimento, muito forte, quando eu já tinha passado para o 2º ano superior, em favor do Integralismo. Praticamente a escola inteira aderiu a ele. Era

o fascismo nacional, de camisa verde, em vez dos camisas pardas da Alemanha ou os "camicie nere" da Itália. Eu sempre fui contra toda forma de opressão do homem pelo homem.

GEOSUL - Professor, essa sua passagem pela Marinha é de pouco tempo?

VALVERDE – Não, foram 3 anos de minha vida que lá passei, onde ganhei só 3 coisas: uma boa base de matemática: uma obrigatoriedade de exercícios físicos (remo, natação), e a capacidade de estudar sozinho: porque os professores iam lá, despejavam as aulas na nossa cabeça e indicavam livros, onde a gente ia "cavar" a matéria, isto é, realmente ia apreender. Havia disciplina no estudo: em certas horas da noite não se podia conversar; era estudar ou ficar calado, quieto. Eu preferia estudar.

Fora disso nada, até quando houve um golpe, uma quartelada da Aliança Nacional Libertadora. Quiseram-nos implicar naquilo. Eu não conhecia ninguém do golpe, mas, mesmo assim, puseram-nos para fora. Éramos 11, acho que foi o primeiro "grupo dos 11" deste País. A maioria do nosso pessoal foi para a engenharia: mas eu tinha acabado os exames de matemática e estava cansado, aborrecido; não quis fazer o curso logo; quis esfriar um pouco a cabeça, ate que três meses depois apareceu um concurso para a Universidade do Distrito Federal. Era uma Universidade municipal do Rio de Janeiro, criada no Governo de Pedro Ernesto, sob a orientação de Anísio Teixeira, um dos grandes pedagogos deste país. Eu me inscrevi lá. Queria fazer Geografia e Historia, mas tive que optar, porque havia colisão de horários. Optei pela Geografia. Por que? Porque no Colégio Pedro II eu tinha tido um professor que muito me impressionou: era um boêmio completo; vivia em farras, de vez em quando aparecia com a camisa suja de batom e

o rosto tresnoitado, em ressaca. Por isso, não dava aulas a maior parte do ano. Mas em determinados dias, umas duas ou três vezes por ano, ele chegava, dava um soco na mesa e dizia: "hoje vou dar aula". Botava uma meia dúzia de bagunceiros para fora e dava uma aula que me deixava boquiaberto.

GEOSUL - De geografia?

VALVERDE - De Geografia. Eu não tomava uma nota nessa aula. Lembro-me, por exemplo, de "Fronteiras do Brasil e a Obra de Rio Branco". Ele deu uma aula que, 20 anos depois, eu, como professor, verifiquei com certo ciúme que estava repetindo as palavras dele para meus alunos, embora sem ter tornado uma nota sequer. Aquilo me marcou! Chamava-se Fernando Antônio Raja Gabaglia. Foi diretor do Colégio Pedro II durante muito tempo. Era, ademais, pessoa muito humana. Fez, mais tarde, concurso de Direito Internacional e obteve a cátedra na Faculdade de Direito com a tese - "Fronteiras do Brasil e a Obra de Rio Branco".

Além disso, eu ouvi, ainda no curso secundário, falar nos clássicos da Geografia, sem saber uma palavra de língua estrangeira. Eu me lembro das citações de: Albrecht Penck, Olinto Marinelli, Luigi De Marchi, Ferdinand von Richtofen, Alexander Supan... depois, vim conhecer o livro deste Autor no original, em Heidelberg, mas só 30 ou 40 anos mais tarde Então, segui a Geografia. Lá, estudei também com professores franceses, tínhamos aula em francês, na Universidade, como, por exemplo, com Pierre Deffontaines que, mais que um professor, foi um amigo, um coração de ouro. Fazia Geografia Humana no velho estilo lablacheano. Ele fez o programa de Geografia da Universidade; fundou em São Paulo, e depois no Rio de Janeiro, a Associação de Geógrafos Brasileiros.

GEOSUL - A Associação de Geógrafos Brasileiros?

VALVERDE - Então, ele ...

GEOSUL - Nessa época o Senhor era aluno?

VALVERDE - Eu era aluno da Universidade. Minha turma era muito pequena, tinha 6 alunos; eram assim verdadeiras aulas particulares. Nessa ocasião, um dos meus colegas, engenheiro já formado, uns 11 anos mais velho que eu, mas igualmente entusiasmado por Pierre Deffontaines, resolveu tomar o curso também. Chamava-se Cristóvão Leite de Castro. Em 1938, quando estávamos num intervalo de aulas, tomando cafezinho num botequim sórdido em frente ao prédio onde funcionava a Universidade, ao lado do Palácio do Catete, ele me perguntou:

Orlando, você quer trabalhar comigo, no futuro?

- Em que?

- Vamos fazer Geografia para o Governo.

Fiquei um pouco assustado, porque, para mim, Geografia era só para ensinar, e disse:

- Eu sou um homem maldito, não tenho perspectivas; então vou com você aonde for. Se o "negócio" der bom resultado, ótimo! Senão tudo bem, continua tudo como dantes. Mas nunca tinha ouvido uma coisa tão esdruxula! Bom, então está combinado. Pensei comigo mesmo: "você tomando café fica de porre". Eu achava que ele estava sonhando. O fato é que três meses depois ele me chamou. Trabalhei de graça outros três meses, de julho a setembro. No dia 19 de outubro de 1938 fui trabalhar como primeiro contratado pelo I.B.G.E. no ramo da Geografia.

GEOSUL - Ah! Interessante isso! O I.B.G.E. já existia?

VALVERDE - Não, existia o Instituto Nacional de Estatística, criado por Teixeira de Freitas e iniciado em 1934. Em 1936 Getúlio Vargas aprovou o decreto-lei 311, desdobrando o Instituto Nacional de Estatística em três ramos: o Conselho Nacional de Estatística, o Conselho Nacional de Geografia e o Serviço Nacional de Recenseamento. O CNG foi implantado em 38. Em 1º de outubro fui chamado para trabalhar, ganhando a "fabulosa" quantia de 1 conto de reis. Sem a inflação, isto seria hoje 1 bilionésimo de cruzeiro; mas, naquele tempo não havia no CNG nenhum salário igual. Os meus colegas do Ministério da Agricultura, trabalhando para esse órgão ganhavam 200 ou 300 mil reis, e eu comecei com 1 conto! Muita gente tinha até ciúme disso. Era tanto dinheiro que, sendo eu solteiro e morando com minha mãe, dava metade pra ela. Pude comprar roupas e me tornei novamente um homem independente, coisa que eu tinha deixado de ser, quando sai da Marinha.

GEOSUL - E a função nesse contrato como Geógrafo, no I.B.G.E.?

Já desempenhava ...

VALVERDE - Não, não existia carreira de geógrafo. Eu era secretário-assistente, mas fiz de tudo: correspondência, pagamento dos meus colegas (em dinheiro vivo!) ... Eu ia no Edifício d'A Noite", na praça Mauá, recebia um cheque de 30 contos de reis, ia no banco, punha o dinheiro na mala e o colocava em cima da mesa, em notas separadas. Pela lista dos funcionários, ia juntando as notas e as dava a cada um. Não havia assalto naquele tempo; só existiam

ladrões de galinha e coisas semelhantes. Fizemos varias mudanças de sede: carregávamos trabalhos, ajudávamos a carregar caminhões, arrumar livros na biblioteca, tudo isso eu fiz. Enfim, também secretariava. O CNG era um órgão colegiado, que tinha reuniões anuais. O órgão supremo era a Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia, que se reunia anualmente, tendo um representante de cada Estado. O de Santa Catarina se chamava José Nicolau Born, que ficou muito meu amigo. Entre as Assembleias Anuais, realizadas em julho, havia o Diretório Central do Conselho, com representantes de cada ministério e de órgãos afins. Por exemplo, o Ministério da Fazenda mandava o Diretor do Patrimônio da União, coisa muito ligada a Geografia; o Diretor de Hidrografia e Navegação representava a Marinha; do Ministério da Guerra, hoje Ministério do Exército, vinha o Diretor do Serviço Geográfico do Exército. Havia também um representante das chamadas organizações "doutas": o Clube de Engenharia, o Observatório Nacional, o Arquivo Nacional, a Associação dos Geógrafos Brasileiros, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (hoje Sociedade Nacional de Geografia) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

GEOSUL Eles todos faziam parte do Conselho Nacional de Geografia?

VALVERDE - A Assembleia tinha uma função normativa e o Diretório Central tinha uma função executiva. O executor daquilo era o Secretario Geral, que era o meu colega Cristóvão Leite de Castro. Então, a Geografia explodiu num surto extraordinário! O objetivo inicial do Conselho Nacional de Geografia era a atualização e a reedição da Carta do Brasil ao milionésimo. Os trabalhos cartográficos começaram pela elaboração de mapas municipais, que

serviriam de apoio cartográfico ao recenseamento geral da Republica em 1940. Depois de um certo tempo, foi contratado o Prof. Alírio Huguene de Mattos, da Escola Politécnica, que ficou sendo o Diretor da Divisão de Cartografia, depois ampliada, envolvendo divisões de Geodesia, Astronomia e Aerofotogrametria. A campanha de determinação de coordenadas das sedes de município de todos os Estados do Brasil foi uma coisa extraordinária. Nessa campanha conheci Victor A. Peluso Junior, engenheiro enviado por Santa Catarina. Ele foi capturado pela Geografia, porque depois de trabalhar como astrônomo, geodesta etc., apaixonou-se pela geografia. Num concurso público de monografias geográficas, promovido pelo CNG, ele entrou e ganhou. A obra premiada chamava-se "Lages, a Rainha da Serra".

GEOSUL - Está sendo editada agora.

VALVERDE – Aí começou a nossa amizade. Vários serviços geográficos e cartográficos estaduais foram inaugurados ou reativados e a Geografia tomou um impulso formidável.

GEOSUL - Nessa época o senhor já estava como Geógrafo?

VALVERDE - Não, oficialmente eu era secretario-assistente. Eu elaborava as atas das Assembleias Gerais, em julho, e do Diretório Central durante o ano inteiro. Também fazia a correspondência.

GEOSUL – Fazia Geografia também?

VALVERDE - Não, muito pouco. Até que, a partir de 1945, o Conselho resolveu mandar para o exterior alguns geógrafos para se aperfeiçoarem em pesquisa de campo, para fins de Planejamento Regional. Vou dizer-lhe uma coisa que pouca gente sabe: O Brasil foi o 1º país do mundo que, fora do ambiente universitário, elaborou trabalhos de Planejamento Regional. Dez anos depois, seguiu-nos o Canadá, imitando o modelo do Brasil.

GEOSUL - Aí, o senhor foi para os Estados Unidos?

VALVERDE - Em 1945, quando a Alemanha já se tinha rendido, mas o Japão ainda não, fomos 5 geógrafos para os Estados Unidos: o chefe do grupo era Fabio de Macedo Soares Guimarães; Lucio de Castro Soares, Lindalvo Bezerra dos Santos José Veríssimo da Costa Pereira e eu completávamos a comitiva. Fabio Macedo Soares Guimarães e eu ficamos na Universidade de Wisconsin, Lucio de Castro Soares e Lindalvo Bezerra foram para a Universidade de Chicago; José Veríssimo da Costa Pereira ficou na Northwestern University.

Lá permanecemos 14 meses. Depois de um período longo de isolamento, mandei vir minha mulher, e o Fábio, a mulher dele. Assim ficamos com as esposas mais um tempo. Foi a nossa primeira experiência americana. O fato é que, nesse curso, estudamos com um professor americano naturalizado, alemão de nascimento; o professor Leo Waibel. Ele tinha sido doutorado em Heidelberg; depois, se tornou diretor do Instituto de Geografia da Universidade de Bonn, o maior de toda a Alemanha naquele tempo. Durante o governo de Hitler, Waibel tinha dois motivos grandes de incompatibilização com o regime: primeiro, porque casou com uma mulher de origem judia, que não praticava a religião mas não era ariana; segundo, porque ele publicara em 1933, em Breslau, um

pequeno livro, intitulado "Problems der Landwirtschaftsgeographie" (Problemas de Geografia Agraria), em que, num dos capítulos, mostrou que os "boers", embora descendentes de holandeses, portanto arianos, devido ao isolamento econômico e cultural tinham baixado seus padrões até o nível de pastores nômades. Na conclusão, ele afirmou então que: a teoria de "Blut-und Boden" (sangue e solo), a teoria racista, não era verdadeira. Isto em 1933, justamente quando Hitler subiu ao poder! O livro foi queimado.

GEOSUL - Ele teve que fugir?

VALVERDE - Não, propriamente. Primeiro, ele foi intimado pelo partido nazista, pressionando o Reitor da Universidade, para que fizesse, antes de iniciar as aulas, a saudação "Heil Hitler ". Ele se recusou. Então, o partido nazista mandou como emissário um "chefão" lá, um militar que, perante o Reitor e a congregação foi intimá-lo a fazer o "Heil Hitler ". Quando o "chefão" lhe estendeu a mão, ele pôs as suas mãos para trás e virou-lhe as costas. Não sei como não foi parar num campo de concentração! Ele foi, em seguida, aposentado compulsoriamente. Mas os alunos gostavam tanto dele que iam visita-lo em casa, para ter aulas. O Serviço Secreto soube, e aí o proibiu de lecionar em toda Alemanha. Estava ele em tratamento de nervos, quando o geógrafo americano Richard Hartshorne, voltando de uma excursão à URSS, sendo um grande admirador das obras de Waibel, o visitou e se interessou em leva-lo para os Estados Unidos. De volta, ao seu país, obteve de Isaia Bowman, presidente da John Hopkins University, que enviasse a Waibel uma carta de chamada. Ele pode, assim, vir para os E.U.A., mas trazendo apenas duas malas e 28 dólares no bolso, nada mais.

GEOSUL – E nos Estados Unidos que vocês têm contatos com ele.

VALVERDE - Isso foi em 1939, antes de nos chegarmos. Antes, ele fez uma serie de pesquisas na América Central, preocupado com o problema da transferência de população, quando a Guerra terminasse, por causa da desorganização de toda vida social da Europa. Mais tarde, ele se mudou para Wisconsin. Aí, nós o conhecemos e tivemos com ele aulas de "Geografia da África", "Geografia da América Central" e também um privilégio: nós pedimos e ele aceitou dar-nos um curso especial de leituras sobre Geografia Tropical, por que éramos brasileiros, e ele gostava muito da gente. Era uma verdadeira aula particular gratuita, duas vezes por semana. Constava de leituras e debates. Foi uma coisa esplendorosa! Depois, o novo Diretor do Departamento, Prof. Trewartha, procurou impedir os nossos colóquios. Exigiu que tirássemos com ele um curso sobre Extremo Oriente, como condição sine qua non para obter o mestrado. Imediatamente abandonamos o mestrado e continuamos com Waibel. Aí, apelamos para que Cristóvão Leite de Castro o convidasse a vir ao Brasil. Waibel aceitou o convite em 1946. Quando retornamos dos Estados Unidos, eu o segui como um cachorrinho, tornei-me seu assistente. O primeiro projeto de Waibel no Brasil era organizar um "Atlas de Colonização do Brasil", que não chegou a termo. Eu passei, assim a conhecer mais o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que o meu Estado. Depois, sob a orientação de Waibel, trabalhamos no plano de mudança da capital, cujo relator foi Fabio Macedo Soares Guimarães; nós todos colaboramos. O relatório foi apresentado ao Congresso, que o modificou, por motivos políticos; mas isto não interessa. O texto básico para a localização de capital foi fornecido pelo Conselho Nacional de Geografia.

GEOSUL - Em que data foi isso?

VALVERDE - 1947.

GEOSUL - Nesse projeto tinham outros geógrafos?

VALVERDE - Francis Ruellan estava lá e levou uma equipe de 40 pessoas, divididas em várias subequipes, mas o pequeno grupo de Waibel teve mais repercussão. É verdade que seus profissionais tinham mais experiência

GEOSUL - O documento final foi apresentado ao Congresso?

VALVERDE - Esse relatório foi publicado na "Revista Brasileira de Geografia" por Fabio M. Soares Guimaraes, e eu próprio tratei da parte editorial. Intitulou-se "O Planalto Central e o Problema da Mudança da Capital".

Waibel foi-se embora em 1950, para não perder a cidadania americana. Depois de 1 ano na Universidade de Minnesota, voltou para Alemanha e lá reconquistou os direitos primitivos que lhe haviam sido cassados, inclusive recebendo os atrasados. Foi só acontecer isso e, em seguida, teve um enfarte. Na data em que convocara 7 discípulos, diretores de institutos de Geografia para transmitir-lhes a experiência que tinha ganho no Brasil e combinar uma forma de colaboração mais estreita entre a Geografia Alemã e a Brasileira, os alunos foram para o funeral. Ele tinha combinado comigo escrevermos juntos uma Geografia Agrária do Brasil: ele faria a parte da agricultura e eu faria a da pecuária. Eu já tinha juntado

bastante material, porém, com a morte do mestre, senti-me na obrigação de cumprir a tarefa sozinho, e comecei. Publiquei o primeiro volume, tratando das condições naturais, ou seja, ambientais, do Brasil e a Economia de Coleta - Coleta Selvagem, Coleta Comercial e seus principais produtos. Já tinha uma quantidade de capítulos elaborados sobre a parte econômica, propriamente das culturas, dos sistemas agrícolas do Sul do Brasil: as "plantations" ... Já estava também coletando material sobre o problema social da crise agrária, quando sobreveio o golpe militar de 1964. Só saiu o primeiro volume. Se tivesse saído a obra toda eu iria para a cadeia, porque falava em Reforma Agrária.

GEOSUL - Não foi publicado o 2º volume?

VALVERDE - Não, o 2º volume, como seus capítulos eram independentes, eu os publiquei, dispersos, em diferentes lugares. Por exemplo, o "Sistema de Rocas" publiquei primeiro em Portugal, na revista "Finisterra". Mais tarde, tendo eu enriquecido minhas experiências sobre esse tema, tornei a publica-lo, melhorado, no "Heidelberg er Geographische Arbeiten". O capítulo sobre as "plantations" decana de açúcar, café, cacau e outros produtos apareceu em Bordeaux, numa publicação especial sobre os trópicos brasileiros. A respeito dos sistemas agrícolas dos colonos do Sul do Brasil, publiquei apenas os referentes a "Colonização Italiana", matéria que me foi pedida da Itália, para a "Revista di Agricoltura Sub-Tropicale e Tropicale", de Firenze. Intitulou-se "A influencia da Colonização Italiana na Agricultura Brasileira", "A Fazenda de Café Escravocrata no Brasil" veio a lume primeiramente na Venezuela, na Universidade de Mérida. Voltei a publicar em Portugal "Gênese e Evolução do Problema Agrário Brasileiro", aparecido também na revista "Finisterra". Houve, portanto, uma verdadeira "implosão" do

segundo capítulo do citado livro, cujos tópicos foram depois reunidos em um livro, já esgotado, da "Editora Vozes", chamado "Estudos de Geografia Agraria Brasileira".

GEOSUL - O que a gente tem percebido no seu trabalho e que o Senhor não se caracteriza, por exemplo como dentro da Geografia Humana ou da Geografia Física. Senhor trabalha nas duas áreas. Está correto isso?

VALVERDE - Absolutamente certo, porque eu acho que a Geografia é uma Ciência que está na charneira das ciências físicas e naturais e das ciências sociais. Como dizia ironicamente Fábio Macedo Soares Guimarães, o Geógrafo e um "especialista em generalidades". Ele não é um geólogo ou um geomorfólogo, nem tampouco um sociólogo. Tem isso em comum com o Direito. Vim a saber desse fato curioso com um concunhado meu, desembargador. Fez-me ele ver que há Direito de tudo: Direito de Propriedade, Direito Internacional, Direito do Trabalho, Direito Espacial, Direito de Família, Direito Ambiental, enfim, eles também são especialistas em generalidades. Os geógrafos, assim como os juristas, tem que ter, necessariamente, uma forte cultura geral, inclusive devem conhecer técnicas afins como Cartografia; devem conhecer bastante Matemática (e isso eu trouxe da Marinha). Meus cursos de cartografia foram muito bons, apesar de ser um mau desenhista. Minha mão não me ajuda muito; mas, com os instrumentos, me amoldo e faço as coisas. O mapa tem essa grande virtude: à medida que você o vai fazendo, vai compreendendo uma serie de correlações espaciais, que antes você não percebia. Então, o mapa antes mesmo de nascer, já lhe retribuiu um pouco de esforço de sua "gestação". Eu tive dois anos de Cartografia, na Universidade do Distrito Federal, e depois um período de Cartografia na Universidade

de Wisconsin, com um ex-assessor cartográfico de Roosevelt, nas conferências de Cairo e Teerã. No entanto, ele não sabia o que era um cosseno; era um simples e emérito desenhador de mapas, famoso no país inteiro - A.W. Robinson. No curso de Cartografia, da UDF, a parte toda de base matemática era dada pelo professor, que foi também meu professor de Paleontologia e Paleogeografia, assim como de Geologia. Eu tive dois anos de Geologia na Universidade.

Nós recebemos como legado de Waibel a capacidade de fazer pesquisa sozinhos, e fazer sobretudo pesquisa de reconhecimento. Ele me disse: - Vocês estão em um país grande, pouco conhecido, mas com grandes perspectivas. Vocês têm que começar por um grande reconhecimento deste País, para depois fazer monografias sobre determinados problemas. Mais tarde, no I.B.G.E. sobrevivendo o "golpe" de 1964, com ele vieram aqueles vícios todos, a "geografia quantitativa", que, mesmo depois de derrubada na A.G.B., permaneceu somente no I.B.G.E., e em Rio Claro. A quantitativa ou Geografia neo-positivista, desgraçou a pesquisa geográfica no I.B.G.E. por dez anos, entre 1968 e 1978. Na Assembleia Geral da A.G.B. no Ceará em 1977 (1978) fizeram-se as "exéquias" da Geografia quantitativa, em um debate, que teve como base um trabalho de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro de grande erudição, em que a geografia quantitativa foi estraçalhada. A partir dali um grupo criou a chamada Geografia Radical, Geografia Crítica, ou Geografia Marxista, alegando que a geografia era uma ciência puramente social e não deveria cogitar, portanto de Geomorfologia, Clima, Biogeografia, etc., o que para mim é errado. Eu aceito certas categorias apresentadas por Marx como por outros economistas, como Max Weber, Von Thunen ... Eliminar os estudos referentes ao meio ambiente das diversas regiões equivale a presumir que a Terra seja como uma bola de bilhar, toda igualzinha. Então, só os fenômenos sociais tem significação? Contudo, tais ideias se difundiram muito entre

professores de Geografia que não eram realmente pesquisadores. Em consequência dessa atitude, os adeptos dessa corrente se tornaram incapazes de fazer um Planejamento Regional, pois além dos problemas sociais, eles precisavam conhecer os recursos naturais da área em estudo, para que ela pudesse desenvolver-se harmoniosamente. O conhecimento da diferenciação regional da Terra, das relações da sociedade com o meio ambiente e dos homens entre si é apanágio do geógrafo e dá à Geografia seu caráter científico. Hoje em dia, muitos reconhecem isso, mas, por causa dessa postura, sofreu também certa discriminação: quando fui eleito presidente da A.G.B., entre 1984 e 1986. O Grupo Radical, que compunha a minha diretoria, não aceitou absolutamente. Houve uma verdadeira sabotagem a minha atividade. Acho que, até hoje, a A.G.B. precisa de um mínimo de organização.

GEOSUL - E falando em A.G.B., gostaríamos de resgatar lá no início, quando o Sr. falou que, quando o Sr. começou a cursar Geografia na Universidade é que a A.G.B. foi criada?

VALVERDE - Isto foi, lá no Rio.

GEOSUL - .Quando?

VALVERDE – Em 1936; mas a A.G.B. paulista foi fundada em 1935.

GEOSUL - Dava para o senhor fazer um rápido histórico da criação da A.G.B. e sua evolução?

VALVERDE - A A.G.B. em São Paulo foi criada por um grupo de discípulos e admiradores de Pierre Deffontaines, entre eles, o mais notável foi Caio Prado Junior, e outros como Aqenor Machado, então diretor do Instituto Geográfico e Geológico, Rubem Borba de Moraes, etc. Mas Caio Prado Junior, como era dono de uma editora - a Editora Brasiliense -, publicou em 1935 uma revista particular de Geografia, com o título de "Geografia". Era de extraordinário valor. Continha reclames dentro, que financiavam a publicação. Saíram apenas 8 números, é hoje uma obra raríssima. Eu tinha alguns exemplares dela, mas perdi muitos, porque fiz transcrever alguns de seus artigos no "Boletim Geográfico", do I.B.G.E., porém, depois, não me foram devolvidos. O meu colega José Ribeiro de Araújo Filho, da USP, tem os 8 números, mas ele está aposentado. Esses volumes constituem uma raridade bibliográfica. Após a quartelada de 1935, Caio Prado Júnior foi preso, lá foi a revista "para o espaço". Pierre Deffontaines veio, antes, para o Rio de Janeiro, onde começou o curso, eu me matriculei logo no ano seguinte (1936). Deffontaines promoveu reuniões estimulantes, feitas no Instituto Nacional de Tecnologia, na Avenida Venezuela, e a maioria dos elementos que a elas aderiram era de geólogos. Não havia então geógrafos no Rio de Janeiro nem no Brasil. A primeira pessoa que se doutorou em Geografia foi Maria da Conceição Vicente Carvalho na USP, já em 1938. Ela ainda vive. Foi aluna de Deffontaines e Pierre Monbeig. Este último formou toda aquela escola inicial, composta de Aroldo de Azevedo, João Dias da Silveira, Ari França, etc. Bem mais tarde, Conceição veio a trabalhar no I.B.G.E. durante muito tempo. O fato é que a AGB do Rio de Janeiro nada tinha a ver com a de São Paulo. Deffontaines queria era fundar núcleos de estudos geográficos. Eu me lembro de várias conferências realizadas no Rio, como a de Josué de Castro, Otto Henry Leonardos, Silvio Froes de Abreu e pelo próprio Deffontaines, eram reuniões noturnas. Uma vez, convidado a fazer conferência,

Preston James me telefonou antes, depois de uma noite de tempestade, perguntando se tinha de ir de "smoking" ou não. Eu lhe disse que não; o traje era de passeio. Chegaram lá 7 pessoas para assisti-lo no auditório do Instituto de Tecnologia. Ruas alagadas, escuras, trânsito muito difícil impediram a vinda de muita gente. Eu coletava inclusive as mensalidades, que custavam três mil reis. Quando entreguei, a tesouraria, deixei como legado para a outra diretoria a "fabulosa" quantia de 15 mil reis, em dinheiro (naquele tempo, não havia transações em cheques; era tudo "ao vivo"). Minha sucessora foi Dora Romariz. Que fim levaram as atas que fiz, não sei; isso pertence ao passado. Só em 1943 Pierre Monbeig substituindo Deffontaines em São Paulo, decidiu, combinando conosco no Rio, fazer uma assembleia conjunta, da AGB, na qual se elaborou um novo estatuto, unificando a entidade. Isso aconteceu em Lorena, mais ou menos a meio caminho entre São Paulo e Rio, e terra dos ancestrais de Aroldo de Azevedo. As assembleias dos dois núcleos iniciais, realizadas anualmente no mês de julho, constituíram-se em viveiros de atividades geográficas, de debates, de leituras, de discussões. Havia uma rivalidade fraternal entre Rio e São Paulo, de maneira que os trabalhos apresentados na Assembleia pelos paulistas eram lidos e criticados pelos colegas do Rio, e os nossos eram criticados pelos paulistas. Faziam-se também excursões em conjunto, misturando elementos de uma e de outra escola. De cada trabalho de campo resultava um relatório preliminar. Alguns desses relatórios eram excelentes e foram publicados nos "Anais da Assembleia Geral da A.G.B.". Isso perdurou de 1943 até mais ou menos 1978. Nesse ano, em que houve nova mudança dos Estatutos, em Fortaleza, fiz excursão com Caio Prado Júnior e um grupo de Jovens ao baixo Jaguaribe e à Chapada do Apodi, onde aprendi muita coisa.

GEOSUL - Já bem mais enfraquecida, depois de 1964?

VALVERDE - Não, não. Pelo contrário. A AGB cresceu demais. No Ceará compareceram 1500 pessoas, enquanto em assembleias anteriores compareciam cento e poucas pessoas. Em 1962, a Assembleia de Penedo, que foi talvez a mais proveitosa, no tempo em que Manuel Correia de Andrade era o presidente, eu fiz excursão ao baixo São Francisco, encarregado de estudar a parte agrária; Aziz Ab'Sáber fez a parte da Geomorfologia, e Caio Prado Junior, a parte econômica. O relator foi nada menos que o Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, que fez um primor de exposição, com a presença do bispo de Penedo. Esse relatório está publicado. É realmente muito bom. Por volta de 1980, com a ditadura militar já decadente, uma ditadura de economistas do asfalto se estabeleceu no I.B.G.E., minhas excursões foram impedidas; fomos transferidos do centro da cidade, primeiro para Mangueira, onde fiquei três anos; depois, para a rua Equador, nos fundos da Estação Rodoviária. Fiquei, às vezes, instalado em salas sem janelas. Com isso, eu me aborreci; já tínhamos fundado a C.N.D.D.A. (Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia) em 1965. Então consegui me aposentar em 1982. De lá até aqui, tenho me mantido em atividade em uma entidade ao mesmo tempo ambientalista e política, nascida da luta contra o projeto do "Grande Lago Amazônico", do Instituto Hudson, cuja construção acabamos por impedir. Conseguimos inclusive sensibilizar o Estado Maior das Forças Armadas. A partir dessa vitória, compreendemos que a cobiça sobre a Amazônia não ia parar por ali. Aquela política louca de desenvolvimento a qualquer custo estava provocando impactos muito sérios na região. Tudo que eu tenho publicado desde então tem sido essencialmente sobre a Amazônia. Fora a reedição de artigos espalhados por esse mundo, eu publiquei sobre a Amazônia, depois de "A Rodovia Belém-Brasília", que eu fiz ainda no Conselho

Nacional de Geografia (1968), elaborei com minha equipe dois volumes sob título geral de "Organização do Espaço na Faixa da Transamazônica". O primeiro referente à Rondônia e o segundo, ao Acre. Os outros volumes não saíram. Eu já tinha redigido e pronto, o terceiro, cujo original está guardado em minha casa. Seu subtítulo é "O Vazio Demográfico entre o Madeira e o Tapajós". Abrange "apenas" 1.000 km de extensão de estrada, mas já está inteiramente ultrapassado porque a pesquisa de campo foi feita em 1976. Teríamos hoje que percorrê-la de novo. Esse volume jamais sairá. Pela Editora Vozes publiquei, em 1980, "O Problema Florestal da Amazônia Brasileira", e pela Forense Universitária, em 1989, "Grande Carajás -Planejamento da Destruição". Este livro serviu de base para uma ação popular contra as guserias queimando carvão vegetal e propondo soluções alternativas. O "Atlas Ambiental do Acre", em colaboração com Rodolpho P. Barbosa, saiu em junho de 1991. Temos atuado diretamente em defesa da floresta e de seus habitantes, os grandes ignorados em todos os projetos financiados pelo governo ou dele próprio. Fiz, ademais, uma grande quantidade de artigos e conferências. Enquanto a gente trabalha, esquece de envelhecer.

GEOSUL - Queria fazer uma pergunta. O senhor falou da sua vida desde a infância, vida profissional, em termos de I.B.G.E. e como se deu sua trajetória, em termos de ensino? Na Universidade, porque o senhor é professor?

VALVERDE - Bem, devido as minhas posições políticas (eu sempre fui contra as ditaduras, e sobrevivi a duas delas), as Universidades sempre me fecharam as portas. Então nunca tive a chance nelas. Formei-me como geógrafo-pesquisador e fiz carreira no I.B.G.E. Com todos os defeitos que tenha hoje, devo a ele minha

carreira. Uma vez, cometi a insensatez de me inscrever num concurso, em 1965, para a Cátedra de Geografia Econômica, da U.F.R.J. Quatro pessoas, ao todo, se inscreveram; mas esse concurso nunca se realizou. Passado um longo tempo, em 1969, eu soube que o concurso não ocorreu, porque eu me inscrevera. Então pequei minha tese e a publiquei na Franca, sob o título "Características e tendências das plantations brasileiras". Saiu com um francês muito bonito, e eu gostei muito porque uma colega "enxugou" o meu francês, de modo que ficou uma beleza! Até 1965, eu só tinha experiência de ensino médio. Eu cursara a U.D.F. De acordo com próprio estatuto da Universidade tínhamos garantida, no final do curso, nomeação imediata como professor de ensino médio. Sem embargo, para conseguirmos isso levamos 10 anos de luta judicial e política no "falecido" Estado de Guanabara. Não obstante, o tempo que eu esperei, entre 1940 e 1965, foi contado apenas para aposentadoria, mas não ganhei nada de atrasado.

Em 1965, um professor da Universidade da Califórnia em Los Angeles (U.C.L.A.), visitou o Conselho Nacional de Geografia e teve contato comigo; gostou da minha atividade e me convidou como professor visitante. Lá fui eu, com Miriam e as duas meninas menores, para Los Angeles, para ensinar Geografia Agrária Tropical. Dei curso somente em um período. Depois em 1967, o Professor Pfeifer, Diretor do Instituto de Geografia da Universidade de Heidelberg, me convidou também para lecionar lá Geografia Tropical, com ênfase no Brasil. Depois, em 1969, Professor Guy Lasserre me convidou para ser assessor de pesquisas no Centre d'Études de Géographie Tropicale, de Bordeaux, anexo à Universidade. Fiquei lá por um período também. Passado isso tudo, em 1976 a P.U.C. do Rio me convidou também para ensinar Geografia Agrária do Brasil. O Diretor do Instituto de Geografia era o meu colega lá de Wisconsin e antigo chefe, Fabio de Macedo Soares Guimarães; mas eu moro no Leme e a P.U.C. do Rio é na Gávea. Se

eu tomasse um taxi, fosse lá dar aula e voltasse, o meu salário era pior que o do Professor Raimundo, era "a ssim" (mostra o tamanho com a mão). Depois de 6 anos, ele se aposentou e eu, no dia seguinte, pedi licença sem vencimento, para não voltar mais. Alguns anos mais tarde, eu vi que ... não ia voltar mesmo: Fabio Macedo Soares Guimarães já havia morrido; o curso de Geografia estava moribundo e acabou fechando. Pedi demissão definitivamente quando voltei lá recentemente, para tratar de uma colaboração entre a C.N.D.D.A. e a Fundação Pe. Leonel Franca, qual não foi minha surpresa ao ver meu nome entre os dos professores da PUC. Vejo assim, que estou apenas simbolicamente como professor ali, mas não exerço o magistério nem recebo nada. Depois de ensinar no estrangeiro, ser "proletário da cultura" no Brasil é muito ruim. Na realidade, por um capricho do destino, gosto de ensinar, mas não fiz carreira como professor. Em compensação, aprendo, e aprender é melhor do que ensinar, porque é um avanço no desconhecido. O Brasil tem essa grande virtude: é tão grande, tão complexo, tão mal administrado e tão pouco estudado que, de vez em quando, descobrem-se fatos novos, até hoje. Isto é expressamente animador.

GEOSUL - E geógrafo tem tudo para ir nessa.

VALVERDE – Tem; indo para o campo, tem. Na realidade, considero-me um geógrafo "Senior", com larga experiência acumulada, desde as primeiras pesquisas em 1943, e, sistematicamente, de 1947 até hoje. Aplico, meus conhecimentos, brigando pela sobrevivência dos povos e da cultura dos habitantes da floresta, índios, seringueiros, castanheiros É um compromisso ético, que enquanto eu não estiver "babando na gravata", mantereí. Só deixarei de trabalhar quando vir que não terei mais condições. Porém, justamente por isso, esqueço-me de envelhecer.

GEOSUL - E D. Miriam é a grande companheira?

VALVERDE - Companheira que me apoiou decênios, em casa, criando a filharada. Eram sete, sendo cinco homens. O homem é, em regra, mais difícil, mais elaborado de criar; mais peralta, vadio, menos responsável. Embora tenha havido exceções lá em casa, as meninas deram muito menos trabalho. Ela criou e educou toda aquela gente. Agora, eu não a levo em todas as excursões, mas apenas quando vou a um lugar civilizado. Levei-a aos Estados Unidos duas vezes e três à Europa. Ao Sul também, naturalmente! Aqui tivemos praticamente nossa lua de mel; nesta Ilha; pois com três meses de casados viemos para cá, de ônibus, em 1940. Tenho recordações muito gratas daqueles tempos ...

GEOSUL – Para nós é muito gratificante tê-los aqui.

GEOSUL – Sobre o projeto Carajás, qual foi o seu contrato?

VALVERDE - Isso é até uma coisa curiosa. Um dia, me chamaram na Companhia Vale do Rio Doce, convidando-me para fazer pesquisa num Departamento de Meio Ambiente, na serra dos Carajás.

GEOSUL - Da Vale do Rio Doce...

VALVERDE - Sim. Na época da ditadura militar, o projeto Grande Carajás era dirigido por uma comissão interministerial, lá de Brasília, que conhecia os problemas amazônicos tanto quanto eu

conheço os de astronáutica. O fato, é que ela fez na Amazônia oriental um mundo de besteiras. Deflagraram violências incríveis, degradação ambiental, grilagem de terras ..., mas, naquela área de cerca de 300 e poucos km² que a "Vale" possui na região da Serra dos Carajás, onde há a maior concentração de ocorrência de minerais metálicos na superfície da Terra, ela mantém um controle ambiental extraordinário, perfeito. A cidade de Carajás é um exemplo do que o Brasil poderia fazer, do ponto de vista de conservacionismo. Não há, poluição ambiental, não há destruição da floresta, já há educação ambiental desde a escola primária. Lá não existem animais em cativeiro; não há gatos, nem cachorros, nem passarinhos, nada. Tudo está em liberdade, num platô, que é uma superfície de erosão de 700 m, com uma das paisagens mais lindas da Terra. Como lá chove muito, o minério quase não produz poeira. Na mineração de ferro e manganês a céu aberto, na estação seca, passa um caminhão imenso (que lá chamam de barriga d'água), de hora em hora, espalhando água, para evitar o levantamento de poeira. Enfim, é uma sociedade que não tem nem polícia, porque não tem marginalidade, e praticamente não há crimes. A última vez que houve uma ocorrência policial, foi no ano retrasado: um homem foi expulso; era empregado da "Vale" e matou um jacaré. Não havendo polícia, nem ladrão, nem poluição ambiental, eu considero um dos lugares mais promissores do Brasil. No programa Grande Carajás, entretanto, a CVRD tinha um voto apenas, contra "n" votos ministeriais, de gente ignorante, de politikeiros sem escrúpulos. O resultado é que ela foi, quase sempre, derrotada. Eu fui mandado para estudar os impactos ecológicos ao longo da área de influência da Estrada de Ferro Carajás, mas meu relatório foi tão veemente, que a "Vale" quis publicá-lo. Meu contrato, entretanto, permitia que, depois de seis meses, não tendo sido o relatório publicado, eu poderia leva-lo a uma editora particular. E assim fiz. Esse material serviu de base, além disso, para uma ação popular contra as

"guserias" financiadas pelo governo: duas em Macapá e uma terceira em Açailândia. Mas a ação esta paralisada na justiça há 2 anos.

GEOSUL - E a "Vale" não tem participação nesse projeto das "guserias"?

VALVERDE - Não.

GEOSUL - É só do Projeto "Ferro Carajás"?

VALVERDE – É. Só a comissão interministerial e as fábricas de gusa (estas responsáveis pela devastação das matas e cerrados de Minas Gerais) tem interesse naquilo; porque os caminhões que abastecem de carvão vegetal os 40 altos fornos de Minas, a partir de Sete Lagoas têm que percorrer 1.000 km de estrada. Assim, 70% do custo de produção de gusa em Minas estão no combustível. No leste da Amazônia tudo está à mão. Por 8 a 10 anos, as guserias ali situadas vão saquear aquela região de maneira atroz, uma região de equilíbrio ecológico muito frágil. Na área de Açailândia os solos são derivados de um arenito do Cretáceo chamado "Sambaíba", extremamente frágil. Na estrada que vai para São Luís (BR-222), fotografei um trecho com estes solos, onde uma carreta mergulhou numa "voçoroca", porque o chofer dormiu no volante. Ela estava a uns dez metros abaixo do nível da estrada. O motorista morreu e as mercadorias foram roubadas. Com a degradação dos solos, o lençol d'água, que já era profundo, quando revestido pela floresta (estava em torno de uns 60 metros abaixo da superfície), agora estes 100, 120 metros. Nos povoados por onde a estrada passa, mocinhas e crianças carregam latas d'água na cabeça, desde a beira do rio ate lá em cima, enquanto não chega, de vez em quando, um caminhão da

"Vale" com óleo diesel para abastecer a bomba. No entanto, Tucuruí mantém numerosas turbinas ociosas, sem fornecer energia para aquelas populosas comunidades, à margem da BR-222. Trabalha para atender sobretudo as duas grandes usinas de alumínio - a da ALUMAR, que é uma associação da ALCOA com a Shell, em São Luís, e a ALBRÁS, uma associação da Nalco (Nippon Aluminum Company) com a Vale, mas controlada pela primeira. Isso tudo eu denunciei, mas o governo congelou o processo na Justiça. Bom, esta foi uma derrota; mas em outras questões temos tido algumas vitórias.

GEOSUL: Esta entrevista foi realizada na sala da Revista GEOSUL no dia 4 de outubro de 1991, com a participação do Prof. Galvan, Profa. Arlene, Profa. Dolores, entrevistando o Professor Orlando Valverde e sua esposa, D. Miriam. Agradecemos muitíssimo e desculpem o excesso de tempo que lhes tomamos.

VALVERDE - Vocês foram tão hospitaleiros que é minha única forma de retribuir tanta generosidade. Muito obrigado.

Bibliografia

VALVERDE, Orlando. **O Problema Florestal da Amazônia Brasileira**. In: Geografia; Teoria e Critica. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 1982. pp.185-196.

_____. O Arroz no Maranhão. **Boletim Carioca de Geografia**. Rio de Janeiro, vol. 16, pp.1-29, AGB/Secção Regional do Rio de Janeiro, 1963-64.

_____. A Rodovia Belém-Brasília. In: **Revista Brasileira de Geografia**, IBGE, vol. 34, nº 1, pp.185-186, jan./mar. 1972.

_____. A Fazenda de Café Escravocrata no Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**, vol. 29, nº 1, pp.37-81, 1967. jan./mar.

_____. Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais. In: **Revista Brasileira de Geografia**, vol. 20, nº 1, pp.3-82, jan./mar. 1958.

_____. **A Organização do Espaço na Faixa da Transamazônica**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

_____. **O Planalto Meridional do Brasil**. Rio de Janeiro: CNG, 1957.

_____. Excursão Região Colonial Antiga do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, vol. 10, nº 4, pp.477-528, out./dez. 1948.

_____. **Geografia Agraria do Brasil**. Centro Bras. de pesq. Educacionais. Rio de Janeiro, 1964. 364p.

_____. VALVERDE, O. & MESQUITA, M. Geografia Agraria do Baixo Açú. **Revista Bras. de Geografia**, vol. 23, nº 3, pp.3-41, jul./set. 1961.

VALVERDE, O. Geografia Econômica e Social do Babaçu no Meio Norte. In: **Revista Bras. de Geografia**, vol. 19, nº 4, pp.381-420.

VALVERDE, O. Contribuição de Leo Waibel. À Geografia Brasileira. **Revista Bras. de Geografia**, vol. 30, nº 1, pp.74-83, 1968.

AUTORES

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Professor e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP.

Gerd Kohlhepp

Professor e Pesquisador do Instituto de Geografia da Universidade de Tübingen - Alemanha.

Marcelo Lopes de Souza

Professor e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ.

Paulo Cesar da Costa Gomes

Professor e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ.

Sérgio Adas

Professor e Pesquisador da FFCLRP-USP.

Revista Geosul - UFSC



ORLANDO VALVERDE: O GEÓGRAFO E SUA OBRA

É com prazer de trazemos a público o livro "Orlando Valverde: o Geógrafo e sua Obra". Constitui-se este livro de um conjunto de capítulos e uma entrevista do Professor Orlando Valverde conferida à revista Geosul em 1991. Os capítulos expressam por depoimentos e artigos a formação acadêmica, a atividade profissional, o engajamento social, os temas e o caminho metodológico percorrido por nosso homenageado.

Orlando Valverde, nascido em 1917 nos deixa em 2006. Sua obra permanece. Em tempos acelerados e de leituras escassas é possível que muitos dos geógrafos em formação, não conheçam o autor e sua obra, por isso a dedicamos aos jovens pesquisadores em Geografia. O legado de Orlando Valverde, particularmente nos tempos vividos atualmente, merece ser resgatado, a partir de sua produção científica é possível reconstituir parte da Geografia produzida no Brasil, bem como compreender o papel do geógrafo na sociedade brasileira de então. Para aqueles que desejam além do conhecer o mundo buscar caminhos de transformação, a luta e a participação social nas questões mais relevantes do Brasil, por ele vividas, ficam evidenciadas, sobremaneira, nos textos aqui reunidos.

